

**FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
MESTRADO**

**EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM IVOTI E PICADA CAFÉ - RS  
„HAB AUF DER WELT, DIE SCHÖNSTEN STUNDEN  
DOCH NUR IN MEINEM HEIM GEFUNDEN“  
EM TODO MUNDO, AS HORAS MAIS LINDAS  
SÓ ENCONTREI EM MINHA CASA**

**GABRIELA DILLY**

**Taquara / RS**

**2017**

**GABRIELA DILLY**

**EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM IVOTI E PICADA CAFÉ - RS**

**„HAB AUF DER WELT, DIE SCHÖNSTEN STUNDEN**

**DOCH NUR IN MEINEM HEIM GEFUNDEN“**

EM TODO MUNDO, AS HORAS MAIS LINDAS

SÓ ENCONTREI EM MINHA CASA

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Faccat – Taquara-RS.

Orientador: Professor Dr. Daniel Luciano Gevehr

**Taquara/RS**

**2017**

**A cidade se embebe como uma esponja dessa onda que reflui das recordações e se dilata. Uma descrição de Zaíra como é atualmente deveria conter todo o passado de Zaíra. Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimões das escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras.**

**Ítalo Calvino, Cidades Invisíveis**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecer é sempre um momento importante, o reconhecimento de que nada sabemos ou fazemos sozinhos é perceber-nos como criaturas incompletas, em constante construção, passíveis de erros e acertos, filhos de Deus dentro de um universo em constante dinâmica. Agradeço então por fazer parte dessa obra divina e pela oportunidade que tive e continuo tendo de aprender sempre.

Meu parceiro nessa caminhada também foi ali colocado por Deus, meu orientador professor Dr. Daniel Gevehr foi meu anjo iluminado, permitindo que eu compartilhasse um pouco de seu conhecimento, sabedoria e humanidade, porque sim, acreditem, ele domina a técnica e a ternura. Muito obrigada pela oportunidade do convívio e do aprendizado.

Agradeço também às avós dos meus filhos, cuidadoras deles nos meus dias de aula e em muitas das horas dedicadas a essa dissertação, deixando meu coração tranquilo. Em especial agradeço a minha mãe, Marlene, meu irmão Reinaldo e minha avó Ereda, eternos incentivadores das minhas iniciativas e incansavelmente do meu lado em todas as situações. Incluo ainda meu pai Neuri e minha irmã Mariana, que já avançaram uma etapa em suas jornadas, mas com quem aprendi a encarar a vida com coragem e determinação, fundamentais para concluir essa trajetória. Muito obrigada, eu sei efetivamente o significado da palavra família por que vocês me ensinaram.

Aos meus colegas do mestrado agradeço pela partilha de ideias, e agradeço mais aos que carrego no coração como grandes amigos para a vida toda: Larissa, Vitor, Aline, Aline Nandi, Rosane e Fernanda. Sentirei sempre saudades de nossas aulas e conversas.

Agradeço também a Capes e a Faccat, instituições através das quais pude realizar o Mestrado e a todos os professores, tenham certeza de que com cada um aprendi algo importante que compõe esta pesquisa.

A Secretaria de Educação de Ivoti, na pessoa da Secretária Marlene Zilles e a Prefeitura Municipal de Picada Café, ao Secretário de Educação Marcelo Marin e a Prefeita Claudia Schenkel, agradeço pelo pronto apoio na busca das informações através da aplicação dos questionários. Também agradeço a direção e coordenação da EMEF 25 de Julho, pelo empenho na organização de um horário diferenciado

para que eu pudesse frequentar as aulas do mestrado. Muito obrigada, pessoas sensíveis que compreendem que o patrimônio cultural é a alma de uma cidade.

Cristian e Matias, agradeço e ao mesmo tempo, peço desculpas, pelas horas de ausência e pelos pedidos de silêncio para que eu pudesse me concentrar, o que obviamente nem cogitaram a hipótese de atender, afinal são crianças e tem o mundo pela frente. Faço isso justamente para deixar para vocês guris, um mundo, uma cidade melhor para viver, com direito a memória e voz para todas as histórias. Meu amor por vocês é o combustível das minhas inquietudes.

Agradeço também a todos meus amigos (e são muitos), simplesmente por algo precioso chamado amizade.

Fica minha gratidão a todos.

## RESUMO

Patrimônio cultural muitas vezes é visto como fator de entrave do desenvolvimento de uma região. Desmistificar a contraposição entre desenvolvimento e valorização do patrimônio cultural é uma das proposições desta dissertação que tem como fio condutor a busca por formas adequadas de gestão dos bens culturais, visando qualidade de vida, crescimento econômico e direito a cidadania. Todo cidadão tem o direito a sua história e ao convívio com os vestígios de sua memória. Partindo dessa afirmação podemos concluir que a valorização do patrimônio cultural é a garantia de um aspecto da cidadania, portanto dever de quem administra um município. A partir da análise de dois municípios do Rio Grande do Sul - Picada Café e Ivoti – a pesquisa se propõe a relatar e analisar as ações de gestão do patrimônio cultural, observando sua qualidade a partir dos resultados obtidos. Esses resultados podem ser vistos na valorização deste patrimônio, retorno para a comunidade local através de qualidade de vida e incremento econômico pela atividade turística. A partir desta análise ousa-se sugerir um roteiro de gestão adequada do patrimônio cultural, buscando otimizar os resultados dos investimentos, em grande parte públicos, na área.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Ivoti. Picada Café. Desenvolvimento Regional. Educação Patrimonial. Turismo.

## **ABSTRACT**

Cultural heritage is often seen as a hindrance to the development of a region. Demystifying the contrast between development and appreciation of cultural heritage is one of the propositions of this dissertation that has as its guideline the search for appropriate forms of management of cultural assets, aiming at quality of life, economic growth and the right to citizenship. Every citizen has the right to his history and to the conviviality with the vestiges of his memory. Starting from this affirmation we can conclude that the valorization of the cultural patrimony is the guarantee of an aspect of the citizenship, therefore the duty of who manages a municipality. Based on the analysis of two cities of Rio Grande do Sul - Picada Café and Ivoti - the research proposes to report and analyze the actions of cultural heritage management, observing its quality based on the results obtained. These results can be seen in the valuation of this patrimony, return to the local community through quality of life and economic increase by the tourist activity. From this analysis we dare to suggest a model of adequate management of cultural heritage, seeking to optimize the results of investments, largely public, in the area.

Keywords: Cultural Heritage. Ivoti / Picada Café. Regional Development. Patrimonial Education. Tourism.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>1 FERRAMENTAS CONCEITUAIS PARA A COMPREENSÃO: PATRIMÔNIO CULTURAL E DESENVOLVIMENTO</b> .....	<b>15</b>
1.1 PATRIMÔNIO CULTURAL.....	15
1.2 MEMÓRIA E IDENTIDADE .....	26
1.3 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL .....	28
1.3.1 <i>Educação Patrimonial Transformadora</i> .....	33
1.4 DESENVOLVIMENTO .....	36
1.5 PATRIMÔNIO E DESENVOLVIMENTO: APROXIMAÇÕES POSSÍVEIS .....	43
<b>2 CENÁRIO DA PESQUISA: NARRATIVAS SOBRE A FORMAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE IVOTI E PICADA CAFÉ</b> .....	<b>48</b>
2.1 NATIVOS .....	48
2.2 IMIGRANTES .....	50
2.3 IVOTI.....	57
2.3.1 <i>Patrimônio Cultural de Ivoti</i> .....	61
2.4 PICADA CAFÉ .....	70
2.4.1 <i>Patrimônio Cultural de Picada Café</i> .....	73
<b>3 FORMAS DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NOS MUNICÍPIOS DE ESTUDO</b> .....	<b>78</b>
3.1 RESTAUROS .....	78
3.2. CRIAÇÃO DE ESPAÇOS DE MEMÓRIA.....	85
3.3 LEGISLAÇÃO .....	90
3.4 AÇÕES EDUCATIVAS.....	101
3.4.1 <i>Público escolar</i> .....	101
3.4.2 <i>Público em geral, comunidade, turistas</i> .....	109
<b>4 GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E SEUS RESULTADOS</b> .....	<b>120</b>
4.1 DIMENSIONANDO RESULTADOS .....	120
4.2 GESTÃO ADEQUADA DO PATRIMÔNIO CULTURAL.....	134
4.3 DIALOGANDO COM O PATRIMÔNIO NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO .....	137
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>140</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>143</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>151</b>

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa grupos indígenas no RS. Fonte: LAROQUE, 2011.	51
Figura 2: Técnica enxaimel	56
Figura 3: Detalhe arquitetura enxaimel Museu Municipal de Ivoti	57
Figura 4: Mapa São Leopoldo Colônia	58
Figura 5: Mapa Microrregiões do Rio Grande do Sul	59
Figura 6: Localização de Ivoti	60
Figura 7: Ponte do Imperador em Ivoti	65
Figura 8: Museu Municipal Claudio Oscar Becker	66
Figura 9: Casa do Artesão	67
Figura 10: Wandschoner grupo bordadeiras Instituto de Educação Ivoti	67
Figura 11 : Casa Amarela	68
Figura 12: Antiga Igreja Matriz	69
Figura 13: Salão Holler	70
Figura 14: Memorial da Colônia Japonesa de Ivoti	71
Figura 15: Mapa atual de Picada Café	74
Figura 16 e 17: Moinho e açougue do Parque Jorge Kuhn	75
Figura 18: Casa de Cultura Joaneta	76
Figura 19: Capela Sagrado Coração de Jesus – Jammerthal	77
Figura 20: Departamento de Cultura e Turismo restaurado	81
Figura 21 e 22: Vista interna da Antiga Igreja Matriz – Intervenção no telhado.	82
Figura 23: Detalhe de análise de tintas no Salão Holler	83
Figura 24: Capela Nossa Senhora da Visitação	84
Figura 25: Vista frontal Casa de Comércio Jorge Kuhn	85
Figuras 26 e 27: Casa da Joaneta antes do restauro	85
Figura 28 e 29: Imagens internas do Museu Municipal de Ivoti antes e depois da renovação expográfica	88
Figuras 30 e 31: Imagens internas do Açougue Progresso – impressos imitando as carnes nos ganchos e a tábua de corte original do local.	90 e 91
Figura 32: Turma em visita ao Núcleo de Casas Enxaimel	103
Figura 33: Oficina sobre a rotina escolar no século XIX	104
Figura 34: Oficina de capacitação dos professores em arqueologia histórica	105

Figura 35: Arqueólogo e aluno de graduação em atividade no Núcleo	105
Figura 36: Layout do mapa usado nas visitas das turmas ao Núcleo no projeto	106
Figuras 37 e 38: Alunos em momentos distintos da visita: observando o Arroio Feitoria e manuseando objetos encontrados nas escavações.	107
Figura 39: Alexandre Reis orientando a aluna quanto ao seu desenho.	109
Figura 40: Feira do Mel – Edição 2015	111
Figura 41: Feira das Flores – edição 2014	111
Figura 42: Encontro entre moradores da Colônia Japonesa e educadora patrimonial	113
Figura 43: Registro dos objetos das famílias – pré acervo do memorial.	114
Figura 44 - Vitrine com aspectos da indumentária, acompanhada por manequins ao fundo. Foto feita por ocasião da primeira visita da comunidade ao museu.	115
Figura 45: Feira da Colônia Japonesa	116
Figura 46: Participantes do projeto visitando o porão do Salão Holler	117
Figuras 47 e 48: Arte de Alexandre Reis – Paisagem com Moinho e Núcleo Histórico	118
Figura 49: Edição 2013 – Picada Café em um Click	118
Figura 50: Oficina de gastronomia típica ocorrida na programação da Festa do Café, Cuca e Linguíça na edição 2015	119
Figura 51: Gráfico Ivoti – Você se sente representado por este patrimônio?	124
Figura 52: Gráfico Picada Café – Você se sente representado por este patrimônio?	124
Figura 53: Gráfico Ivoti e Picada Café	125
Figura 54: Gráfico Ivoti - Você conhece informações históricas ou outras sobre o patrimônio cultural de sua cidade? Saber orientar um turista nesse sentido?	131
Figura 55: Gráfico Picada Café - Você conhece informações históricas ou outras sobre o patrimônio cultural de sua cidade? Saber orientar um turista nesse sentido?	131
Figura 56: Gráfico - Ivoti – Quais itens do patrimônio cultural de seu município você conhece?	133
Figura 57: Gráfico - Picada Café – Quais itens do patrimônio cultural de seu município você conhece?	134

## INTRODUÇÃO

Cada vez mais são estabelecidos debates acerca das formas de viver atuais, referindo-se a qualidade de vida que as pessoas podem ou não usufruir, assim como a garantia dos direitos fundamentais do ser humano.

Para que haja desenvolvimento, é essencial a presença de direitos básicos, como o acesso à moradia, à alimentação, aos serviços de saúde e educação, entre outros. Mas garantir a todos o direito à cultura, à possibilidade de valorização das suas tradições, das suas memórias, oferecendo ao cidadão a possibilidade de escolher os caminhos que pretende trilhar no futuro, juntamente com a sua comunidade é também direito fundamental que percebe a pessoa na sua integralidade, levando em conta as histórias e os vestígios históricos que a constituem.

É sobre o direito a cultura que se estabelece o debate presente nesta dissertação, que terá como foco a análise dos mecanismos de gestão do patrimônio cultural como estratégias para obtenção do desenvolvimento como afirmação da cidadania e sustentabilidade econômica. Parte-se do pressuposto de que o patrimônio cultural é gerador de desenvolvimento, portanto a pergunta que fazemos é: ***Quais as formas mais adequadas para lidar com o patrimônio cultural a fim de que o mesmo reverta em desenvolvimento para a comunidade a qual pertence?***

Compreendemos por desenvolvimento todas as possibilidades de melhoria da vida para os moradores dos municípios. Esse desenvolvimento poderá estar atrelado ao uso desse patrimônio pelas comunidades, nas formas de participar dele, de valorizá-lo, sentir-se pertencente a uma identidade relacionada a este patrimônio. Também, caso ocorram, poderão ser entendidas como desenvolvimento as atividades turísticas advindas do contato com o patrimônio cultural.

Partindo deste princípio é possível, numa análise inicial, ver que os municípios brasileiros lidam de formas diferentes com o seu patrimônio cultural, podendo ou não valorizá-lo através de legislações, ações educativas, investimentos financeiros e turísticos, entre outros.

Esta pesquisa vai buscar conhecer as ações através das quais dois municípios do Rio Grande do Sul – Ivoti e Picada Café – lidam com seu patrimônio cultural e os resultados que obtém a partir dessa relação estabelecida, observando se a mesma leva ou não ao desenvolvimento local.

Em geral, percebe-se o quanto dessas ações já se encontra nas mãos da iniciativa privada, cujo interesse direto na maioria das vezes é o lucro econômico, o que não seria equivocado se houvesse a preocupação em manter os significados da cultura vivos e não se tornassem espetáculos vazios para o desfrute dos turistas. Essa preocupação é bastante pertinente na atualidade, pois cada vez mais os interesses econômicos transformam a cultura e o patrimônio cultural dos municípios em mercadorias a serem vendidas aos visitantes, desapropriando as tradições e lugares de memória de seus legítimos donos: as comunidades nos quais foram gerados.

Importante também apontar a necessidade de fortalecer o debate acerca do patrimônio cultural na atualidade, pois vivemos anos de queda de fronteiras culturais, cada vez mais há o intercâmbio de cultura e a diversidade se estabelece a cada dia, o que é muito importante, mas pode também resultar na homogeneização das expressões culturais cada vez mais globalizadas. Discutir o regional e o global é imprescindível para que possamos valorizar o que é nossa origem, nossas tradições, memórias e identidade, podendo conviver e usufruir da cultura mundial com respeito, sem deixar que apague nossas raízes.

As iniciativas realizadas em relação ao patrimônio vão apontar diretamente os resultados que serão obtidos e é justamente esta análise que aqui será feita, o manejo e o resultado, buscando indicar caminhos nos quais os resultados possam unir a qualidade de vida das comunidades com crescimento econômico.

A escolha dos municípios justifica-se pelas características comuns que os municípios possuem. Ivoti surgiu em 1964, é uma cidade colonizada por alemães e pertencia a grande São Leopoldo do século XIX. Picada Café surgiu em 1992 e sua origem inicial também é em parte São Leopoldo e Nova Petrópolis, sendo também decorrente do estabelecimento de colônias alemãs. Como a pesquisa tem importante fator cultural, é imprescindível que os casos a serem estudados possuam aspectos culturais semelhantes, uma vez que o que analisaremos será a forma de manejo com o patrimônio e não o patrimônio cultural em si.

Os municípios em questão possuem trajetórias semelhantes voltadas para o patrimônio. Ivoti possui espaços protegidos por lei de tombamento nacional, estadual e municipal, investe em eventos nos espaços históricos, com projetos na área escolar e crescente atividade turística. Picada Café possui amplo trabalho de educação patrimonial e patrimônio edificado protegido que é atualmente propulsor de turismo na cidade. Dessa forma, os municípios do estudo fazem sistematicamente ações voltadas para o seu patrimônio cultural. São municípios com bons índices de escolaridade, semelhantes características econômicas: atividades rurais, indústrias calçadistas, malhas e alimentos, mas ainda uma incipiente atividade turística buscando se estabelecer. Também são municípios geograficamente semelhantes e encontram-se todas na encosta da serra gaúcha, próximas a região metropolitana.

A presente pesquisa trabalhará com uma hipótese inicial, que poderá ou não vir a confirmar-se. Como o trabalho com o patrimônio cultural pressupõe a valorização do mesmo, torna-se **imprescindível a ênfase em ações educativas para com a comunidade detentora deste patrimônio, com intensa participação da mesma em todas as etapas para o desenvolvimento.**

Em casos extremos é evidente que poderá vir a ser necessário o uso de legislações protetivas, decretos que estabeleçam critérios de controle de acesso, tombamentos e a efetiva necessidade de restauro, uma vez que isso implica na manutenção da integridade física do bem patrimonial, referindo-se ao patrimônio material, principalmente o edificado. Mas entende-se pela hipótese inicial que se não houver a consciência coletiva da importância desse patrimônio esses investimentos serão em vão, pois não terão o apoio das comunidades, que poderão inclusive opor-se a estas “despesas”.

Em outras palavras, os diversos níveis administrativos devem preocupar-se com o patrimônio cultural símbolo das identidades e suporte das memórias, e devem fazer isso através da criação de legislações, tombamentos, inventários e restauros. Estas ações precisam estar acompanhadas de uma preocupação com a educação da comunidade para assim fortalecer o vínculo da mesma com seu patrimônio garantindo que ela possa ser a guardiã desse pilar que a constitui.

Sem essa preocupação não há como sustentar o desenvolvimento a partir desse patrimônio, pois para que haja o crescimento social, cultural e econômico dos grupos é fundamental que os mesmos sintam-se pertencentes a este patrimônio. O

que nos leva à primeira ideia de desenvolvimento no seu sentido mais amplo: condição de cidadania, ampliação das liberdades, conhecer seu patrimônio como o direito de saber sobre sua história, sua origem e sentir-se valorizado dentro deste contexto. Uma vez estabelecido este sentimento nas pessoas, aí sim se torna viável perceber nesse patrimônio cultural uma possibilidade concreta de exploração econômica através do turismo e os serviços a ele agregados.

Nessa perspectiva podemos delimitar uma hipótese que será aceita ou refutada durante a pesquisa: **Educar para a valorização do patrimônio cultural faz diferença em relação ao desenvolvimento local?**

Como resultado final, esta dissertação pretende apontar direções para o manejo com o patrimônio cultural visando à obtenção de resultados positivos, otimização de investimentos públicos e privados na área e melhoria da qualidade de vida das populações em geral, que possuem, como cidadãos, o direito de conhecer e usufruir de seu patrimônio cultural. Será então proposto um modelo de gestão do patrimônio cultural visando o desenvolvimento local.

No primeiro capítulo o leitor encontrará conceitos importantes para a compreensão de toda a pesquisa, bem como a definição de todo o instrumental teórico que será utilizado, a fim de que possa perceber quais são as diretrizes seguidas pela pesquisa.

No segundo capítulo é feita a descrição do cenário da pesquisa – Ivoti e Picada Café - delimitando o espaço analisado, estabelecendo o lugar de onde se fala e quais as concepções históricas do mesmo. Também são ali apresentados os bens culturais reconhecidos oficialmente pelos municípios, com breves descrições de cada um a fim de dar a conhecer o patrimônio cultural em questão.

Na sequência inicia a análise das formas de gestão do patrimônio cultural em Ivoti e Picada Café, organizadas por tipo de intervenção a fim de tornar mais objetivo o olhar sobre ações como restauros, legislações protetivas, ações educativas voltadas para público escolar e público em geral.

Por fim, é feita a análise dos resultados obtida através de questionários aplicados nos dois municípios e uma proposta de gestão adequada do patrimônio cultural visando valorização da memória, garantia de cidadania e incremento econômico local, unindo assim as dimensões do patrimônio cultural e desenvolvimento regional.

# 1 FERRAMENTAS CONCEITUAIS PARA A COMPREENSÃO: PATRIMÔNIO CULTURAL E DESENVOLVIMENTO

Os conceitos fundamentais que norteiam a investigação da dissertação são *patrimônio cultural e desenvolvimento*, mas não serão os únicos a serem usados: Memória, representação, identidade, etnicidade, também são essenciais para compreender o viés teórico adotado, além de estabelecer uma compreensão integral da pesquisa. É preciso primeiramente estabelecer de que forma estes conceitos serão abordados e que relação há entre eles.

## 1.1 Patrimônio Cultural

Atualmente é palavra de ordem falar sobre **patrimônio cultural**, no seu sentido mais usual, tangível (edificado, objeto) ou intangível (práticas, tradições, música, modos de ser, fazeres); e para entender o porque desse debate, é preciso buscar as motivações na história.

É com o processo de Revolução Industrial, segundo Choay (2006), que se tem a primeira associação da ideia de valor de sensibilidade ao patrimônio histórico que a autora entende em sua obra apenas como o patrimônio edificado, materializado. Antes disso, o patrimônio é visto pelo seu valor para a representação da nação, pelo seu apelo cognitivo (capacidade de transmitir conhecimentos) e seu valor econômico (exploração turística). A consciência de que grandes mudanças no mundo estavam acontecendo, rupturas se estabeleciam, fez com que se pensasse em algumas permanências, entre elas o patrimônio histórico.

O fortalecimento das discussões acerca do patrimônio relaciona-se ainda com o advento da importância da imagem, “os estudos dedicados às antiguidades estão inscritos na grande corrente que desvalorizou o testemunho da palavra e da escrita, em proveito do testemunho da visão e da representação iconográfica.” (CHOAY, 2006, p. 206).

Mas se formos analisar, em última instância, esse patrimônio poderia ter suas imagens preservadas através de fotografias, filmagens, não precisaria mais manter sua representação material. Choay apresenta um último e devastador argumento

sobre o porque da supervalorização do patrimônio cultural: “o patrimônio histórico parece fazer hoje o papel de um vasto espelho no qual nós, membros das sociedades humanas do fim do século XX, contemplaríamos a nossa própria imagem.” (CHOAY, 2006, p. 240) A sociedade olha para si mesma a fim de compreender os processos que a jogam para o futuro, numa gigantesca sessão de análise de sua própria identidade. A imagem patrimonial numa perspectiva narcisista. A autora se refere a esse processo como “revolução protética”, na qual a função do patrimônio é estabelecer mediações entre o homem e o mundo, entre os homens e em relação ao futuro. Essas mediações seriam o “tomar fôlego”, parar para refletir sobre a nossa identidade e seguir em frente.

Ainda de acordo com Choay (2006) dentre as correntes iniciais que pensaram o patrimônio pode-se destacar a francesa, com influências da Revolução Francesa e tendências ao patrimônio de representação mais nacional, público; e a corrente inglesa, mais participativa, oportunizando igual importância ao patrimônio nacional e local, valorizando o patrimônio doméstico. O conceito inglês é mais descentralizado, até nas formas de lidar com o patrimônio através dos restauros, feitos por associações de proteção e não pelo Estado. É uma forma mais próxima de lidar com os bens patrimoniais, existe maior apropriação do bem pela sociedade.

Choay (2006) estabelece ainda formas de valorização do patrimônio cultural, que nesta pesquisa serão analisadas na prática:

- *Conservação e restauração*, respeitando a originalidade das expressões culturais e suas dinâmicas no tempo;
- *Mise-em-scène*, mostra o monumento cultural em seu ângulo mais favorável, utilizando-se na maioria das vezes de recursos de iluminação e sonoplastia cênica;
- *Animação cultural*, facilita o acesso às obras culturais, é uma mediação cultural
- *Modernização*, inserção de elementos arquitetônicos contemporâneos no patrimônio edificado;
- *Conversão em dinheiro* através da venda de *souvenirs* e outros;
- *Acesso*, através de modificações nas áreas externas que facilitem o acesso do público ao bem cultural.
- *Reutilização*, dar novo uso ao prédio histórico, diferente do original.

No Brasil, as preocupações com o patrimônio cultural surgem através das políticas públicas que refletem o debate internacional e vão acompanhando o decorrer das mudanças no tempo.

Com o movimento modernista e a Semana da Arte Moderna, em 1922 é iniciado o pensamento de valorização da cultura brasileira, tida até então numa situação de inferioridade em relação a cultura internacional, principalmente a europeia. Estabelece-se uma “busca pela autenticidade” (CORÁ, 2014) na cultura brasileira. No mesmo ritmo, “ [...] Gilberto Freyre lança, no Recife, o Manifesto Regionalista, com a premissa de que, para ser nacional no Brasil, era preciso primeiro ser regional.” (CORÁ, 2014, p. 113). Dessa forma há motivação e respaldo para que se organizem políticas públicas com um olhar mais protetivo sobre a cultura, atribuindo ao poder público responsabilidades sobre a salvaguarda dos elementos culturais nacionais.

Na própria Constituição de 1934, o artigo 10 expressava que

[...] compete à União e aos Estados “proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico, ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte”, e acresce, no artigo 148 que “Cabe a União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das sciencias, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do paiz, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual. (CORÁ apud DORIA, 2001, p. 85)

Na época, o setor responsável por essa gestão ficava dentro do MES – Ministério da Educação e Saúde – e o gestor era Gustavo Capanema. O cenário da época era o Estado Novo de Getúlio Vargas e a premissa era a nacionalização do país. A cultura também atende estes interesses e os elementos do patrimônio cultural deveriam refletir os valores da Nação. Esse contexto fará com que o patrimônio cultural esteja inicialmente vinculado à concepções de poder e nacionalização.

Canani (2005) nos fala do cenário histórico no qual surgem as primeiras ações de patrimônio no Brasil e qual a concepção conceitual que essa origem vai demonstrar. A autora identifica o primeiro conceito brasileiro de patrimônio, criado em 1936 por Mário de Andrade ao redigir legislação a pedido do então ministro da educação Gustavo Capanema, referindo-se ao patrimônio como “todas as obras de arte pura ou aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos

poderes públicos e a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros, residentes no Brasil.” (CANANI, 2005, p. 170).

É importante ressaltar que essa legislação foi feita durante o governo de Getúlio Vargas, um período conhecido como nacionalismo, no qual se estabeleceram os mecanismos de identidade nacional (língua, cultura) que deveriam unir os cidadãos em torno de uma mesma identidade, criando o sentimento de pertencimento a nação brasileira.

Em função da importância do patrimônio cultural como vetor desse sentimento de brasilidade, já no ano seguinte, 1937, é criado o SPHAN – Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – que cria também sua definição para patrimônio como sendo: “o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.” (CANANI, 2005, p. 170).

Dentro deste contexto histórico fica clara a função de “nacionalizar” os brasileiros, atribuída à identificação com o patrimônio cultural, também se justifica a elitização desse patrimônio, principalmente se formos utilizar o último conceito referido, pois ele claramente diz que os critérios de seleção são a excepcionalidade e a ligação com a história escolhida como de interesse nacional, sabidamente a das elites.

Devemos lembrar que quem define o que é ou não patrimônio cultural nesse cenário são técnicos vinculados a órgãos públicos, herdeiros dessa trajetória histórica que usualmente exclui as referências culturais de classes baixas e expressões mais populares. Canani (2005) refere-se ainda ao caráter de sacralidade que possui o patrimônio cultural em função de ser detentor de uma escolha feita por quem é imbuído de poder (na sua perspectiva mais ampla como poder político ou ainda intelectual e social). “Assim, uma vez constatado o caráter sagrado da atribuição de valor patrimonial a um bem imóvel ou monumento público, observa-se que nesse processo de reconhecimento e identificação há uma relação de poder, hierarquizada, que estabelece competências e define que saberes específicos entram no jogo” (CANANI, 2005, p. 173) Essa abordagem de patrimônio cultural acaba por provocar distanciamento entre o patrimônio e as pessoas, gerando bens culturais vazios de significado.

Funari (2001) concorda que há uma relação de poder para estabelecer o que será o patrimônio cultural da nação e que o mesmo somente se identifica com as camadas sociais superiores. Demonstra isso na inicial concepção de patrimônio cultural material que somente levava em conta as edificações de arquitetura relevante, construídas pelas elites, assim como igrejas e monumentos pertencentes a autoridades. Para colaborar com suas afirmações, Funari se utiliza de uma frase do sociólogo brasileiro Octávio Ianni “o que se considera patrimônio é a arquitetura, a música, os quadros, a pintura e tudo o mais associado às famílias aristocráticas e à camada superior em geral.” (FUNARI, 2001, p. 04).

O autor continua dizendo que há agravantes para a questão, pois além da população em geral sentir-se alienada em relação ao patrimônio cultural “nacional”, identificado com as elites brasileiras, acabou por nunca valorizar as suas expressões culturais devido à educação eurocêntrica que predomina nas aulas de história em todo o país. Explica-se a dinâmica da trajetória do mundo através da ótica do europeu, suas conquistas e processos de dominação, trazendo como sujeito histórico unicamente o “homem branco civilizado”, negligenciando os papéis de negros e índios. “A gente comum sente-se alienada tanto em relação ao patrimônio erudito quanto aos humildes vestígios arqueológicos, já que são ensinados a desprezar índios, negros, mestiços, pobres, em outras palavras, a si próprios e a seus antepassados” (FUNARI, 2001, p. 06).

Afirmando isso, fica clara a preocupação do autor com os fins a que se propõe a valorização do patrimônio cultural no Brasil, que não pretende ser testemunho de uma história crítica, mas sim acaba por reproduzir os modelos aristocráticos tradicionais encontrados em toda a trajetória política brasileira. Funari (2001) é muito claro ao dizer que estes elementos “concretos” de significado histórico não fazem sentido se não forem “socialmente construídos”, ou seja, o objeto histórico não existe sem o sujeito histórico que a ele atribui significado. “Deveríamos, entretanto, procurar encarar estes artefatos como socialmente construídos e contestados, em termos culturais, antes que como portadores de significados inerentes e ahistóricos, inspiradores, pois, de reflexões, mais do que de admiração.” (FUNARI apud POTTER, 2001, p. 01)

Pelegrini (2006) amplia e confirma a mesma discussão do conceito de patrimônio. Pelegrini e Canani escrevem sobre perspectivas que se encontram a partir do conceito de patrimônio a serviço da nacionalidade e do reforço das

identidades das oligarquias que dominavam o país na primeira metade do século XX. Exemplo disso é o tipo de edificações consideradas patrimônio cultural e tombadas “[...] fortalezas e fortes, aquedutos, casas da câmara, igrejas, engenhos, fazendas, pontes, casas nobres, solares e sobrados.” (PELEGRINI, 2006, p. 65), todas representativas das classes altas: militares, religiosos e fazendeiros. Mais tarde, nos anos 1970 incluiu-se pela primeira vez o viés educacional atrelado ao patrimônio, a chamada educação patrimonial, que deveria ser inserida nas escolas.

Pelegrini aponta ainda que, nesta linha do tempo das formas de pensar o patrimônio cultural é entre os anos de 1979 e 1982 que se tem uma renovação nos conceitos partindo das intendências nacionais. Nesse período, Aloísio Magalhães foi gestor do SPHAN e abriu novas possibilidades de entendimento de patrimônio. “Magalhães destacou a premência de se reconhecer uma vasta gama de bens procedentes, sobretudo, do saber popular e propôs uma concepção mais abrangente de patrimônio, assentada na diversidade cultural, étnica e religiosa do país.” (PELEGRINI, 2006, p. 68)

A autora conduz o debate para as mais recentes estratégias de valorização patrimonial através dos mega projetos de requalificação dos centros históricos urbanos decadentes. Quando então o patrimônio passa a ser encarado também de forma economicamente viável, atrelado ao turismo cultural.

Nessa abordagem, Pelegrini alerta para a “espetacularização” do patrimônio cultural, compreendido muitas vezes como mero produto cultural a ser vendido para os consumidores. “Criou-se um simulacro de preservação, na medida em que, não raro, a intervenção nos conjuntos históricos limitou-se a recuperar-lhes apenas a imagem plástica, o colorido e as feições estilísticas.” (PELEGRINI, 2006, p. 69). Essas práticas acabam por, novamente, não levar em conta as memórias e representações atreladas ao patrimônio cultural, ele passa a não ter mais nenhum sentido histórico ou social, passando a ser apenas um bonito cenário para a exploração turística.

A mesma ideia de “espetacularização” aparece no artigo de Mariza Veloso, que sugestivamente intitula-se “O fetiche do patrimônio”, afirmando “É preciso, portanto, não espetacularizar ou coisificar o patrimônio, seja material ou imaterial, e um dos procedimentos indispensáveis é não perder de vista o sentido que determinada manifestação cultural tem para o grupo que a produz.” (VELOSO, 2006, p. 446).

A autora aponta elementos já indicados por outros pesquisadores, principalmente no que se refere às preocupações com a mercantilização do patrimônio, na tentativa de transformá-lo em um mero produto de status, promotor de distinção social. Veloso atenta para o fato negativo de valorizar o bem cultural em si, apenas como elemento cultural, sem levar em conta o processo que o transforma em referência histórica. Mais uma vez aparece a abordagem da importância que o elemento cultural precisa ter para um grupo, uma vez que não há valor intrínseco no patrimônio, ele precisa ser imbuído de sentido por quem o valoriza, é a experiência social e a memória coletiva que vai gerar significado para o bem cultural. “O patrimônio cultural deve ser entendido como um campo de lutas a que diversos atores comparecem construindo um discurso que seleciona, se apropria de práticas e objetos e as expropria.” (VELOSO, 2006, p. 438).

A autora indica ainda a possibilidade de usar o conceito de “referência cultural”, ao invés de patrimônio, desviando o foco do patrimônio em si para o grupo que o produz, que o significa a partir de experiências e representações compartilhadas. “A ideia de referência cultural, além de permitir a ênfase nos laços sociais entre os indivíduos, reforça a possibilidade de formação de grupos – cantadores, dançarinos, artesãos – e, o que é mais importante, reforça o diálogo entre diferentes sujeitos e entre diferentes gerações.” (VELOSO, 2006, p. 444)

Veloso (2006) acompanha ainda o texto de Pelegrini (2006) quando se preocupa com a conexão patrimônio/turismo, a partir das requalificações dos centros urbanos históricos, que em linhas gerais, visam lucro e desenvolvimento econômico para essas regiões. As duas autoras atentam para os processos que gentrificação que estes mega projetos turístico/culturais podem vir a gerar: “[...] o processo de gentrificação também expulsa os grupos tradicionais do lugar, dissolve a trama social e simbólica da “comunidade real” [...]” (VELOSO, 2006, p. 447). Dessa forma justamente quem poderia agregar sentido ao patrimônio é excluído do processo de patrimonialização.

Araripe (2004) traz para esta discussão duas ideias interessantes sobre patrimônio cultural: a relação homem/lugar e a noção de representação social. A primeira concepção joga sobre o conceito aqui abordado uma luz da Geografia, percebendo o patrimônio como a expressão do homem com o lugar que ocupa, dando origem a cidade, ou ainda, a paisagem, que através de seus elementos fala de tudo que lhe acontece, ou seja, expressa sua memória através de seus aspectos

patrimoniais. “Portanto, procurar no espaço da cidade a visibilidade da sua história é buscar a memória, e a memória encontra-se nessa paisagem, conjunto de tudo que descortina pessoas, instituições, arte, literatura e que possa falar e construir a história desta cidade” (ARARIPE, 2004, p. 116).

A segunda concepção atribui a função de representação social ao patrimônio cultural. Essa representação seria o resultado dos usos sociais e das apropriações de sentido que as pessoas fazem em relação ao patrimônio e que diferem entre si, mas geralmente possuem um sentido original comum. “Eles, homens, precisam de signos, de imagens, de gestos, dentre outros aspectos, carregados de sentido, através dos quais possam se comunicar e ainda se reconhecerem a si próprios no seu caminhar como ser social e, por conseguinte, como ser eminentemente simbólico.” (ARARIPE, 2004, p. 117). O patrimônio cultural seria, dessa forma, a expressão dos símbolos sociais.

Hartog (2006), em seu artigo “Tempo e patrimônio” expõe ousadas ideias e provocações que no mínimo desacomodam os defensores da patrimonialização de tudo, no sentido de que tudo pode vir a se tornar patrimônio cultural. O autor inicia sua discussão a partir do estabelecimento do seguinte conceito de patrimônio:

define menos o que se possui, o que se tem e se circunscreve mais ao que somos, sem sabê-lo, ou mesmo sem ter podido saber. O patrimônio se apresenta então como um convite a anamnese coletiva. Ao “dever” da memória, com a sua recente tradução pública, o remorso, se teria acrescentado alguma coisa como a “ardente obrigação” do patrimônio, com suas exigências de conservação, de reabilitação e de comemoração. (HARTOG, 2006, p. 266)

Hartog refere-se à necessidade de tudo em patrimônio transformar como uma forma de aliviar a “culpa” (daí referir-se ao remorso) por já não mais ter passíveis de patrimonialização os elementos chave das memórias coletivas, ou mesmo, pelo simples esquecimento. O autor admite ainda que

“quando este passado faltava, contribuindo para o mal-estar das periferias ou das cidades-dormitórios, fizeram-no aparecer. Produziu-se lugares de patrimônio urbano para construir a identidade escolhendo uma história, que se torna a história, a da cidade ou do bairro: história inventada, reinventada ou exumada [...]” (HARTOG, 2006, p. 268).

Hartog (2006) vincula essa ideia de “tudo patrimônio” mais às preocupações do presente do que do passado, percebendo as associações entre patrimônio e turismo como fruto das necessidades da economia de mercado, ou seja, patrimônio como preocupação do tempo presente para o tempo futuro. Ele afirma que essa preocupação com o patrimônio será um movimento a marcar nosso tempo e indicar uma ruptura, “é um recurso para o tempo de crise” (HARTOG, 2006, p. 272), como se quiséssemos eleger nosso patrimônio sob o risco de esquecê-lo/perdê-lo para sempre, daí a necessidade da criação, invenção de marcos tradicionais que tragam o passado para o presente. O autor finaliza seu artigo declarando que estamos a “ruminar um passado que não passa” (p. 273) como se tivéssemos medo do futuro.

Não deixa de ir ao encontro de outro autor de referência, Eric Hobsbawn, que trata justamente da “invenção das tradições”, atendendo principalmente as demandas do tempo presente.

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. (HOBSEBAWN, 1984, p. 10)

Na prática observaremos que a “invenção das tradições” é muito mais comum do que se imagina, isso ficará bastante evidente nos estudos de caso. A busca por um patrimônio cultural que possa atrair o turista as vezes cria situações artificiais, total ou parcialmente. “Em poucas palavras, elas são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória.” (HOBSEBAWN, 1984, p. 10)

Arruda (2006), por seu turno, insere um elemento novo nesta discussão quando dá foco ao patrimônio imaterial, um segmento do patrimônio cultural definido pelo IPHAN como “aquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas).” (IPHAN).

Segundo o autor, o patrimônio imaterial entra no rol das referências culturais nacionais após anos de proibições e coerções às expressões cantadas, danças e

tradições populares, é o segmento de patrimônio voltado para quem não tem algum bem edificado para valorizar.

O conceito de patrimônio imaterial traz em si algumas impossibilidades, uma vez que é muito raro haver algum patrimônio que seja totalmente imaterial, se formos pensar no artesanato, o resultado do saber é material, seja a renda, o bordado... Sendo o patrimônio imaterial um canto ou dança, o mesmo também dificilmente resistirá se não estiver atrelado a um lugar e a um grupo que o reproduz no seguimento das gerações. “A conceituação ou definição do patrimônio imaterial, embora já se tenha feito efetivamente a crítica dessa dicotomia imaterial, uma vez que não existe possibilidade de separar os significados imateriais e simbólicos produzidos sem fazer referência aos meios materiais de sua produção.” (ARRUDA, 2006, p. 138).

Com a ampliação do entendimento sobre o conceito de patrimônio cultural, tem-se atualmente a seguinte definição na Constituição Federal do Brasil.

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.(CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA, Art.216)

Giovanaz (2007), em seu artigo “Pedras e emoções: os percursos do patrimônio”, estabelece diversas correlações entre memória-identidade-patrimônio, num tripé que faz às vezes de suporte das representações humanas, de suas histórias e referenciais “A noção de patrimônio cultural deveria ser um estuário que evocasse essas múltiplas dimensões de uma cultura como um passado vivo e significativo para os cidadãos, acontecimentos, objetos e monumentos que devem ser preservados, pois são coletivamente referenciais em sua diversidade.” (GIOVANAZ, 2007, p. 238).

A autora refere-se ainda a criação de leis de reconhecimento do patrimônio cultural imaterial como uma tentativa de ampliar a compreensão da noção de patrimônio, atingindo os grupos menos favorecidos economicamente, que não

possuem materialidades para valorizar. “[...] principalmente, que incluam em seus discursos as experiências dos grupos sociais marginalizados pela antiquada concepção de patrimônio fundamentada em imóveis herdados do período colonial e representativos de uma minoria social elitizada.” (GIOVANAZ, 2007, p. 240)

Pelegrini (2007) contribui novamente com discussões referentes ao patrimônio em seu artigo “O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas”, no qual, como já indica o título, ela relaciona a memória coletiva como sendo o indicador mais importante para definir o que deve ou não ser patrimônio cultural. Afirma ainda que estabelecer essa relação não é tão simples uma vez que as memórias coletivas são atreladas a grupos e lugares, e as pessoas, na dinâmica de suas vidas, vão mudando os grupos aos quais pertencem e as formas de compreender as materialidades a sua volta.

[...] as minorias étnicas, grupos religiosos, homens e mulheres, em diversas faixas etárias identificam-se com valores sociais que se alteram com o tempo. Portanto, um mesmo indivíduo pode vincular-se a vários grupos e, no decorrer da vida, identificar-se e migrar para outros. (PELEGRINI, 2007, p. 89).

Com essa constatação a autora propõe a busca por identidades e memórias mais plurais e genéricas, que remetam a diversidade cultural que há nas sociedades, gerando sentimento de pertencimento, assim como o respeito a essa diversidade.

Sandra Pelegrini trata o patrimônio cultural como a materialização das memórias através das quais os grupos humanos se reconhecem e se associam, o que nesta revisão conceitual já foi expresso por outros autores. “[...] a memória coletiva é definidora, mas seu determinismo pode contribuir para uma maior fragmentação das identidades e sugerir a multiplicação dos bens patrimoniais a serem reconhecidos.” (PELEGRINI, 2007, p. 94).

Ainda sob o ponto de vista de Sandra Pelegrini podemos refletir sobre as mutabilidades dos conceitos, percebendo que a própria ideia de patrimônio muda com o passar do tempo, de acordo com as motivações de cada cenário histórico, o pensamento vigente em cada época e os interesses econômicos em questão.

Vogt (2008) traça também uma linha cronológica de mudanças nas formas de conceituar e entender patrimônio cultural, chegando até as preocupações mais recentes, como o chamado processo de “musealização” do mundo, buscando

explicar a crescente preocupação em estabelecer marcos de patrimônio que sirvam de pontos de apoio para as culturas locais frente ao processo de globalização que cada vez mais pressupõe uma identidade mundial, sem particularidades ou singularidades culturais. “A indústria da memória, ao que tudo indica, é uma decorrência da globalização, da revolução tecnológica, da mídia de massa, dos novos padrões de consumo e da mobilidade que transformaram a temporalidade da vida.” (VOGT, 2008, p. 28)

Estabelecido o debate sobre o conceito de patrimônio cultural e outros conceitos correlacionados, fica claro que a ideia atende as demandas do tempo presente, muda conforme as novas interpretações e concepções do mundo atual; é um conceito em construção, apresentando constante dinâmica.

## 1.2 Memória e identidade

Um dos primeiros pensadores a estabelecer um conceito mais amplo para patrimônio, Nora (1993), utilizou a expressão *lugar de memória* para referir-se ao patrimônio que precisa existir como referência concreta da memória a partir do momento em que não existem mais os meios de rememorar. “Há locais de memória porque não há mais meios de memória.” (NORA, 1993, p. 07). Nora (1993) fala sobre a criação de espaços de memória, que tornam-se uma necessidade a partir do momento em que a memória ou os hábitos memoriais não mais são vivenciados pelas comunidades, daí a necessidade de manter prédios, criar museus e arquivos como lugares para “pendurar” as memórias.

O tempo acelerado que vivemos exige tempo para refletir sobre si mesmo, e “[...] a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo,[...]” (NORA, 1993, p. 22), reflexão essa na qual Françoise Choay e Pierre Nora se aproximam. Nora (1993) afirma ainda que é nos refúgios das memórias espontâneas, nos lugares não oficialmente reconhecidos como patrimônio, que está o “coração vivo da memória.” Refere-se, assim, aos lugares representativos das memórias locais cujos cidadãos mantêm laços de afetividade, reconhecem-se pela identidade que possuem, são os guardiões de seu patrimônio cultural.

**Memória**, conceito amplamente discutido por Halbwachs (2003) em sua obra “Memória coletiva”, contribui com esta pesquisa a partir do momento que

estabelecemos que o que sustenta o patrimônio cultural são as memórias, em especial, as memórias coletivas referenciais das memórias individuais. “Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos.” (HALBWACHS, 2003, p.30).

Halbwachs afirma ainda que a coletividade é essencial para a permanência da memória, é ela que sustenta as lembranças individuais, usando como exemplo a importância do grupo para que mantenhamos as memórias vivas, uma vez que o indivíduo do grupo se afasta, torna-se muito mais difícil lembrar, a memória é, portanto, um processo coletivo.

Le Goff (1990), na sua obra “História e Memória”, define “A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.” (LE GOFF, 1990, p.423). Sendo esse um jogo de subjetividades, dependendo muito de referenciais da memória que podem valorizar mais uma determinada narrativa do passado, deve ficar bem claro que as memórias são passíveis de manipulação, misturam-se com os sentimentos e muitas vezes atendem aos interesses dos grupos de poder, que colaboram na construção de determinadas versões.

Finalmente, os psicanalistas e os psicólogos insistiram, quer a propósito da recordação, quer a propósito do esquecimento (nomeadamente no seguimento de Ebbinghaus), nas manipulações conscientes ou inconscientes que o interesse, a afetividade, o desejo, a inibição, a censura exercem sobre a memória individual. Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 1990, p.427)

Todas as construções culturais são feitas em cima de determinadas ideias de identidade, esse conceito por muito tempo firmado nas concepções de nação, nacionalidade, passa no momento por redefinições. Hall (2014a) discute as formas através das quais estamos numa transição entre a identidade nacional para uma pluralidade de identidades concebidas dentro de um mundo global. Essas questões aparecerão na pesquisa, uma vez que os municípios do estudo enfrentam essa

realidade, principalmente no que tange encontrar o equilíbrio entre a valorização das origens e a abertura para as novas realidades.

**Identidade** deve ser entendida também como vinculada a etnicidade, uma vez que as duas cidades escolhidas para o estudo possuem fortes indícios de valorização de sua identidade étnica, que remete às origens da colonização alemã. Identidade será aqui entendida como uma relação de pertencimento a certa origem, tradições em comum com um grupo social vinculado a um determinado território.

Como etnia ou **eticidade** entenderemos “A delimitação teórica agregada a identidade (e seus aspectos subjetivos) e a noção de fronteira (social) que delimita o pertencimento a um grupo ou comunidade.” (SEYFERTH, 2011, p. 47). Nesse caso as comunidades estudadas possuem nas suas origens a ideia de etnia vinculada à nação de origem, assumindo no Brasil a formatação de colônia como comunidade étnica.

### 1.3 Educação Patrimonial

Na hipótese levantada para esta pesquisa há ênfase na importância do trabalho educativo para que aconteça a valorização do patrimônio cultural, sendo que é importante destacar que a educação da qual se fala é a **educação patrimonial**, conceito trazido ao Brasil nos anos de 1980.

A Educação Patrimonial entra nessa “onda” no fim do século XX como um mecanismo através do qual é possível favorecer o contato das pessoas para com o patrimônio cultural, visando o conhecimento que possa resultar em valorização e consequente preservação dos bens culturais. Também nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, documento que serve de referência para a estrutura dos currículos nas redes de ensino brasileiras há clara menção à necessidade de estudo do patrimônio cultural em sala de aula, sendo a educação patrimonial uma possibilidade de metodologia para tornar isso realidade. Consideraremos as várias abordagens conceituais sobre educação patrimonial, bem como limitações e competências.

As primeiras noções a respeito de Educação Patrimonial no Brasil surgiram em 1983, por ocasião do 1º Seminário sobre “Uso Educacional de Museus e Monumentos”, que aconteceu no Museu Imperial, em Petrópolis, Rio de Janeiro. Maria de Lourdes Parreiras Horta e Evelina Grunberg, na época, foram precursoras

na divulgação do tema e na execução de propostas educativas dentro do próprio Museu Imperial, no qual exerciam suas atividades profissionais. Em linhas gerais, para se chegar a uma proposta de Educação Patrimonial no Brasil, a inspiração foi encontrada “[...] no modelo da *heritage education*, desenvolvido na Inglaterra.” (IPHAN, p. 13, 2014)

Nessa concepção inicial o entendimento de educação patrimonial era de “[...] um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo.” (HORTA, 1999, p. 6). Horta refere-se à importância do trabalho com os objetos históricos como fonte de informações, defendendo a experiência direta com a fonte, favorecendo um trabalho investigativo de descoberta de elementos históricos a partir das características expressas nas imagens/objetos/lugares.

Através de atividades de educação patrimonial, Horta (1999) afirma que o cidadão passa a ser capaz de apropriar-se do patrimônio cultural de forma consciente e crítica, envolvendo-se no processo de valorização e preservação dos bens culturais como forma de fortalecimento da cidadania e de sua própria identidade.

A Educação Patrimonial pode ser assim um instrumento de “**alfabetização cultural**” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao desenvolvimento da auto-estima dos indivíduos e comunidades, e à valorização de sua cultura, como propõe Paulo Freire em sua idéia de “**empowerment**”, de reforço e capacitação para o **exercício da auto-afirmação**. (HORTA, 1999)

Grunberg (2007), por sua vez, se refere à educação patrimonial de forma mais abrangente como “[...] o processo permanente e sistemático de trabalho educativo, que tem como ponto de partida e centro o Patrimônio Cultural com todas as suas manifestações.” (GRUNBERG, 2007. p.05). Também é dela o conceito de patrimônio cultural como “[...] as manifestações e expressões que a sociedade e os homens criam e que, [...], vão se acumulando com as das gerações anteriores. Cada geração as recebe, usufrui delas e as modifica de acordo com sua própria história e necessidades.” (GRUNBERG 2007, p. 05).

Percebe-se nessas conceituações uma preocupação com a simplicidade dos termos, no sentido de fazer-se entender perante um público leigo no assunto, o que também é uma preocupação da Educação Patrimonial, tornar o patrimônio acessível

a todos, mediando a leitura dos símbolos culturais que nos cercam. Os símbolos, os objetos e os lugares históricos seriam permanências do passado no presente, que ao serem estudados, investigados, trariam à tona a compreensão desse passado relacionado com o presente.

Já Baudrillard (2012) se refere ao objeto antigo como elemento completo, “que se dá como totalidade”, que por não ter mais a função original existe apenas para significar. Ele caracteriza o objeto antigo como quente (repleto de simbologias e significados) em oposição aos objetos contemporâneos, os quais considera vazios, frios. “Existe pois um estatuto particular do objeto antigo. Na medida em que aí se encontra para esconjurar o tempo na ambiência e onde é vivido como signo, não se distingue de não importa qual outro elemento e se acha em relação com todos os outros.” (BAUDRILLARD, 2012, p. 83).

Esse objeto antigo, que pode apresentar-se como objeto em si, edificação, lugar, dança, canto, festejo, modo de fazer, artesanato, entre muitas outras expressões do patrimônio cultural é justamente o foco da educação patrimonial. Relacionar-se com o patrimônio, compreendê-lo inteiramente de forma a perceber sua importância passando então a valorizá-lo em função dessa relação estabelecida.

Em sua origem, as ações de educação patrimonial obedeciam a uma metodologia própria, amplamente disseminada entre professores nos anos 90 e 2000. Este método possuía quatro etapas distintas do processo de investigação:

- *Observação*: consiste na utilização dos sentidos para apropriar-se do bem cultural em sua forma concreta, investigando sua aparência, cheiros, barulhos, nuances materiais.
- *Registro*: etapa feita através do registro do objeto, utilizando para isso a descrição oral, escrita, desenhos, qualquer forma de representação gráfica do objeto de estudo.
- *Exploração*: “Análise do bem cultural com discussões, questionamentos, avaliações, pesquisas em outros lugares [...], desenvolvendo as capacidades de análise e espírito crítico, interpretando as evidências e os significados.”(GRUNBERG, 2007, p. 06)
- *Apropriação*: recriação interpretativa do bem cultural, demonstrando que apropriou-se dele, que o compreendeu. Pode acontecer através das artes plásticas, teatro, dança, ou outras atividades lúdico/pedagógicas.

As etapas favorecem um trabalho investigativo, através do qual a pessoa envolvida tem a oportunidade de exercitar o espírito científico, fazendo perguntas ao objeto cultural (aqui entendido de forma mais ampla como qualquer tipo de patrimônio cultural) que poderão ser respondidas na hora ou instigarão a pesquisa em outras fontes, o que consiste num processo de aprendizagem muito rico, baseado em descobertas e de acordo com as premissas recentes de educação.

Podemos encontrar nesta metodologia educativa alguma inspiração em teorias educacionais em destaque nos anos 90 e 2000, como Piaget e Vigotsky (TERRA, 2015). Piaget desenvolveu seus estudos observando crianças e constatou que as mesmas aprendiam através do esquema assimilação – acomodação. Dessa forma assimilavam, conheciam o objeto de aprendizagem através dos sentidos e o mesmo era introjetado junto ao arcabouço de conceitos já estabelecidos internamente no indivíduo, que são as ferramentas que ele possui para conhecer o mundo ao seu redor. O simples contato/relação com o objeto de aprendizagem não é por si só suficiente,

“[...] embora essencial, da mesma forma também não é uma condição suficiente ao desenvolvimento cognitivo humano, uma vez que para tanto é preciso, ainda, o exercício do raciocínio. Por assim dizer, a elaboração do pensamento lógico demanda um processo interno de reflexão.” (TERRA, 2015, p. 03).

Além disso, estão presentes nessa relação outros fatores complementares como a maturidade do indivíduo, de que forma se dá essa experiência com os objetos, a vivência social e as formas que o organismo se adapta ao meio.

A aprendizagem se daria no processo de equilíbrio de todos estes elementos: empírico, cognitivo e emocional.

Trata-se de um fenômeno que tem, em sua essência, um caráter universal, já que é de igual ocorrência para todos os indivíduos da espécie humana mas que pode sofrer variações em função de conteúdos culturais do meio em que o indivíduo está inserido. (TERRA, 2015, p. 03)

Vigotsky também influenciou a educação patrimonial por meio de sua proposta de aprendizagem através da mediação, ele afirma que os processos cognitivos se originam na mediação entre o homem e o meio em que vive, sendo que o homem interage sobre o meio e o meio interfere no homem, assim “a partir da sua atuação em situações de interação social, da qual participam instrumentos e signos que o levam a se organizar e estruturar seu ambiente e seu pensamento. Os

instrumentos e signos, social e historicamente produzidos, em última instância, mediam a vida.” (IPHAN, 2014, p. 22). Dentro deste processo de mediação surge o sentimento de pertencimento, de fazer parte de determinada realidade cultural, constituindo dessa forma uma identidade.

Associando os conceitos de assimilação e acomodação de Piaget e a mediação de Vigotsky temos os princípios que norteiam a educação patrimonial: interação com o patrimônio cultural na etapa da observação, registro e exploração como as ações de reflexão e mediação com o objeto de aprendizagem, para chegar a etapa da apropriação, como a internalização do conceito aprendido.

Não podemos esquecer que todo esse processo passa ainda por questões afetivas, subjetivas, que implicam numa aprendizagem significativa, pois o patrimônio cultural não poderia estar isento disso. É através da identificação com o patrimônio cultural que o sujeito da aprendizagem estabelece um vínculo com o objeto, no caso o patrimônio (seja ele tangível ou intangível).

Identidade cultural é um conceito muito importante nesse processo, pois a educação patrimonial poderá utilizar-se de uma relação pré-existente entre o cidadão e o patrimônio cultural, ou ainda despertar essa relação com a atividade educativa, usando da reflexão para que o sujeito perceba um vínculo com o patrimônio, passando então a valorizá-lo. Essa valorização é sempre o objetivo principal das propostas de educação patrimonial, é através dela que se dará a preservação e a atualização do patrimônio cultural.

Outra questão importante é que, surgida entre as paredes do Museu Imperial, a educação patrimonial sempre acabou por tender ao uso de objetos de museu e ao espaço museal como ponto de partida, ou seja, as ações em forma de oficinas ou outras atividades educativas acabavam por utilizar-se muito mais de objetos de museus para observar, registrar, explorar e apropriar do que outros objetos, advindos de outros contextos. Sobre isso é preciso ter muito claro que os objetos que se encontram em museus tem um significado específico como suportes de memórias constituídas, de discursos dominantes que priorizam algumas vozes do passado.

As instituições que tratam da preservação e difusão do patrimônio cultural, sejam elas arquivos, bibliotecas, museus, galerias de arte ou centros culturais, apresentam um determinado discurso sobre a realidade. Compreender esse discurso, composto de som e silêncio, de cheio e vazio,

de presença e ausência, de lembrança e esquecimento, implica a operação não apenas com o enunciado da fala e suas lacunas, mas também a compreensão daquilo que faz falar, de quem fala e do lugar de onde se fala. (CHAGAS, 2002, p. 43)

Além disso, até chegarem ao espaço museal, os objetos passam por uma longa trajetória de escolhas, desde a seleção para doação na casa das famílias onde os mesmos se encontravam, uma vez que parte-se do pressuposto de que o que é doado para o museu é algo que não significa mais muito para as pessoas que detinham a sua propriedade, sendo muito comum a doação de acervo por ocasião do falecimento de entes mais antigos, como avós por exemplo.

Depois disso, dentro da instituição de memória ele passa por nova triagem, observando as condições físicas, possibilidades de exibição em exposições ou a opção por compor a reserva técnica, observando se há ou não relação entre aquele objeto e a história que o museu conta. “Nessa perspectiva, pode-se afirmar que o acervo dos museus é o produto das escolhas realizadas por determinados agentes sociais, estando diretamente relacionado às significações que esses atribuem aos objetos, ao próprio museu e ao que esse deveria conter.” (POSSAMAI, 2010, p. 65-66).

O contexto em que surge a educação patrimonial fica assim apresentado, no qual se percebe aspectos muito positivos, mas também os dilemas de uma educação que reproduz modelos e difunde uma história conservadora, ainda carente de mais criticidade e mais proximidade com os “esquecimentos históricos”. Grandes foram os passos dados pela preservação do patrimônio cultural através da educação patrimonial, mas faltou ainda chegar até os grupos não representados nos museus, à margem da história e da memória oficial.

### 1.3.1 Educação Patrimonial Transformadora

Amplamente propagadas no território brasileiro, as ações de educação patrimonial obedecendo a metodologia criada no Museu Imperial geraram a demanda do “Guia Básico da Educação Patrimonial”, produzido com o apoio do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no ano de 1999.

Com essa difusão nacional, cada região adaptou a metodologia a sua realidade, criando diversos projetos de grande qualidade visando educação para a valorização do patrimônio cultural. Destacaremos aqui o projeto surgido e implementado na cidade de Londrina, no Paraná.

Inspiradas nos estudos de Moacir Gadotti e Demerval Saviani, herdeiros das concepções de educação libertadora de Paulo Freire, as reflexões e práticas educativas feitas em Londrina tem por princípio a educação para o senso crítico, para a autonomia e para a cidadania.

Para Magalhães (2009) a educação patrimonial anteriormente contextualizada neste estudo é considerada tradicional e, portanto, herdeira das características da educação formal tradicional, como por exemplo: ser universalizante e homogeneizante, no sentido de pressupor a existência de uma única memória e um único saber; ser integralizante, priorizando as manifestações culturais dos grupos dominantes e oficiais, vinculados ao Estado; propor uma única possibilidade para o conhecimento com foco na preservação e não na apropriação do patrimônio pelo sujeito; ser impositiva, deixando assim de favorecer a valorização de múltiplas memórias e identidades culturais.

Chama-se de educação patrimonial transformadora a concepção usada em Londrina, sendo que Magalhães (2009) atribui a essa prática os seguintes princípios: reconhecimento do contexto cultural local, valorizando a sua própria memória, percebendo-se como agente histórico (aquele que faz história); percepção da diversidade cultural e a multiplicidade das expressões do patrimônio; aceitação das várias possibilidades de interpretação e apropriação do patrimônio, favorecendo inclusive o surgimento de conflitos, percebe o espaço local/individual em relação com o espaço plural/coletivo, valorizando as narrativas e tensões entre o universal e o singular.

Essa forma de compreender a educação patrimonial favorece ações que geram cidadania pois “[...] possui caráter político, visando a formação de pessoas capazes de (re)conhecer sua própria história cultural, deixando de ser espectador, como na proposta tradicional, para tornar-se sujeito, valorizando a busca de novos saberes e conhecimentos, [...]” (MAGALHÃES, 2009, p. 52)

Isso não significa que não devemos mais considerar o patrimônio cultural tido como oficial como objeto de projetos educativos, mas sim que é importante perceber esse patrimônio como *uma* forma possível de representar o passado e não a única,

é possível levantar esses questionamentos e reelaborar estes símbolos predominantes.

Também é importante fazer com que os cidadãos percebam que os elementos aos quais eles atribuem significado não são menores ou menos relevantes que o patrimônio cultural já estabelecido, é possível eleger novas alternativas de representação da identidade cultural de um grupo fazendo assim com que o mesmo as valorize. “Para que haja preservação, faz-se necessário a interação, que leva a valorização de sua herança cultural e a produção de novos valores e conhecimentos.” (MAGALHÃES, 2009, p. 61)

Os projetos educativos desenvolvidos em Londrina, em grande maioria aconteceram fora das paredes dos museus e longe dos bancos escolares, foram propostas executadas em comunidades e associações de bairros das periferias, carentes até mesmo de reconhecimento em alguma identidade, seja ela qual for. Todos tiveram financiamento do Programa Municipal de Incentivo a Cultural – PROMIC. Quanto à metodologia, Londrina propõe apenas para os espaços de educação formal, em três etapas não rígidas, podendo ocorrer simultaneamente ou em sequência, de acordo com o projeto:

- *Etapa 1: Sensibilização/debate conceitual*
- *Etapa 2: Busca de informações ( Organização e registro, interpretação/exploração)*
- *Etapa 3: Materialização/produção do conhecimento.*

Magalhães (2009) afirma ainda, referindo-se a educação patrimonial transformadora, que a preocupação maior é a de ser instrumento para a garantia ao direito à memória e à cidadania, fortalecendo a identidade cultural entendida como plural e múltipla. A partir deste conceito podemos estabelecer uma forte conexão com a ideia de desenvolvimento, que também volta suas preocupações para os direitos de cidadania, memória e identidades culturais.

## 1.4 Desenvolvimento

O conceito de **desenvolvimento**, assim como o de patrimônio cultural, ampliou muito sua abrangência nas últimas décadas. Inicialmente concebido apenas dentro do âmbito econômico, percebendo exclusivamente crescimento econômico como desenvolvimento, a abordagem via aspectos como PIB – Produto Interno Bruto, rendas e a participação no mercado internacional como indicativos de desenvolvimento era o que apontava o estágio de desenvolvimento de um país ou região.

O entendimento mais atual do conceito busca observar mais aspectos como a garantia de direitos dos cidadãos e a qualidade de vida da qual usufruem as pessoas em determinado local. Observar isso leva em conta muito mais aspectos do que a economia e a renda *per capita*, uma vez que este último índice pode esconder grandes desigualdades sociais, indo contra o desenvolvimento.

Além disso, há ainda a preocupação com a sustentabilidade dos modos de viver atuais, ou seja, perceber até que ponto a utilização dos bens irá viabilizar a presença dos mesmos no futuro. Essa ideia se aplica aos bens naturais, mas também cabe perfeitamente nas preocupações com os bens culturais, a forma de lidar com os mesmos pode fazer com que se esgotem logo ou possam ser usufruídos por várias gerações.

No artigo “O desenvolvimento enquanto apropriação dos direitos humanos” de Ignacy Sachs é feita uma abordagem mais ampla, “holística”, diria o autor, de desenvolvimento humano.

Assim como os direitos humanos, a noção de desenvolvimento é central nas preocupações da ONU. Ao longo dos últimos 50 anos, ela se enriqueceu consideravelmente. A ideia simplista de que o crescimento econômico por si só bastaria para assegurar o desenvolvimento foi rapidamente abandonada em proveito de uma caracterização mais complexa do conceito, expressa pelas adições sucessivas de epítetos: *econômico, social, cultural*, naturalmente *político*, depois *viável [sustainable]* (9), enfim, último e recente acréscimo, *humano*, significando ter como objetivo o desenvolvimento dos homens e das mulheres em lugar da multiplicação das coisas. (SACHS, 1998, p. 150)

Na conceituação de Sachs (1998) constam várias dimensões possíveis de desenvolvimento, num sentido muito mais integral, que inclui também a perspectiva

de desenvolvimento cultural, importante devido a sua relação com o patrimônio. Sachs (1998) ainda destaca o desenvolvimento como uma luta constante pelos direitos humanos, considerando a cidadania plena como crescimento e não somente a dimensão econômica, para a qual sempre foi dada maior ênfase. Sachs cita Bresser Pereira ao falar da “quarta geração dos direitos republicanos”, entre os quais está o acesso aos patrimônios públicos, inclusive os históricos.

Oliveira (2002) faz uma análise de algumas correntes de pensamento sobre desenvolvimento, umas pendendo para o prevalecimento de crescimento econômico como desenvolvimento e outros com uma visão de crescimento aliado a qualidade de vida do cidadão como a síntese do conceito referido. A partir dessas breves análises o autor conceitua “Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras.” (OLIVEIRA, 2002, p. 40). Numa primeira leitura se poderia dizer que Oliveira e Sachs compartilham da mesma opinião, mas ao observar mais atentamente percebe-se que Oliveira acredita num crescimento econômico inicial para depois haver o desenvolvimento integral de todos os direitos, enquanto que Sachs pensa desenvolvimento como a garantia plena de todos os direitos humanos, contemplados em nível de igualdade, sem pressupor um inicial crescimento econômico para sustentar as outras perspectivas como a social, cultural, política, ambiental, entre outros.

Oliveira (2002) dá destaque à questão ambiental como uma das principais preocupações em relação ao desenvolvimento, dentro da abordagem de que para atender a demanda econômica atual não se deve comprometer os recursos das gerações futuras, ou seja, a geração atual não deve inviabilizar a geração futura. É neste contexto que já aparece o conceito de desenvolvimento sustentável, preocupado com a viabilidade das ações, pensando num contexto maior de desenvolvimento hoje e no futuro. “Pensar em desenvolvimento é, antes de qualquer coisa, pensar em distribuição de renda, saúde, educação, meio ambiente, liberdade, lazer, dentre outras variáveis que podem afetar a qualidade de vida da sociedade.” (OLIVEIRA, 2002, p. 43).

O autor finaliza abordando um tema também importante: a correlação entre industrialização e desenvolvimento, argumentando que um não é sinônimo do outro, apesar de ser usualmente entendido dessa forma. Oliveira (2002) vai além,

justificando que muitas vezes o efeito é contrário, a industrialização pode levar a diminuição da qualidade de vida se não for bem planejada.

Principalmente no que se refere às questões ambientais, de acesso à escola e a saúde, pois a demanda humana para o trabalho nas indústrias gera também a necessidade do atendimento de várias garantias necessárias ao bem viver. “A necessidade de promover a industrialização e o crescimento econômico ofusca a visão dos planejadores e dificulta a visualização daquilo que realmente importa no processo de desenvolvimento: a qualidade de vida da população.” (OLIVEIRA, 2002, p. 45)

Kashimoto et al (2002), Marcelo Marinho e Ivan Russef tratam de justificar a importância de considerar o viés cultural das comunidades ao planejar desenvolvimento. Inicialmente argumentam que é a perspectiva cultural que vai “humanizar” os projetos de desenvolvimento, no sentido de que é a cultura que “humaniza o homem”, ou seja, é a sua carga de conhecimentos, tradições e educação, recebidos do arcabouço de conhecimentos da humanidade que vai fazer com que o homem se reconheça como tal, perceba a sua essência.

Posto isso, fica clara a importância da cultura numa dimensão global, mas os autores falam ainda da cultura local como mecanismo de reconhecimento de alternativas de desenvolvimento mais apropriadas, ou seja, se a pessoa souber de sua cultura, daqueles elementos que a diferenciam de outras culturas, as chances dela perceber qual o melhor caminho para o seu desenvolvimento são muito maiores. “Portanto, a valorização da cultura popular contribui para que a sociedade fortaleça a individuação e a autoestima diante do Outro, numa busca de desenvolvimento originário de sua própria criatividade e conforme os seus valores, [...]” (KASHIMOTO et al, 2002, p. 36).

Reforçando, os autores declaram que as chances de sucesso de projetos de desenvolvimento que respeitem a cultura das pessoas envolvidas são muito maiores, pois há muito menos chances de adesão a projetos que modifiquem as rotinas cotidianas das comunidades.

Segundo Kashimoto (2002), melhor seria se as comunidades pudessem apropriar-se de suas culturas de tal forma que fossem elas mesmas a tomarem a iniciativa em relação ao seu desenvolvimento, reconhecendo os mecanismos e dinâmicas culturais que formam a sua identidade como base da formulação de possibilidades de melhoria na qualidade de vida. “Todavia, mais do que ao

pesquisador, importa à comunidade reconhecer essa autoidentificação cultural e assumir esse eficaz instrumento com o objetivo de se tornar protagonista do seu próprio processo de desenvolvimento local.” (KASHIMOTO, 2002, p. 39).

Andion (2003) traça uma linha de trajetória entre as concepções clássicas de desenvolvimento e as atuais formas de pensar este conceito. Ela coloca inicialmente a concepção geral do termo como “[...] sinônimo de promoção de crescimento, progresso e aumento de riqueza, caracterizando o estágio econômico, social e político de uma dada comunidade com altos índices de rendimento dos fatores de produção (capital, trabalho e recursos naturais).” (ANDION, 2003, p. 1035).

Essa descrição evidencia o forte papel que tem a perspectiva econômica como indicativa e propulsora de desenvolvimento. A partir disso a autora passa a discorrer sobre as várias correntes de pensamentos sobre economia que se tornaram universais, dos quais atualmente percebemos resquícios como a economia de livre mercado, o liberalismo do estado mínimo, o modelo fordista de desenvolvimento, entre outros que, sendo macro modelos, adaptados a realidades estrangeiras, dificilmente trariam resultados eficientes para realidades mais locais.

Passa-se então a considerar que somente o desenvolvimento econômico não tem por si só a capacidade de garantir o acesso aos direitos humanos e a melhoria da qualidade de vida. “[...] esses novos modelos vêm mostrar que a visão meramente economicista do desenvolvimento, a qual privilegiou a geração concentrada de riqueza, além de revelar-se incapaz de resolver os problemas que enfrentava a sociedade, contribuiu muito para acirrar ainda mais essas desigualdades.” (ANDION, 2003, p. 1041)

Segundo Andion (2003), é a partir da década de 1980 que se passa a utilizar o termo “desenvolvimento sustentável” que indicará uma nova forma de perceber a questão. Essa mudança de rumos teve motivações que serão encontradas no cenário histórico da época, como os acidentes nucleares de Three Mile Island, Chernobil e Bhopal, o recuo do Mar Aral e destruições no Leste Europeu causados por experiências antropogenéticas, o aquecimento global e os conflitos no Oriente Médio motivados pela busca por recursos, principalmente petróleo.

Estas situações extremas, decorrentes da desenfreada busca por recursos e lucros, vão levar ao debate sobre as formas de desenvolvimento atual como comprometedoras do desenvolvimento futuro, e é a partir disso que se pensa o desenvolvimento sustentável, pela continuidade dos recursos.

A partir dessas discussões surge outra forma de perceber o desenvolvimento: regional/local. Numa contraposição aos modelos globais de desenvolvimento econômico, percebe-se a importância do fortalecimento das redes econômicas, sociais, culturais e ambientais locais. “Na realidade, essa interação com o global, mais do que enfraquecer as relações de proximidade, as reforça, pois leva à definição de estratégias de adaptação que exigem a promoção da solidariedade local e a ampla participação dos atores envolvidos.” (ANDION, 2003, p. 1045).

Ainda sobre desenvolvimento regional a autora finaliza falando da importância do fortalecimento das redes de interação, explicitando diversos aspectos dessas redes, sobre os quais não nos atermos aqui, dentro das regiões, como fundamentais para o fortalecimento dos elementos locais, garantido mais sucesso para os projetos de desenvolvimento regional.

No artigo “Discutindo os termos de uma equação de congruência: cultura e desenvolvimento sustentável”, de Denise Fonseca, encontramos uma afirmação inicial apoiada em citação de Celso Furtado “[...] o conjunto das características de uma sociedade, suas interações sociais, suas instituições, seus valores, a maneira como ela constrói e transmite conhecimentos e a forma como os representa, em uma palavra: a sua cultura – é o que define a sua visão de desenvolvimento [...]” (FONSECA, 2005, p. 01).

A afirmação não poderia ser mais coerente com as questões acima já mencionadas por outros autores. Fica claro que não é possível entender desenvolvimento sem levar em conta a dimensão cultural. Fonseca continua argumentando sobre a importância de estabelecer uma identidade cultural em rede, que mobilize as comunidades em torno de objetivos comuns a partir de um sentimento de pertencimento que fará com que percebam os caminhos do desenvolvimento sustentável, adaptados a sua própria realidade.

Numa abordagem ousada, a autora refere-se ainda ao nosso referencial cultural, ético e subjetivo como “o bem mais precioso a ser acumulado” (FONSECA, 2005, p.08) na nova ordem capitalista, do qual advém todo lucro. Dessa forma acredita ainda que esse referencial é que deve estar presente “[...] para a construção de uma nova concepção de desenvolvimento sustentável.” (FONSECA, 2005, p.08)

“Cultura, criatividade e desenvolvimento” é o artigo de Amaral Filho (2009), cuja percepção da temática difere das abordagens usuais. Ele utiliza o conceito de cultura e desenvolvimento no sentido de desenvolvimento econômico a partir da

cultura, o que chamamos hoje de economia criativa. No mundo em que vivemos, o sistema capitalista transforma em produto os potenciais criativos da arte, e no caso da cultura existe até o fomento da atividade através de renúncia fiscal por parte dos governos que permitem o investimento de impostos que seriam recolhidos em projetos culturais.

Segundo Amaral, quando a economia criativa é feita através de projetos sérios, que fortaleçam as expressões culturais originais locais e tragam para as pessoas mais qualidade de vida, o desenvolvimento sustentável acontece, mas “Como se sabe, a cultura é um campo sensível porque é portadora de símbolos e tradições. Sendo assim, a cultura pode se transformar em presa fácil para os grupos que se apropriam do poder e que a transforma em ferramenta de alienação e dominação da população.” (AMARAL, 2009, p. 14).

Varine (2013) estabelece uma relação muito concreta e definida entre patrimônio e desenvolvimento. Varine afirma que o patrimônio é a terra fértil que o desenvolvimento precisa para fincar raízes, no sentido da busca nas origens e trajetória histórica a base para a criação de bons projetos de desenvolvimento, que respeitem o patrimônio cultural local no seu sentido mais amplo.

O autor define ainda o patrimônio como a moldura na qual o desenvolvimento poderá se enquadrar, ou seja, o elemento definidor do território, ele chama de “DNA do território”, sobre o qual se pensa o desenvolvimento. Por último, Varine refere-se ao patrimônio como recurso de desenvolvimento. “O patrimônio (natural, cultural, vivo ou sacralizado) é um recurso local que só encontra sua razão de ser em sua integração nas dinâmicas de desenvolvimento. Ele é herdado, transformado, produzido e transmitido de geração em geração. Ele pertence ao futuro.” (VARINE, 2013, p. 20-21)

Varine (2013) atenta para a essencial necessidade de reconhecimento e apropriação do patrimônio pela sua comunidade, a mesma adesão que deve existir em qualquer projeto que pretenda utilizar o patrimônio como o capital propulsor de desenvolvimento local, os grupos sociais envolvidos precisam querer valorizar este patrimônio, para então buscar no mesmo as fontes dos recursos a serem utilizados nos projetos de desenvolvimento, seja ele turístico, educativo ou simplesmente de auto-estima dos cidadãos.

O que deve acontecer é a renovação desse patrimônio através das ações pensadas e realizadas por quem valoriza, dessa forma garante-se a permanência

deste patrimônio, a não exploração demasiada a ponto de colocá-lo em risco e a não desfiguração dele, como acontece em diversos locais nos quais o patrimônio vira espetáculo e já não se relaciona mais com os seus detentores originais.

Pois um processo de desenvolvimento, em nível local, não pode durar em longo e muito longo prazo, sem que se estabeleça um consenso forte e uma participação ativa do conjunto dos cidadãos. O que não pode ser feito se esses não se reconheçam nesse processo, como emanando de sua cultura, em harmonia com seu patrimônio. (VARINE, 2013, p. 46)

Varine destaca ainda formas de lidar com o patrimônio de acordo com a necessidade, as quais elenca como inventário, classificação/tombamento, inventário compartilhado, inventário participativo, referencial de patrimônio imaterial. Fala ainda sobre possibilidades reais dentro de projetos de desenvolvimento e educação patrimonial, como alternativas de gestão do patrimônio cultural. Estes mecanismos de gestão do patrimônio serão diretamente analisados nos estudos de caso.

Resta ainda esclarecer qual é o entendimento que teremos sobre desenvolvimento, que aqui vai referir-se à garantia/ampliação de direitos humanos.

A Carta da ONU, a Declaração universal dos direitos do homem, cujo cinquentenário celebramos este ano, o Pacto internacional relativo aos direitos civis e políticos e o Pacto internacional relativo aos direitos econômicos e culturais balizam o processo da *internacionalização* dos direitos humanos. (SACHS, 1998, p. 149)

Se estamos falando em direitos culturais, um deles é o direito à memória, à história, que darão ao cidadão o sentimento de pertencimento a um grupo, a um lugar, farão com que compreenda sua realidade e perceba-se um ser completo, integral, situado em um contexto histórico.

Sem (2001), em seu livro “Desenvolvimento como liberdade”, fala em desenvolvimento integral do homem, buscando a garantia das liberdades e direitos fundamentais no processo do desenvolver e não somente como um resultado, um fim, do desenvolvimento econômico. Também se refere a desenvolvimento como qualidade de vida, busca por referenciais de humanidade, entre os quais aparece novamente o direito a cultura, ao respeito por crenças e tradições a partir de uma perspectiva que não fira as liberdades dos grupos humanos.

Os fins e os meios do desenvolvimento exigem que a perspectiva da liberdade seja colocada no centro do palco. Nessa perspectiva, as pessoas tem de ser vistas como ativamente envolvidas – dada a oportunidade – na conformação de seu próprio destino, [...] (SEN, 2001, p. 71).

Conhecer, reconhecer-se e valorizar seu patrimônio cultural são elementos essenciais para o surgimento de propostas criativas e diferenciadas de desenvolvimento local. A análise desse processo em duas cidades diferentes do RS, com caminhadas distintas em relação ao seu patrimônio cultural, oferecerá os subsídios para pensar uma proposta de gestão adequada do patrimônio cultural, visando o desenvolvimento dos grupos sociais aos quais ele pertence.

### **1.5 Patrimônio e desenvolvimento: aproximações possíveis**

No decorrer da argumentação e posicionamento teórico estabelecidos, em vários momentos as ideias cruzaram-se, indicando caminhos, alternativas interessantes para a busca de mais qualidade de vida e cidadania.

Um destes aspectos refere-se à noção de desenvolvimento como garantia/ampliação de direitos humanos. “[...] o Pacto internacional relativo aos direitos civis e políticos e o Pacto internacional relativo aos direitos econômicos e culturais balizam o processo da *internacionalização* dos direitos humanos.”(SACHS, 1998, p. 149).

Se estamos falando em direitos culturais, um deles é o direito a memória, a história, que darão ao cidadão o sentimento de pertencimento a um grupo, a um lugar, farão com que compreenda sua realidade e perceba-se um ser completo, integral, situado em um contexto histórico. É essa memória que vai gerar as possibilidades de que o grupo elenque seu patrimônio cultural, rememore canções, práticas, receitas transmitidas há gerações, além da possibilidade de buscar elementos materiais que sirvam de suporte para essa “memória coletiva” (HALBWACHS, 1990).

Se, entre as casas, as ruas, e os grupos de seus habitantes, não houvesse apenas uma relação inteiramente acidental, e de efêmera, os homens poderiam destruir suas casas, seu quarteirão, sua cidade, reconstruir sobre o mesmo lugar uma outra, segundo um plano diferente; mas se as pedras se deixam transportar, não é tão fácil modificar as relações que são

estabelecidas entre as pedras e os homens. Quando um grupo humano vive muito tempo em lugar adaptado a seus hábitos, não somente os seus movimentos, mas também seus pensamentos se regulam pela sucessão das imagens que lhe representam os objetos exteriores. (HALBWACHS, 1990, p. 136)

Segundo a abordagem de vários autores, o patrimônio possui valor porque assim as pessoas o consideram importante, significativo, possuem laços afetivos com ele, e não porque possua algum valor intrínseco que emana dele por si só. Este patrimônio explica, fala sobre essas pessoas e elas revelam-se através dele, ter direito ao patrimônio cultural significa ter direito a ser um agente histórico, alguém inserido em sua história e seu tempo e capaz de interagir com essa realidade.

[...] que se considere o indivíduo como um cidadão e, por conseguinte, merecedor de memória – individual e coletiva – que lhe permita uma consciência histórica capaz de possibilitar a esse cidadão o (re)conhecimento desses bens como parte de sua memória e da sua história. (ARARIPE, 2004, p. 120).

Essa memória social vai criar nas pessoas um referencial de identidade comum, baseado em origens e experiências históricas, que vai gerar o reconhecimento de si mesmas, de sua função no tempo e no espaço.

[...] a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela também é um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLAK, 1992, p. 204).

Saber quem nós somos e de onde viemos, o que nos caracteriza, o que nos identifica, gera ferramentas importantes para avaliar para onde iremos, de que forma iremos nos desenvolver e onde queremos chegar. A memória pode inclusive servir de “arquivo” no sentido de indicar possibilidades futuras a partir de práticas do passado, uma vez que sempre será possível acessar alternativas e caminhos para o futuro, mesmo que já trilhados no passado.

Os mesmos podem indicar ainda as possibilidades de desenvolvimento inviáveis, que já comprovaram não gerar melhoria de vida para as pessoas. “A afirmação da identidade cultural é imprescindível ao fortalecimento da comunidade em seu ambiente, possibilitando-lhe a escolha das melhores soluções e,

consequentemente, a condução do processo de desenvolvimento local.” (KASHIMOTO et al, 2002, p. 41).

Quando pensamos em desenvolvimento logo vem à mente a ideia de crescimento econômico que por muito tempo vigorou como sendo a única alternativa de desenvolvimento ou que prevalecia sobre as outras ideias. Isso acontece porque somos herdeiros dessa corrente de pensamento dentro de uma proposição de educação e cultura eurocêntricas que predominou durante a grande maioria dos nossos anos de formação escolar. É preciso mudar essa perspectiva, pois através dela os direitos que humanizam o homem, entre eles o direito ao patrimônio cultural, não são reconhecidos. “Os fins e os meios do desenvolvimento exigem que a perspectiva da liberdade seja colocada no centro do palco. [...] as pessoas tem de ser vistas como ativamente envolvidas – dada a oportunidade – na conformação de seu próprio destino, [...]” (SEN, 2001, p. 71).

Sen (2001), fala em desenvolvimento integral do homem, buscando a garantia das liberdades e direitos fundamentais no processo do desenvolver e não somente como um resultado, um fim, do desenvolvimento econômico. Também se refere a desenvolvimento como qualidade de vida, busca por referenciais de humanidade, entre os quais aparece novamente o direito a cultura, ao respeito por crenças e tradições a partir de uma perspectiva que não fira as liberdades de todos os grupos humanos, refere-se a cultura universal de liberdade.

Outra combinação possível entre patrimônio cultural e desenvolvimento é a que gera frutos econômicos através do chamado turismo cultural. Inúmeros são os projetos que desenvolvem este tipo de proposta, muitos inclusive com grandes incentivos das diversas esferas governamentais, pois contam com programas e políticas públicas para sua viabilização.

Nacionalmente, é possível observar projetos de restauro de centros históricos decadentes localizados em cidades importantes do país. Esta pode ser uma alternativa interessante para a valorização do patrimônio cultural, tornando-o economicamente viável devido ao fluxo turístico, mas é preciso que aconteça com várias ressalvas.

A primeira delas é a de que esses projetos precisam incluir a população local destes espaços urbanos, pensando formas de inserir essa comunidade, suas relações e afetividades em relação ao patrimônio precisam estar presentes a fim de que dêem vida e sentido às ruas e casas, caso contrário tornam-se apenas “cascas”

vazias, objetos de consumo e marketing turístico. Requalificar centros históricos implica pensar em qualidade para todos: moradores, turistas, prestadores de serviços. Infelizmente o que mais vemos são projetos que acabam por gerar

A exclusão da população residente desse processo e a adaptação desses espaços a novos usos, na maioria das vezes, não resultou em processos integrados de reabilitação como propunham as cartas patrimoniais internacionais que defendiam a conservação integrada e o desenvolvimento sustentável, muito pelo contrário, as ações desse tipo se inscreveram ao fenômeno definido pelos geógrafos como *gentrificação*, enquanto a consolidação do espaço arquitetônico, via de regra, pautou-se pela superficialidade das restaurações. (PELEGRINI, 2006, p. 69)

Pelegriani (2006) em vários de seus textos aborda a questão do patrimônio cultural como base para o turismo, sendo que aponta alguns exemplos positivos como o da cidade de Quito, capital do Equador. A autora afirma que o sucesso desse empreendimento turístico/cultural se deve ao fato de ter levado em conta o elemento humano em suas ações, apoiando atividades tradicionais do centro restaurado como o comércio e o artesanato. O uso dos bens culturais naquela cidade foi democratizado, tornou-se acessível a quem ali já estava e ao visitante que conta com a possibilidade de contato direto com os detentores da memória cultural local, o que torna a experiência turística muito mais atrativa e singular. (PELEGRINI, 2005)

Pelegriani (2006) alerta ainda para o fato de que possivelmente esse esvaziamento do sentido e das memórias dos lugares seja a maior ameaça que o patrimônio cultural possa sofrer nas mãos da especulação econômica a partir de projetos turístico/culturais mal feitos. “Talvez o maior perigo enfrentado pelo patrimônio mundial na atualidade não se restrinja ao descaso público ou às ações do tempo, mas ao depauperamento do potencial simbólico e histórico dos bens culturais e a gestação de espaços globais, pois estes constituem atos de depredação irreversíveis.” (PELEGRINI, 2006, p. 75) Ela aponta as ações educativas como alternativas para contornar o problema, no sentido de que é necessário usar a educação para dinamizar as memórias e fazer com que a população aproprie-se de seu patrimônio cultural.

Sobre isso Choay (2006) elabora crítica à exploração do patrimônio cultural.

Por sua vez, os monumentos e o patrimônio históricos adquirem dupla função – obras que propiciam saber e prazer, postas à disposição de todos; mas também produtos culturais, fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos. A metamorfose de seu valor de uso em valor econômico ocorre graças à “engenharia cultural”, vasto empreendimento público e privado, a serviço do qual trabalham grande número de animadores culturais, profissionais da comunicação, agentes de desenvolvimento, engenheiros, mediadores culturais. Sua tarefa consiste em explorar os monumentos por todos os meios, a fim de multiplicar indefinidamente o número de visitantes. (CHOAY, 2006, p. 211)

Na prática, poderemos observar estes conceitos em sua dinâmica de vida, aplicados a pequenos municípios do Rio Grande do Sul, observando os resultados a que chegaram nas escolhas feitas e os caminhos que trilharam dentro das suas possibilidades, conforme consta a seguir.

## **2 CENÁRIO DA PESQUISA: NARRATIVAS SOBRE A FORMAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE IVOTI E PICADA CAFÉ**

Para produzir uma narrativa que fale sobre a história de qualquer cidade do RS precisamos inicialmente considerar a presença indígena no local. Não houve território que não fosse ocupado, em algum período do tempo, por nativos. Assim também foi com Ivoti e Picada Café.

### **2.1 Nativos**

Na região onde atualmente estão os limites dos municípios transitavam grupos de índios Kaingang, usa-se a palavra transitar porque esses grupos não fixavam moradia por muito tempo, tinham sim pontos de apoio em meio a sua rota de deslocamento onde ficavam semanas ou até poucos meses para então levantar acampamento e ir adiante. Esse nomadismo permaneceu em função da busca por alimento através da caça e da coleta, principalmente do pinhão, a horticultura era praticada em pequena escala. Provavelmente cultivavam diversos tipos de milho e produziam cerâmica de uso cotidiano. Tinham o costume de enterrar seus mortos, com honras especiais para os caciques e os mortos em batalhas.

As casas eram ranchos ou choças cobertas por folhas de jerivá, muito simples uma vez que não eram ocupadas por muito tempo. Havia o hábito de fogo aceso durante o dia inteiro dentro da casa. Deslocavam-se dentro da mata a pé, abrindo picadas a facão, que também usavam para marcar o caminho fazendo um pequeno talho nas árvores. Não usavam os rios para o deslocamento pois não fabricavam canoas.

Dentro dos estudos da arqueologia o Kaingang seria descendente da Tradição Taquara, habitantes do planalto gaúcho conhecidos como os executores das casas subterrâneas, também conhecidas como “buracos de bugre”. Muitas pessoas idosas da região a qual pertencem Ivoti e Picada Café usam a expressão “bugre” para referir-se aos indígenas, mas afinal do que se trata? A expressão bugre parece ter sido usada de forma mais geral para denominar os indivíduos ou grupos

de indígenas “[...] não dispostos aos projetos de catequização e, posteriormente, de civilização implementados pela administração da colônia e do império.” (DORNELLES, 2011, p. 271) Também há a hipótese de que tenha sido um termo derivado da expressão *pucrí*, grito de guerra dos índios coroados (Kaingang), podendo então servir para diferenciar esse grupo dos nativos guaranis. Essas são conceituações mais generalizantes. Os Kaingang eram também chamados de caáguas, guananases, botocudos, coroados, entre outros. Abaixo podemos verificar sua localização geográfica no século XVIII, logo antes do processo de imigração alemã que viria a acontecer a partir de 1824.

Figura 1: Mapa grupos indígenas no RS.



Fonte: Riograndino Silva (1968).

Fonte: LAROQUE, 2011.

Até o início do século XIX, os kaingang puderam manter sua zona de circulação pois a ocupação portuguesa permitia que se deslocassem entre as fazendas e os pequenos aldeamentos que existiam, é com a ocupação do planalto e regiões de margem dos Rios Caí, Jacuí e Sinos e seus afluentes que o indígena vai perceber o território onde nasceu e viveu sendo ocupado por pequenas

propriedades rurais de imigrantes alemães. O imigrante percebe sua terra dentro do sistema capitalista da propriedade privada, o nativo compreende que a natureza lhe dispõe todas as necessidades de sobrevivência e os confrontos se tornariam inevitáveis.

Com isso ambas as etnias viviam uma situação bastante tensa porque, enquanto o colono tentava se estabelecer nas terras que lhe cabiam por determinação imperial, o Kaingang via a penetração efetiva nas terras onde havia nascido. Enquanto os primeiros sofriam com a presença do índio, este, por sua vez, só tinha como única alternativa, a retirada. (BECKER, 2006)

Em 1846, estando o problema posto, o governo inicia a Política Oficial de Aldeamentos que aos poucos vai recolhendo os índios para as aldeias, restringindo o seu território e gerando a marginalização desse grupo, como se percebe ainda hoje.

Mas nem toda a relação entre índios e imigrantes foi pautada pelo confronto, houve também troca de conhecimentos. Os imigrantes alemães chegaram ao Brasil carregando sementes de centeio, trigo e cevada, que uma vez plantadas aqui não produziram.

Logo viram que seria necessária adaptação aos frutos locais e investiram no plantio de milho, aipim, feijão, arroz, batatas e outros. Estes conhecimentos pertenciam aos habitantes locais e rapidamente esses ingredientes passaram a fazer parte da mesa teuto-brasileira, reelaborando receitas típicas como pão caseiro com farinha de milho e aipim, rosca de polvilho de mandioca, cucas recheadas de frutas. Nos municípios do estudo estes são produtos turisticamente vendidos e com grande aceitação, ditos, produtos coloniais.

## **2.2 Imigrantes**

O Rio Grande do Sul é um estado construído, em grande parte, através da disputa entre portugueses e espanhóis, fruto de acordos, tratados e batalhas. Definido como território português era ainda de povoamento incipiente, uma vez que os nativos indígenas não eram considerados como população participante do projeto de colonização. Eles foram a motivação das primeiras incursões de bandeirantes

paulistas para o sul do Brasil, em busca de índios para captura e posterior venda como mão-de-obra escrava.

Essas incursões deram origem às primeiras estradas, pontos de paradas, pequenos vilarejos entre as fazendas dos poucos que aqui permaneciam, dentro da perspectiva de uma ocupação em duas frentes: no litoral pelos portugueses e nas fronteiras pelos espanhóis, segundo Reichel et al (2006). Essa fronteira que se equivale aproximadamente aos limites atuais de nosso estado no oeste e sul, configurava a região chamada Platina cuja principal fonte de alimentação da população era o gado e a unidade produtiva a estância. “As estâncias estimularam a ocupação efetiva de terras e a fixação dos colonizadores nelas.” (REICHEL, 2006, p. 47). A área tinha ainda gerência de padres jesuítas em suas missões indígenas e era rota de contrabando de escravos, couro, entre outros.

O Rio Grande do Sul acabou por caracterizar-se por fronteiras móveis, mais amplas e relativas que as atuais. Reichel (2006) discute o conceito de fronteira e traz uma importante contribuição para entendermos como se dão as relações entre os povos no nosso estado “[...] muito mais como “fronteiras-zona”, estimulando contatos, intercâmbios, formas de resistência ao homem que aí vivia, do que como “fronteiras-linha”, que separam sociedades e dividem culturas.” (REICHEL, 2006, p. 61). A ideia de fronteira como intercâmbio e resistência confere com as relações entre portugueses/espanhóis, portugueses/imigrantes, imigrantes/indígenas, e vai perpassar a constituição dos municípios rio-grandenses.

Na metade do século XVIII açorianos chegaram ao Rio Grande do Sul, incorporados ao sistema de latifúndios com criação de gado, algumas propriedades com agricultura de subsistência e pequenos engenhos, criação de animais de pequeno porte, atafonas, dependendo da região onde estavam instalados. “Iniciando pela vila do Rio Grande, os açorianos foram alcançando, por caminhos terrestres e fluviais, outros espaços, numa linha estratégica traçada pela Coroa Portuguesa para a fixação de povoadores, garantindo o avanço luso [...]” ( GRAEBIN, 2006, p. 203)

Com a Guerra Cisplatina - na qual Dom João VI ordenou a anexação das terras da Banda Oriental, atual Uruguai, ao Brasil – houve grande desgaste na Província do Rio Grande do Sul, não havia população para fornecer soldados e nem produção suficiente para dar conta das necessidades da guerra. Com medo de transformar escravos em soldados surge a possibilidade de atrair europeus de

territórios de língua alemã (conexão estabelecida em função das origens da Imperatriz Leopoldina, princesa austríaca).

A ideia era manter o território, povoar as terras e branquear a população. “Em tempos de paz, seriam agricultores e artesãos; em tempos de guerra, seriam chamados às armas.” (DREHER, 2014, p. 115). Já para os alemães, emigrar poderia ser a saída para a situação de extrema pobreza, sob ameaça de mendicância, pois as mudanças econômicas e políticas na Alemanha haviam gerado um grande contingente de agricultores sem terras e sem outras possibilidades de sustento. O processo imigratório geraria, a longo prazo, uma grande transformação em todo o estado, principalmente na formatação social e nas relações de trabalho e mercado.

O povoamento deveria se dar nas áreas de floresta ainda desprotegidas e é dessa forma que surgem as “picadas”, abertas a facão no meio da mata para estabelecer os lotes que viriam a ser distribuídos aos imigrantes alemães. Estabelecendo entre os eles o sistema de agricultura familiar baseado na pequena propriedade rural resolvia-se o problema da falta de produção de alimentos no país. O envio desta massa imigrante para os chamados “países novos” tornou-se um negócio vantajoso, ainda mais que se descortinavam perspectivas de retorno de capitais, pela formação de núcleos nacionais no exterior que se vinculariam, por laços comerciais, à pátria de origem.

A colônia concedida inicialmente aos imigrantes em 1824 possuía uma superfície de 77 hectares, diminuindo para 48,4 hectares em 1851, até reduzir ao chamado “lote colonial” de 25 hectares a partir de 1889. Estas, por sua vez, foram reduzidas por sucessivas partilhas de herança e vendas. Os lotes possuíam, inicialmente, uma certa regularidade geométrica com, geralmente, 220m de frente (às vezes 110m) e 220m a 3200m de fundos.

O “habitat rural” da colônia alemã caracteriza-se pela pequena propriedade com uma infinidade de vilas e povoações onde a pequena propriedade é a célula e a picada a unidade orgânica do povoamento. As colônias parecem ser um verdadeiro quadriculado, onde se distinguem perfeitamente as divisas dos lotes pelas culturas diferenciadas ou pela mata existente.

Cada sítio é isolado e completamente desvinculado em termos espaciais dos sítios vizinhos. Cada sítio é uma unidade em si, os prédios foram implantados conforme as necessidades ou conveniências do momento. O espaço arquitetônico cresce e se transforma em um planejamento rígido. Se

o crescimento era livre e improvisado, não quer dizer que fosse anárquico ou desorganizado. Por trás desta liberdade, havia um modelo abstrato de organização espacial. (WEIMER, 1983).

Na área destinada para a sede da propriedade, aparecem o as benfeitorias, o jardim, o pomar, a horta e o “potreiro” para o gado. As habitações, com raras exceções, conservam-se sempre a beira do caminho, a pouca distância umas das outras. Desta maneira, as residências não ficavam dispersas, facilitando o contato pessoal na colônia. Desde o princípio, os colonos lutam contra o isolamento multiplicando os pontos de encontro.

O caminho da picada é a própria rua e foi nas proximidades desta, num espaço de lote, ou na casa de um colono, que surgiram a escola, a venda o salão de baile – a parte mais animada da picada – onde as casas comprimem-se umas contras as outras e, na maioria dos casos, com igreja, numa praça, dando início a consideráveis aglomerações.

No Rio Grande do Sul, as famílias de imigrantes encontraram um ambiente inóspito, pouco povoado, sendo que inicialmente se dedicaram a agricultura, pois não havia outros meios de subsistência. Uma vez instalados em condições mínimas, os imigrantes passavam a produzir alimentos como milho, feijão, batatas, arroz, aipim, batatas-doces, cana-de-açúcar e amendoim, o último era usado para a produção de óleo para as lamparinas.

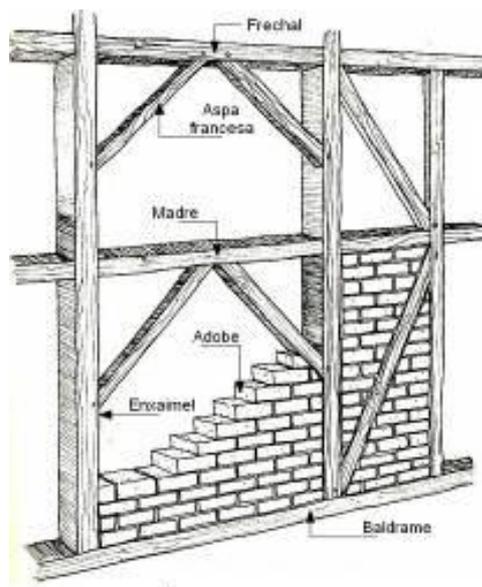
Também criavam animais como porcos e galinhas, vacas para a produção de leite e gado em geral apenas para deslocamento de carroças e arados. Aos poucos iam conseguindo produzir excedente que era então comercializado nas vendas locais ou mesmo em colônias já mais desenvolvidas como Novo Hamburgo e São Leopoldo. Toda localidade possuía no mínimo uma venda para aquisição de produtos como açúcar, erva-mate, fumo em rolo, café e tecidos.

Geralmente cada família possuía ali uma conta na qual se descontava do valor dos produtos que vendiam o valor do que compravam, nem sempre implicando em trocas monetárias, apenas escambo. Seguidamente o proprietário da venda era também o dono do moinho que beneficiava o milho e fazia o óleo de amendoim, ficando com uma parte do produto em troca do serviço do beneficiamento. Muitas vezes esse comerciante fazia as vezes de “banco”, fornecendo empréstimos a juros aos membros da comunidade. Também não era incomum que fossem ainda donos do salão de baile local, que ficava junto à venda.

Muitos destes imigrantes ocuparam-se da agricultura somente nos primeiros anos, pois possuindo conhecimentos de uma profissão artesanal<sup>1</sup> passaram a abrir pequenos ateliês.

O imigrante assim que conseguia, deixava a cabana provisória dos primeiros tempos e construía sua casa, ao modo de construção dos principados germânicos medievais, um modelo camponês cuja técnica construtiva era passada de geração em geração e chamava-se “fachwerckbau”, atualmente conhecida como técnica arquitetônica do enxaimel. A técnica consiste em iniciar a construção a partir de um “esqueleto” composto por vigas em madeira, sustentadas por travas também de madeira que encaixam-se umas nas outras sem a ajuda de pregos, como podemos ver na ilustração abaixo.

Figura 2: Técnica enxaimel



Fonte: <http://blogneobambu.com/2012/01/a-charmosa-arquitetura-enxaimel/>

No Brasil a técnica foi adaptada em meio a novas influências culturais além das necessidades do clima. Aqui a cozinha foi construída em separado da casa, assim como o estábulo. Na Alemanha esses itens constituíam uma única unidade de

<sup>1</sup> Na Alemanha ocorria a gradual desintegração do sistema feudal, enquanto acontecia uma revolução agrícola, na qual com o uso de novas técnicas era necessário menor número de camponeses que passaram a ficar sem terra e sem trabalho. Além disso, a região industrializava-se, decompondo o sistema de pequenas manufaturas artesanais, para muitos artesãos que não queriam se sujeitar ao salário e às condições das fábricas a saída foi a emigração para outros países, como o Brasil.

moradia. O telhado também foi adaptado para a nova realidade climática sem a presença de neve no inverno, favorecendo menor inclinação.

Inicialmente as telhas eram pequenas tábuas de madeira, mais tarde substituídas por telhas francesas de barro devido à disponibilidade e maior durabilidade. O preenchimento da parede poderia variar de acordo com o que estivesse disponível: mistura de palha e barro, arenito coberto de barro ou ainda tijolos maciços rebocados, todas as opções sempre apresentavam acabamento em tinta branca a base de cal. O porão geralmente é alto e o sótão também.

Em Ivoti e Picada Café – cenário de nossa pesquisa – ainda é possível encontrar diversas casas em estilo enxaimel que representam a antiga estrutura da propriedade do imigrante: a casa, a cozinha, o estábulo para os animais como vacas e gado, paiol para as ferramentas de trabalho e feno, pocilga (chiqueiro) para a criação de porcos, cavalos no pasto, galinhas, jardim, pomar e horta.

Figura 3: Detalhe arquitetura enxaimel Museu Municipal de Ivoti



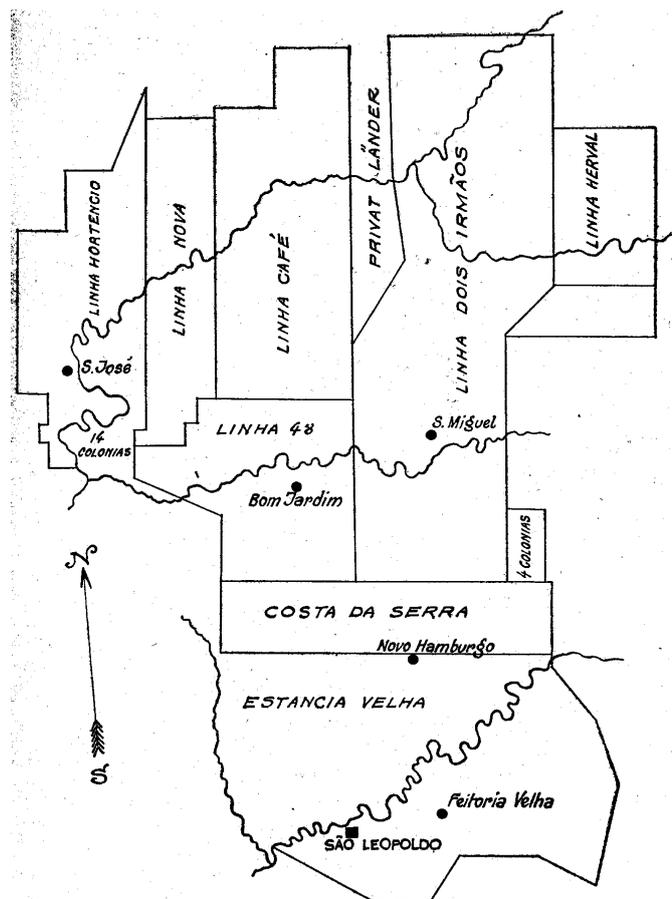
Fonte: Acervo da autora

Com esta estrutura produtiva logo os imigrantes puderam contar com excedentes na produção e aos poucos se estabelece o comércio nas colônias, entre os colonos e entre as casas de comércio das localidades, além das vendas maiores para cidades como São Leopoldo e Porto Alegre. Cultivavam em geral milho, aipim, batatas, feijão, arroz, cana-de-açúcar, trigo e centeio.

Aos poucos eram organizados elementos da vida social como escolas, igrejas e sociedades. Segundo Dreher (2014), mais da metade dos imigrantes eram também artesãos, por isso rapidamente surgiram funilarias, marcenarias, carpintarias, serrarias, ferrarias, moinhos e muito pouco precisava ser comprado de fora da colônia.

Ivoti e Picada Café surgem inicialmente como partes da Colônia de São Leopoldo, primeira colônia de imigração alemã do estado do Rio Grande do Sul, cuja instalação das famílias iniciou em 1824. No mapa podemos verificar que Ivoti seria hoje o que na época era Linha 48 e Bom Jardim, sendo Linha Café a principal colônia a compor o atual território de Picada Café, mais alguns anexos de Linha Nova e colônias do atual município de Nova Petrópolis.

Figura 4: Mapa São Leopoldo Colônia

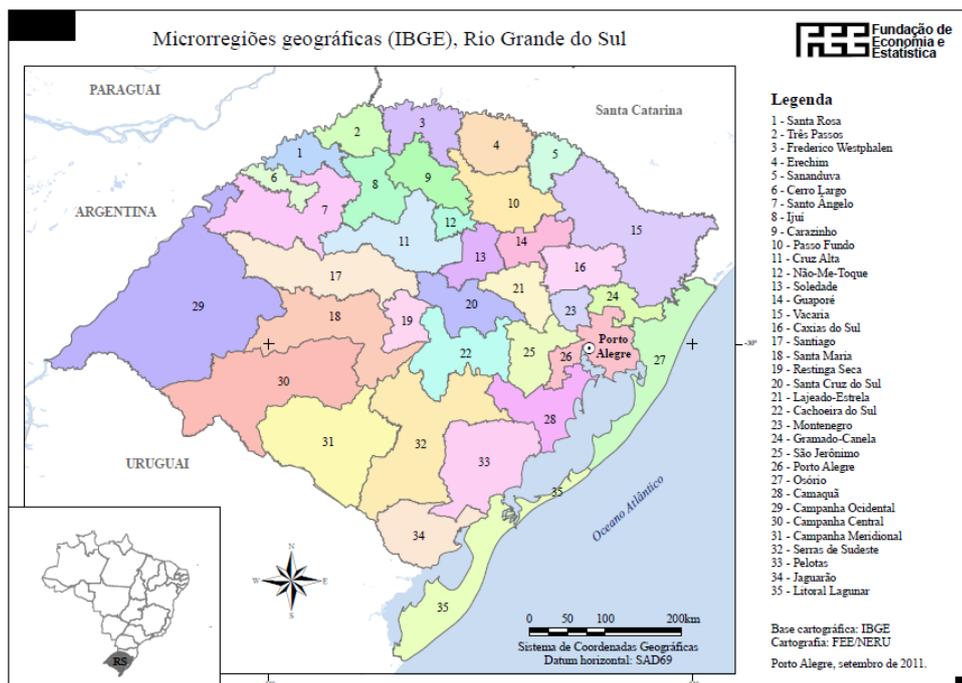


Carta da Colônia de São Leopoldo

Fonte: [http://www.rootsweb.ancestry.com/~brawqw/alemanha/col\\_SaoLeopoldo.htm](http://www.rootsweb.ancestry.com/~brawqw/alemanha/col_SaoLeopoldo.htm)

Atualmente, os municípios desta pesquisa ficam na encosta da serra gaúcha, praticamente entre a região metropolitana e a serra, apresentando ainda características de pequenas cidades do interior apesar da extrema proximidade com a capital do estado, Porto Alegre. Os municípios localizam-se na mesorregião Metropolitana de Porto Alegre e na microrregião de Gramado-Canela, identificada sob o número 24 no mapa abaixo.

Figura 5: Mapa Microrregiões do Rio Grande do Sul



FONTE: <http://mapas.fee.tche.br>

### 2.3 Ivoti

Localizado na microrregião colonial da Encosta da Serra Geral, o município de Ivoti dista apenas 55 quilômetros de Porto Alegre. Com área aproximada de 63 Km<sup>2</sup>. Possui uma população aproximada de 20 mil habitantes.

Figura 6: Localização de Ivoti



Fonte: <http://www.weather-forecast.com/locations/Ivoti>

Os lotes das principais linhas de povoamento de Ivoti (Bom Jardim e Linha 48) acabaram por seguir o curso do Arroio Feitoria e também da atual Avenida Presidente Lucena, antiga estrada de tropeiros que inclusive favoreceu as primeiras trocas regionais: uma das primeiras fábricas da cidade foi de confecção de botas, para a demanda tropeira.

A primeira família que se estabeleceu em Ivoti foi a “Berghan”, à margem do Rio Feitoria, ao norte da sede. Essa família, ou grupo de famílias deu origem a primeira denominação de Ivoti: Berghanthal (vale dos Berghan) ou Berghanschneiss (Picada dos Berghan). Com o desenvolvimento da ocupação, atingiu-se a atual sede do município. Mais tarde, devido a profusão de jardins cultivados junto às casas, o local passou a designar-se “Bom Jardim”. Em 1938, recebeu a designação atual de Ivoti, palavra que em tupi-guarani, significa “flor”. O nome Ivoti foi adotado oficialmente, em novembro de 1944.

Com a criação do município de Estância Velha, em 1959, Ivoti é desmembrada de São Leopoldo e passa a integrar a área de novo município até 1964. Através de plebiscito, foi aprovada a emancipação do distrito, e a 19 de outubro de 1964 é assinado o decreto de criação do município de Ivoti.

O núcleo da Linha 48 constituiu-se, até meados deste século XX, em pólo regional, ponto de encontro, comércio e serviços. Junto com o trabalho da lavoura, surgiram pequenas fabricas artesanais de cerveja, de “gasosas”, ferrarias, marcenarias, fabrica de carroças, pequenos curtumes, matadouros, queijarias. De

importância fundamental foram as “vendas”, as escolas, a “bailanta” e os dois bancos ali instalados no seu apogeu.

A agricultura foi, sem dúvida, o fator predominante da atividade dos pioneiros, pois forneceu ao artesão e para as pequenas indústrias a matéria prima que, por sua vez, abasteceu o comércio de produtos finais. Na medida em que o núcleo inicial se ampliava, as trocas eram intensificadas entre as picadas e as colônias.

Desde a origem da colonização, todas as trocas se faziam por permuta. O colono trazia seus produtos para a venda e levava, em contrapartida, artigos fabricados ou gêneros alimentícios produzidos na colônia. As trocas eram feitas à vista. Com o tempo os comerciantes instituíram contas correntes aos seus fregueses creditados, o que se constitui no início do crédito.

Com o tempo, as pequenas fábricas de “fundo de quintal” e as vendas, a princípio modestas, resultaram em consideráveis empórios. Comprovando o fluxo econômico que emanava de Ivoti e outras colônias da serra que acessavam cidades maiores através desse município, podemos destacar a presença da Ponte do Imperador (1857), passagem sobre o Arroio Feitoria solicitada pelos imigrantes a fim de que pudessem transportar seus produtos em segurança. Relacionada com a prosperidade da colônia também está a presença de uma hidrelétrica no mesmo arroio, localizada na divisa com o município de Dois Irmãos e datada de 1912.

Outra via econômica é a atual Avenida Presidente Lucena que atravessa a cidade de Ivoti, tem seu início no Bairro Scharlau (São Leopoldo) e termina na localidade de Vila Olinda em Nova Petrópolis, configurando o acesso direto entre os dois municípios desta pesquisa. “Para o antigo distrito de Bom Jardim (Ivoti), a abertura dessa estrada significou um passo gigantesco de progresso. Antes, o comércio desse distrito era dificultado por falta de vias de transporte.” (KREUTZ, 2013, p. 159). A abertura efetiva da estrada se deu no ano de 1885.

As escolas surgiram como a necessidade natural da comunidade, inicialmente vinculadas à confissão religiosa, passam mais tarde a ser públicas, apesar de ainda haver na cidade forte presença da rede luterana de educação.

A arquitetura chamava (e ainda chama) a atenção pela presença de diversas casas construídas em estilo enxaimel, datadas da primeira metade do século XIX, e

de casas ecléticas<sup>2</sup>, do início do século XX. As atividades culturais e recreativas constituíam-se nas mesmas em toda a colônia: os tradicionais “kerbs”<sup>3</sup>, os jogos, bailes e festas populares, integradas com as demais picadas, festejos presentes ainda hoje.

Em relação à economia podemos afirmar que foi desenvolvendo-se muito rapidamente a partir do século XX no qual proliferaram unidades semi-industriais. Com a emancipação (1964) da cidade essas empresas crescem e tornam-se empreendimentos do couro e do calçado, partindo gradualmente para a exportação. O “boom” da industrialização se deu nos anos de 1980, nos quais Ivoti recebeu significativo contingente de migrantes do norte do estado que geraram bairros novos e o incremento urbano era visível, o crescimento econômico deu-se de forma acelerada, a infraestrutura da cidade não comportava tantas pessoas. Ao lado das empresas do ramo do calçado prosperavam ainda laticínios e comércio de cereais. Em 1994 o Plano Real instituiu a paridade do dólar com a moeda nacional, levando diversas empresas exportadoras à falência. Uma boa parte da leva de migrantes retornou a suas cidades de origem com o fim de diversos postos de trabalho. A crise levou a diversificação e deu espaço ao surgimento de outras empresas na área da alimentação para animais, madeiras, esquadrias, malhas, entre outros.

Também a partir desse momento intensifica-se o olhar sob o patrimônio cultural da cidade, no sentido de utilizá-lo junto ao turismo, criando uma nova alternativa de renda. Iniciam-se assim sucessivos projetos de restauro, tombamentos, ações educativas e eventos para fomentar o setor que vem ganhando espaço desde então.

Neste momento da história de Ivoti, com as aceleradas mudanças trazidas pela industrialização rápida e urbanização do município, a comunidade sente pela primeira vez o temor da perda de suas referências culturais, daí a preocupação em proteger edificações, objetos e tradições. As iniciativas referentes ao patrimônio cultural como restauros e criação dos primeiros museus/memoriais “[...] são

---

<sup>2</sup> Refere-se a um estilo arquitetônico cuja principal característica é misturar elementos arquitetônicos presentes no século XIX. A fachada é alinhada na frente do lote, há presença de varandas laterais, balustradas, platibandas e simetria. A construção ganha ares de grandiosidade e representa as novas possibilidades de algumas famílias da colônia que tornaram-se prósperas, em geral os proprietários de oficinas e vendas.

<sup>3</sup> Festejo indicativo da inauguração do templo religioso da localidade. Seu formato e tradições serão melhor caracterizados adiante por se tratar de patrimônio cultural imaterial da cidade.

entendidas como um fenômeno social, no qual o passado da comunidade é redefinido, de acordo com os interesses do presente, que nesse caso, nos parece estar diretamente associado à preocupação com a preservação dos traços identitários [...] (GEVEHR, 2015, p.4). Em outras palavras, percebe-se a urgência em reafirmar perante o outro (migrante de outras regiões do estado em busca de trabalho) a sua própria identidade.

Em 1966 Ivoti acolheu imigrantes japoneses que buscavam um local no qual pudessem viver de forma associada, em cooperativa agrícola. Puderam adquirir 37 lotes de terras em unidade, formando a Colônia Japonesa de Ivoti. Para isso contaram com a ajuda da *JAMIC – Japan Agency Immigration Cooperation*, instituição criada no Japão justamente em função da demanda populacional que emigrava após a 2ª Guerra Mundial.

A *JAMIC* auxiliava com linhas de crédito para compra de terras a juros baixos, além de oferecer um programa de medicina preventiva, com vacinas e visitas às casas. Também orientavam os emigrantes através de publicações como dicionários português/japonês, além de orientações sobre a fauna e a flora brasileiras. Através da *JAMIC* emigraram moradores de várias regiões do Japão, como das províncias de *Kagoshima-Ken*, *Kumamoto-Ken* (ilhas ao sul do Japão), *Hokkaido* (ilha mais ao norte). A viagem de navio entre o Japão e o Brasil levava aproximadamente cinquenta e dois dias e a partida acontecia no porto de Kobe. Em Ivoti os japoneses destacaram-se por realizar uma agricultura intensiva com técnicas aperfeiçoadas, tendo ótimos resultados na produção de uvas de mesas nas décadas de 1970 e 1980. Depois desse período houve retração econômica na comunidade e muitos filhos de imigrantes voltaram para o Japão.

Constata-se, a partir da observação das diversas manifestações culturais locais, que a população ivotiense ainda preserva e cultiva as tradições de seus antepassados como a língua, as danças, os costumes, a gastronomia, conferindo-lhe uma característica singular.

### 2.3.1 Patrimônio Cultural de Ivoti

Para que seja possível compreender as dinâmicas envolvidas na valorização do patrimônio cultural de cada município estudado é preciso ter uma ideia de quais

são os elementos elencados como patrimônio cultural, ou seja, anunciados publicamente e vendidos turisticamente como referência local. Foram usados materiais de divulgação como folders e também as páginas oficiais (*sites*) de cada município para obter informações.

Vale destacar que o presente estudo vai valer-se de fontes escritas, mas muito também imagéticas, principalmente fotografias que tem função importante na divulgação turística dos municípios, é através dessas imagens que é constituída a forma através da qual será feita a comunicação com o outro, com o turista, o visitante e o morador. Sabe-se que a fotografia não é uma fonte “neutra”, cada imagem é produzida por uma pessoa com finalidade específica e deve ser compreendida dentro dessa construção. Kossoy (2001) destaca que cada fotografia possui uma finalidade estética, mas também documental, é um registro que visa informar algo por algum motivo. “Toda fotografia é um testemunho segundo um filtro cultural [...]” (KOSSOY, 2001, p. 50), portanto a fotografia fala sobre si mesmo, ao mesmo tempo que fala do outro e carrega todo esse arcabouço de intencionalidades.

Para organizar a pesquisa iniciaremos com o patrimônio cultural material, seguindo a ordem de tombamentos federal, estadual e municipal. De forma alguma pretende-se estabelecer uma hierarquia, pois isso não seria adequado uma vez que não há como dizer que um determinado patrimônio é mais relevante do que o outro, pois partimos do princípio de que os bens culturais não possuem valor intrínseco, mas sim o valor que a comunidade a qual pertence atribui a ele.

A Ponte do Imperador é patrimônio cultural tombado/protegido pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O tombamento aconteceu no ano de 1988 e seguiu a tendência nacional na época de valorização dos bens culturais locais, que tivessem expressão e importância nas dinâmicas históricas das microhistórias. A ponte foi construída com arcos, em estilo romano. “Nos pilares foi usado cimento até aproximadamente dois metros de altura e, no restante, apenas argamassa de cal com areia.” (WAGNER, 2013, p. 91). Nos primeiros anos de colônia uma das dificuldades era atravessar no inverno o Arroio Feitoria, fio condutor da Linha 48.

As águas altas e a largura do arroio não permitiam a travessia gerando problemas de escoamento de produção bem como dificuldades de comunicação das famílias com outros centros importantes como Hamburgo Velho e São Leopoldo.

Num primeiro momento foi construída ponte de madeira, depois, por volta dos anos 1850 iniciou-se a construção da ponte de pedra que atravessa o curso de água na altura dos originais lotes número 24/25 da Linha 48. Não somente as colônias de Ivoti se beneficiavam, como também a serra, as colônias que na época equivaliam aos atuais municípios de Picada Café, Morro Reuter, Nova Petrópolis, Dois Irmãos.

Não há plena certeza dos motivos do nome do bem cultural, por muito tempo foi divulgado que Dom Pedro II, Imperador do Brasil teria vindo para inaugurar o local ou ainda passado pela edificação, mas não há comprovações disso, o que se sabe é que o governo imperial auxiliou no envio de recursos para a obra, mas não foi o único pois a construção contou também com recursos do governo provincial e cotas de contribuição do colonos de Linha 48 e Linha Café, os mais imediatamente beneficiados. Esse patrimônio cultural de Ivoti serviu de inspiração para o desenho do pórtico de entrada da cidade.

Figura 7: Ponte do Imperador em Ivoti



Fonte: <http://www.ivoti.rs.gov.br/turismo>

A Ponte do Imperador integra o Núcleo de Casas Enxaimel, situado na localidade de Feitoria Nova e popularmente chamado de “Buraco do Diabo”, também em alemão “Teufelsloch”. Trata-se de um conjunto de residências em localização

original compoendo trecho da Linha 48. São ao todo 06 casas em estilo enxaimel e uma edificação eclética.

Cada prédio possui funções específicas e todo o local encontra-se no entorno da Ponte do Imperador, ou seja, protegido e sob gerência do IPHAN, mas as edificações são tombadas por lei municipal datada de 2003. Geralmente as casas eram distantes umas das outras pelo tamanho das propriedades, no Núcleo há relatos de conflitos com indígenas, o que teria motivado a opção por construir em proximidade, como forma de proteção. Comum em todas as colônias alemãs, as relações estabelecidas com os indígenas, geralmente confrontos, acabam por se tornarem historias silenciadas.

O Núcleo de Casas Enxaimel era no século XIX um centro de comércio e serviços. Segundo Kreutz (2013, p.348) o espaço era chamado de “Städtchen”, cidadezinha em alemão e contava com a casa comercial Ludwig, a casa comercial Schneider, salão e açougue Kehl, açougue de Guilherme Rübenich, carpintaria, ferraria, funilaria, escola particular luterana e escola municipal. Toda essa efervescência deu lugar ao abandono um século depois.

Por volta dos anos 1950/60, aconteceram diversas enchentes, culminando com uma cheia do Arroio Feitoria em 1965 que ocasionou o rompimento da barragem na colônia vizinha de Dois Irmãos que ali estava construída para desviar o fluxo de água necessário para fazer funcionar a usina hidrelétrica existente na divisa dos distritos. Com esse rompimento as águas encheram rapidamente todo o Núcleo gerando estragos materiais nas casas e perda de cabeças de gado, além de pessoas que relataram terem ficado por quase uma semana isoladas nos sótãos de suas casas naquele local. Este fato motivou o abandono dessas edificações que chegam aos anos 1980/90 totalmente arruinadas levando aos futuros processos de restauro como veremos no próximo capítulo.

É possível encontrar lá o Museu Municipal Claudio Oscar Becker, cujo espaço foi recentemente remodelado. É um museu de ambiência que remonta dentro das possibilidades uma unidade doméstica de uma família de descendentes de imigrantes alemães, misturando móveis e objetos dos séculos XIX e XX. Encontra-se aberto a visitaçã de terça-feira a domingo.

Figura 8: Museu Municipal Claudio Oscar Becker



Fonte: <http://www.ivoti.rs.gov.br/turismo>

Também no Núcleo de Casas fica a Casa do Artesão, espaço destinado para a venda de produtos dos artesãos e empreendedores turísticos associados a Adetur – Associação para o Desenvolvimento Turístico de Ivoti.

Figura 9: Casa do Artesão



Fonte: <http://www.ivoti.rs.gov.br/turismo>

Lá podem ser encontrados os “wandschoner”, panos de parede bordados inspirados nas antigas práticas das senhoras alemãs que bordavam imagens e/ou dizeres para ornamentar a casa e educar a família. É um produto artesanal típico da cidade.

Figura 10: Wandschoner grupo bordadeiras Instituto de Educação Ivoti



Fonte: Projeto Tecendo Memórias

Outra edificação importante do local é a Casa Amarela, prédio de 1907 em estilo eclético onde funcionava uma das vendas.

“Além de secos e molhados, essas vendas ofereciam todos os artigos necessários aos moradores, tais como tecidos, chinelos, tamancos, ponchos, chapéus de feltro e de palha, ferragens e, até mesmo, medicamentos como Cafiaspirina, remédios contra a febre, antídoto para picada de cobra, etc.” (FRITSCH, 2013, p. 417).

A venda recebia dos colonos produtos como porcos, galinhas, banha, feijão, milho, óleo de amendoim, ovos, etc, e fazia-se a troca, ficando o cliente em débito ou crédito, conforme e negociação. Atualmente o espaço atende como restaurante e café colonial.

Figura 11: Casa Amarela



Fonte: <http://www.ivoti.rs.gov.br/turismo>

Existem ainda em Ivoti bem tombados pelo IPHAE – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul – trata-se da Antiga Igreja Matriz de São Pedro e o Salão Holler.

A Igreja Matriz de Ivoti é um importante exemplar de arquitetura neogótica no nosso estado, daí sua importância no contexto arquitetônico estadual. Ela data de 1857 e foi construída pela comunidade católica local. Em 1924 passou por um incêndio e nos anos seguintes foi totalmente reformada e além de finalizados os acabamentos, como as escaiolas<sup>4</sup>, pintura do altar e adornos externos.

Em 1970, foi inaugurada a igreja nova, sendo que a antiga passou a acolher outras funções como catequese. Nos anos 1980 inicia na cidade o debate sobre a possível demolição da edificação e a igreja passa a fazer parte das preocupações e mobilizações da comunidade quanto ao seu patrimônio cultural. Em 1986 acontece o tombamento do local e também o segundo incêndio que prejudicou bastante a estrutura, principalmente a parte da frente e telhado.

---

<sup>4</sup> Adorno de paredes, feito de gesso e cola imitando o mármore.

Figura 12: Antiga Igreja Matriz



Fonte: <http://www.ivoti.rs.gov.br/turismo>

O Salão Holler é o tombamento mais recente do município e aconteceu em caráter emergencial no ano de 2014 devido ao risco de demolição da edificação. O antigo casarão em estilo enxaimel é um significativo exemplar da arquitetura alemã no Rio Grande do Sul, principalmente por suas grandes dimensões, possuía cozinha em anexo que hoje não existe mais. Segundo Weimer (2005, p. 268 – 279) a casa chama a atenção pelas dimensões, pelo porão que compreende toda a extensão da casa e servia de estábulo, pela grande quantidade de madeira utilizada e pela qualidade da estrutura do telhado.

A edificação foi inicialmente feita para residência e salão de bailes pertencendo à família Holler, mais tarde abrigou fábrica de selas e tamancos, por fim residência de aluguel dividida em cômodos. É uma das poucas edificações em estilo enxaimel existentes na avenida principal da cidade, na área central é a única.

Figura 13: Salão Holler



Fonte: <http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=53900>

Ivoti possui também outros grupos étnicos residentes que compõem a história do município, um deles é o japonês. A Colônia Japonesa de Ivoti existe desde 1966 e é composta por aproximadamente 50 famílias que ainda cultivam vários aspectos de suas tradições imateriais.

No ano de 2010 receberam um espaço para a guarda de objetos representativos de sua trajetória histórica no município, bem como para a comunicação e reelaboração de suas memórias. A partir da consulta e participação da comunidade nipônica foi criado o Memorial da Colônia Japonesa que reúne diversos objetos doados pelos moradores, possui gerenciamento do grupo e agrega um evento mensal que traz, no momento, retornos financeiros às famílias.

No que se refere aos seus aspectos culturais e sociais, vale ressaltar que a comunidade cultiva – e procura manter viva – com grande cuidado suas tradições, fazendo até hoje comemorações milenares como o *Undou-kai* (gincana esportiva) e o *Enguei-kai* (festival cultural). Há no grupo, praticantes de *Gateball* (esporte semelhante ao cricket) e *Softball* (similar ao beisebol, mas numa versão mais “leve”). Há ainda a preocupação em preservar a técnica do origami, dobradura com papel. A festa de ano novo – *shogatsu* - também é um importante evento de integração de todos os moradores da Colônia, na qual é tradicionalmente feito o “*mochitsuki*” (bolinho de arroz em pasta). Na Colônia Japonesa de Ivoti há ainda a prática de sumô e judô, além de uma escola de língua japonesa. Quem organiza este calendário de eventos é a Associação Cultural e Esportiva Nipo-Brasileira de Ivoti.

Figura 14: Memorial da Colônia Japonesa de Ivoti



Fonte: <http://www.ivoti.rs.gov.br/turismo>

É possível destacar ainda alguns aspectos de patrimônio imaterial que se destacam na rotina e nos eventos da cidade. No município de Ivoti percebe-se grande quantidade de pessoas que fazem uso em suas residências e em conversas informais do dialeto alemão, numa variação da região do Hunsrück, de onde a maioria dos imigrantes veio. Nas escolas existe o ensino de Língua Alemã iniciando na Educação Infantil até os 6º anos do Ensino Fundamental.

Existem também eventos que destacam a gastronomia típica – pães, cucas, roscas de polvilho, linguiça e o chopp – Feira do Mel, Rosca e Nata; Feira das Flores; Feira Colonial e Kerb. Muitos deles releituras de tradições antigas, reinvenções como diria Eric Hobsbawn e como veremos nas próximas análises.

## 2.4 Picada Café

Chegando a Picada Café, podemos afirmar inicialmente que a configuração cultural e histórica é bastante semelhante, sendo que o município recebeu também imigrantes alemães, mas depois de 1844. Para lá foram enviadas famílias depois de alguns anos de demarcações confusas que fizeram cessar a imigração, além da Guerra dos Farrapos que acontecia naqueles anos. “Dividida em duas alas: oeste com 63 prazos e leste com 77, Picada do Café limitava-se ao sul com Picada 48; ao norte com Linha Olinda; a leste com Linha Nova e a oeste com Travessão São Paulo

(Dois Irmãos) e com terras devolutas de João de Freitas Travassos.” (FLORES, 1996, p. 24)

A cidade possui esse nome porque era um local de pouso para os tropeiros que por lá passavam. Também há indícios que levam a crer que tenha-se testado o plantio de café naquela região, o que levaria os tropeiros a pararem por lá para o descanso e alimentação. Vale destacar que as duas cidades da pesquisa sempre estiveram interligadas por antiga estrada de tropeiros, ou seja, sempre houve comunicação e deslocamentos entre estas picadas, apesar do terreno muito acidentado de toda a região. “Localizada na Encosta da Serra Gaúcha, Picada Café apresenta uma geografia montanhosa, com matas nativas, riachos que deságuam no Rio Cadeia, afluente do Rio Cai.” (PICADA CAFÉ, 2017)

Picada Café, administrativamente pertencia a São Leopoldo, mais tarde a Nova Petrópolis, quando então se emancipou em 1992 recebeu terras de Dois Irmãos, Ivoti e Nova Petrópolis, reunindo os atuais 83 km quadrados que possui sobre os quais residem 5.200 habitantes.

Possui diversos núcleos que datam ainda do período colonial como Joaneta, Jammerthal, Morro Bock, Quatro Cantos, Lichtenthal, Picada Holanda e Kafeeck. Essas unidades perfizeram o mesmo processo de crescimento, reunindo inicialmente casas em estilo enxaimel, o surgimento da venda, salão de baile, cancha de bolão, moinhos, ferrarias, escola primária religiosa e igreja. A produção era de feijão, arroz, milho, mandioca, amendoim, batata doce, batata inglesa, cebolas, além de itens produzidos apenas para consumo da família como frutas e alguns legumes. Criavam também bovinos, aves e suínos.

Havia duas casas comerciais importantes: a da família Wittmann e a de Jorge Kuhn. A casa Wittmann possuía sótão para hospedar empregados e viajantes, havia também salão onde a bandinha tocava as “marcas” (músicas) solicitadas em troca de pagamentos, o que ficava identificado ao fixar uma fita na lapela do moço que havia pago a dança. (FLORES, 1996)

Os colonos traziam produtos como milho, feijão, amendoim, ovos, galinhas, marrecos, porco, toucinho, banha, linguiça... Do leite, Lydia filha do comerciante, fazia queijo e manteiga. O colono matava porco para seu consumo. Conservava a carne cozida e salgada, submersa na banha. [...] Com a venda dos produtos rurais, os colonos compravam as mercadorias disponíveis nas casas de comércio, como bebidas, açúcar, sal, arroz, azeite, pregos, querosene, tecidos, roupas... (FLORES, 1996, p. 96)

A casa comercial de Jorge Kuhn agregava ainda açougue e moinho, será detalhada na sequência do trabalho, uma vez que é patrimônio cultural edificado no município. Havia ainda diversos moinhos, no mínimo um em cada localidade, fabricavam farinha, canjica, cevada, farinha de milho, centeio e descascavam arroz.

No século XIX e início do XX a maior dificuldade era o deslocamento de mercadorias e pessoas para cidades como Novo Hamburgo e São Leopoldo. As carroças atolavam constantemente e o melhor meio de fazer o trajeto ainda era com mulas, levava-se 6 a 7 dias para a viagem, as carroças movimentavam-se em comboio parando pelo caminho (FLORES, 1996). Só em 1945 foi inaugurada a BR116.

Um evento inusitado na trajetória histórica de Picada Café foi uma busca por petróleo nas terras de Pedro Schmidt. “[...] a história toda começou quando algum tipo de óleo – talvez querosene da lamparina de algum transeunte noturno – foi parar no poço de Schmidt, que se deixou levar pelo entusiasmo.” (FLORES, 1996, p. 111) De São Leopoldo veio em carroça puxada por burros uma máquina perfuradora patrocinada pelos senhores Silva e Gaertner que haviam assinado contrato de exploração com Schmidt. O petróleo não foi encontrado e a história virou mesmo caso engraçado no município.

Em 1924, uma lei municipal de São Leopoldo transformou a colônia de Joaneta em um distrito, o qual passou a ter jurisdição sobre Picada Café. Joaneta é até hoje localidade importante do município, mas que mais tarde com a construção da BR 116 (anos 1940/50) ficou afastada do fluxo comercial. Em 1953 aconteceu plebiscito para decidir pela emancipação de Nova Petrópolis, criando o novo município em 1954, reunindo diversas localidades entre elas parte de Ivoti, Joaneta e Picada Café. Os anos seguintes foram importantes pelo incentivo dado pelo novo município a essas localidades com fins de modernizar as atividades agrícolas e incentivar o início de pequenas indústrias.

Foram várias as tentativas de emancipação de Picada Café, aconteceram nos anos de 1980, 1987 e 1991. Finalmente em 1992 é criado o município novo. “Picada Café, distante 90km de Porto Alegre, é cortado pela BR 116 desde Morro Reuter até Nova Petrópolis. A rodovia Pres. Lucena, [...] liga Picada Café a Ivoti.” (FLORES, 1996, p. 76)

Figura 15: Mapa atual de Picada Café



Fonte: Google Maps

A economia do município segue as tendências de todo o Vale dos Sinos, pautando nas indústrias couro/calçadistas o desenvolvimento nos anos 1980/1990. Essa industrialização aconteceu em diversas localidades, ficou interiorizada evitando esvaziamento das áreas rurais.

Atualmente a cidade possui fábricas de calçados e bolsas de couro, curtumes, malharias, produção de embutidos (linguiças principalmente), vários restaurantes, camping e pousada.

#### 2.4.1 Patrimônio Cultural de Picada Café

Em relação ao patrimônio cultural de Picada Café inicia-se a descrição a partir do carro chefe que é o Parque Histórico Municipal Jorge Kuhn.

Trata-se de um complexo de edificações que reúne residência, moinho, casa comercial e açougue da família Kuhn junto a grande área de terras utilizada como parque de eventos no município. “[...] possuía um complexo de salão de baile, casa de moradia, cozinha e copa, depósito, curral, matadouro, picador, açougue e moinho.” (FLORES, 1996, p. 98).

Era um importante ponto econômico da região e servia como apoio aos viajantes, tropeiros e caixeiros. O moinho fazia farinha de milho e óleo de amendoim usado nas lamparinas. A roda d’água movia um motor que fornecia luz elétrica para

a propriedade desde 1945. Atualmente o moinho é importante ponto de visitação funcionando como sede da Rota Romântica<sup>5</sup> e centro de informações ao visitante.

Figura 16 e 17: Moinho e açougue do Parque Jorge Kuhn.



Fonte: <http://www.picadacafe.rs.gov.br/secao.php?pagina=3>

Outro ponto significativo no aparato cultural de Picada Café é a antiga subprefeitura e subdelegacia da localidade de Joaneta, conforme já mencionado, distrito do município.

[...] acredita-se que inicialmente tenha abrigado uma escola comunitária da localidade, bem como também foi sede do Centro Recreativo da vila Sociedade Joanetta Riograndense, o qual tinha como principais objetivos oferecer aos associados festas religiosas, noitadas artísticas, apresentações, bailes; jogos como bolão, xadrez, dominó, loto; e manter o coro paroquial. (PICADA CAFÉ, 2017)

Na sequência a casa passou a ser subprefeitura e residência dos subprefeitos até 1954, sendo nos últimos anos residência da família Holz. A casa é um bem cultural tombado por lei municipal e um espaço cultural que apresenta a trajetória histórica da comunidade e é utilizada para exposições e oficinas artísticas.

<sup>5</sup> Roteiro turístico que reúne diversos municípios do Vale dos Sinos e Serra inspirado na Romantische Strasse - roteiro alemão.

Figura 18: Casa de Cultura Joaneta



Fonte: Site oficial Picada Café. [http://www.picadacafe.rs.gov.br/noticias\\_int.php?id=1504](http://www.picadacafe.rs.gov.br/noticias_int.php?id=1504)

Autoria: Marco Dieder

Acontecem no município eventos que remetem a gastronomia local e, portanto, valorizam os produtos tradicionais. No mês de agosto acontece a Festa do Café, Cuca e Linguiça, em sua oitava edição, lembrando das várias empresas de embutidos que funcionam atualmente e possuem origem relacionada a tradição das famílias alemãs. Trata-se de uma prática que pode ser considerada patrimônio imaterial.

Picada Café possui um roteiro turístico baseado em seu patrimônio cultural material religioso, chamando a atenção para diversas edificações da cidade utilizadas como templos. Também remete as práticas religiosas consideradas patrimônio imaterial, mas que se apoiam em “lugares de memória” (Nora, 1993). O roteiro reúne cinco igrejas (4 católicas e 1 luterana) espalhadas em diversas localidades, todas elas em perfeitas condições, mantidas pelas comunidades. As datas das construções vão desde 1881 a 1957. Alusivo a questão religiosa acontecem os Kerbs, em cada distrito na data relacionada a inauguração da igreja local, conforme tradição iniciada com os imigrantes.

Figura 19: Capela Sagrado Coração de Jesus – Jammerthal



Fonte: [http://www.picadacafe.rs.gov.br/servicos\\_int.php?id=13](http://www.picadacafe.rs.gov.br/servicos_int.php?id=13)

Os dois municípios neste capítulo apresentados possuem várias aproximações e alguns distanciamentos. Os territórios são semelhantes no relevo, vegetação, clima e hidrografia, são áreas de proximidade e que inclusive já foram limite uma da outra, é praticamente a continuidade de uma paisagem. Sua localização fica entre a Região Metropolitana e a Serra Gaúcha, sendo que tanto Ivoti quanto Picada Café possuem seu acesso feito de forma mais rápida através da BR 116, e ambos identificam-se com pórticos de entrada nessa rodovia.

A origem histórica dos dois municípios é bastante semelhante, portanto toda a formação cultural e tradições são no mínimo parecidas, se não forem idênticas. Nesse sentido, podemos destacar a fala do dialeto em alemão na maioria das casas, a gastronomia, os festejos, a valorização das comunidades religiosas locais e a arquitetura típica. Também é visível que nos dois municípios a identidade étnica valorizada é a alemã, em detrimento de todas as outras, sendo que a indígena permanece no esquecimento histórico.

O porte dos dois municípios diferencia-se bastante, pois a quantidade de habitantes de Ivoti é no mínimo quatro vezes maior, fato que modifica a demanda administrativa. A rede escolar e de saúde é diferenciada, mais ampliada em Ivoti e menos em Picada Café. Os orçamentos municipais não seguem as proporções populacionais, uma vez que Ivoti teve em 2016 o orçamento total de R\$ 72.109.300,00, o que é apenas três vezes maior do que o de Picada Café, declarado

em 2016 ser de R\$ 23.541.232,14. É possível concluir, em linhas gerais, que o orçamento de Ivoti é mais restritivo do que o de Picada Café, fazendo com que os investimentos tenham que ser mais distribuídos nos setores essenciais e menos em outros. A presença da indústria couro-calçadista é ponto em comum entre os municípios, bem como a trajetória de desenvolvimento econômico que se aproxima em diversos pontos, acompanhando a trajetória de todo o Vale dos Sinos desde os anos 1980.

Ambos são municípios bem posicionados nos *rankings* nacionais e estaduais de educação, atingindo índices acima de qualquer capital do país: Picada Café índice 5.7 e Ivoti índice 5.2. Picada Café destaca-se nesse quesito por estar na décima primeira posição nacional. São municípios preocupados com a educação, que oferecem muito além do básico, pois possuem projetos para o desenvolvimento de esporte e cultura nos turnos opostos aos escolares, além de infraestrutura e merenda escolar de qualidade. Há ainda investimentos na formação do professor que se sente estimulado a estudar devido ao plano de carreira oferecido.

Em relação ao patrimônio cultural há muitas semelhanças, como a presença de conjuntos de prédios históricos como carros chefe das iniciativas em relação ao patrimônio, eventos localizados nesses espaços preservados como a seguir poderá ser visto detalhamento. Também há estabelecidos espaços de memória como museus e memoriais tanto em Ivoti quanto em Picada Café. Todo este patrimônio cultural apresentado necessita de gestão para que seja reconhecido, valorizado e reservado, estas formas de gestão serão analisadas na sequência do estudo.

### **3 FORMAS DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NOS MUNICÍPIOS DE ESTUDO**

Ivoti e Picada Café possuem trajetórias relacionadas às ações conduzidas em relação ao patrimônio cultural que por muitas vezes se aproximam. Em dados momentos será possível verificar que determinadas ações possuem mais ênfase em um município do que no outro, ou ainda uma sistemática mais definida ou mais aleatória.

Para detalhar essa análise as ações serão analisadas de acordo com a sua especificidade: restauro, criação de espaços de memória, legislação, ações educativas e participativas. Cada uma delas será contemplada com um subtítulo.

A busca por essas informações baseia-se principalmente nos dados da mídia, uma vez que cada um destes municípios possui assessoria de imprensa que publica os acontecimentos da municipalidade no site oficial da prefeitura primeiramente, para que depois a divulgação aconteça nos jornais locais e regionais. Dessa forma as informações foram obtidas a partir de busca na internet com palavras chave, consultando principalmente o setor de notícias de cada *site* oficial.

#### **3.1 Restauros**

O restauro é a medida mais concreta que pode acontecer em relação ao patrimônio cultural, é geralmente a primeira preocupação uma vez que é preciso recuperar as condições de utilidade dos bens materiais, geralmente a maior demanda.

Em Ivoti os restauros foram as primeiras ações feitas em relação ao patrimônio cultural. Iniciaram nos anos 1980 dentro das primeiras iniciativas tomadas em relação ao Núcleo de Casas Enxaimel. O primeiro restauro foi feito na casa que abriga hoje o Museu Municipal Claudio Oscar Becker e aconteceu sem um projeto mais definido de intervenção como deveria acontecer.

Por intervenção entende-se “[...] vários tipos de execução de obras, sejam elas pequenos serviços, manutenção, obras de conservação, de restauração, de

reforma ou nova construção ou mesmo de demolição.” (BARRETO e MILET, 2010, p. 26). Da mesma forma a casa ao lado do museu, ambas de propriedade da Prefeitura Municipal. Ambos restauros não tiveram projeto e nem memorial descritivo,

[...] que explicita seu objetivo, os princípios e as metodologias utilizadas, referenciando em que medida a ação proposta está integrada aos objetivos de conservação e valorização das características urbanísticas, arquitetônicas e paisagísticas do sítio histórico. (BARRETO, 2010, p.26)

O memorial descritivo deixa o registro das intervenções feitas, é como se fosse a história do que aconteceu ali, utilizado também para direcionar a utilidade ou funções do patrimônio edificado.

Naquela ocasião reuniram-se alunos voluntários de cursos de arquitetura da região acompanhados por funcionários do setor de obras da prefeitura municipal. Foram substituídas vigas apodrecidas, o reboco foi totalmente renovado, deixando a mostra uma parte da parede interna sem revestimento a fim de educar o visitante quanto a forma construtiva das mesmas.

O piso da casa foi elevado para evitar que, por ocasião das cheias do Arroio Feitoria (que corre aos fundos do terreno) a água não invadisse o local. Estas duas edificações foram restauradas com recursos da prefeitura e apoio de universidades. Algumas intervenções, como a modificação do piso contrariam o conceito de restauração, o qual não permite modificações que alterem volumetria, área. Com o piso mais alto todos os marcos de porta ficaram mais baixos, fazendo com que um adulto ao passar tenha que baixar-se, fato que não acontecia no uso original da residência. Assim, é importante deixar claro o conceito de restauro.

**Restauração** diz respeito a toda intervenção de natureza corretiva, que consiste na reconstituição da edificação, recuperação das estruturas afetadas, dos elementos destruídos ou danificados. A obra de restauração procura preservar os elementos de maior relevância que foram acrescentados ao longo do tempo, resguardando a história da edificação. A restauração das edificações deverá ficar condicionada à existência de documentação ou indícios no local, devendo o projeto ser precedido por pesquisa histórica e arqueológica. (BARRETO, 2010, p. 27)

Também, vale lembrar, não houve nesse processo, nenhuma busca por indícios ou pesquisa histórica prévia. Ainda no Núcleo de Casas Enxaimel, seguiram

os restauros passando para a casa do artesão (anos 1990), intervenção realizada sem maiores cuidados de pesquisa e planejamento.

Na sequência, entre os anos de 2003 e 2004 aconteceu o restauro da casa na qual funciona atualmente o Departamento de Cultura e de Turismo Municipais, dessa vez, feito com projeto arquitetônico e memorial descritivo adequados. Houve ali também a preocupação do uso dos materiais originais, dentro do que fosse possível, além da observação de detalhes que pudessem educar ao visitante, como a exibição de um encaixe de pinos do madeiramento enxaimel. Esta edificação encontrava-se em estado muito crítico, contava apenas com as paredes externas, uma vez que o piso, o teto e o telhado já haviam arruinado. Estas duas intervenções foram feitas com recursos federais e municipais.

Nesses anos também houve uma modificação no terreno que circunda todas as casas do Núcleo. Foi feito, sem consulta ao IPHAN, um aterro de mais de 1m de altura em toda a área das casas históricas e a rua, que passa em frente, recebeu calçamento. Isso fez com que os porões de todas as edificações ficassem fechados dentro do aterro. Alguns anos depois o madeiramento das casas começou a apodrecer de baixo para cima devido ao acúmulo de água nos porões de todas as casas, pois os mesmos não tinham drenagem e estavam sem arejamento. Para conter este processo foi feita vala de drenagem ao redor de todas as casas no ano de 2007/2008.

Figura 20: Departamento de Cultura e Turismo restaurado



Fonte: Acervo da autora

O último processo de restauração no Núcleo de Casas Enxaimel foi o da Casa Amarela, cujos recursos foram obtidos junto ao Consulado da Alemanha. Ressalta-se que todas essas edificações são de propriedade da prefeitura municipal e também são imóveis tombados por lei municipal, cujo decreto de tombamento data do ano de 2003.

A Casa Amarela precisou de outros cuidados, uma vez que havia passado por um incêndio. Dessa forma optou-se por deixar a sala principal sem reboco interno, com a pedraria em grês aparente. O projeto já foi feito definindo o uso da edificação como espaço de alimentação (restaurante / café colonial) o que indicou alguns espaços diferenciados como os banheiros e a cozinha comercial.

Ao mesmo tempo, desde os anos 1980 até os dias atuais foram feitos diversos projetos de restauro para a Antiga Igreja Matriz, sendo a obra bastante onerosa. Até o momento foram executadas a estabilização das paredes, fundação, telhado novo, proteção do piso original e rampa de acesso externo. Essas medidas foram executadas com recursos federais do Ministério da Cultura. A propriedade da igreja é da Mitra Diocesana de Novo Hamburgo, a qual pertence a paróquia de Ivoti que contratou uma empresa para a busca de recursos através das leis de incentivo a cultura e atualmente o projeto de restauro encontra-se aprovado e segue na busca de recursos.

Figuras 21 e 22: Vista interna da Antiga Igreja Matriz – Intervenção no telhado.



Fonte: Darcio Staudt e acervo da autora

Do último bem cultural tombado pelo IPHAE, o Salão Holler, existe um projeto de restauro, executado pela arquiteta Suzana Vielitz, especialista na área. Também foram feitas intervenções de proteção do prédio como levantamento total de danos em todas as fachadas, além da prospecção e análise de rebocos e tintas.

Figura 23: Detalhe de análise de tintas no Salão Holler



Fonte: WO Projetos Arquitetônicos e Restauro -  
<https://www.facebook.com/WO.projetos/photos/>

Essa edificação localiza-se no centro da cidade, consiste em uma área muito valorizada pelo setor imobiliário e quase foi vendido e demolido, assim como muitos outros imóveis históricos que existiam ao longo da avenida principal da cidade. A problemática referente a esse patrimônio localizado em áreas centrais é sempre delicada, provoca muito debate nos municípios, dividindo opiniões, principalmente quanto aos mais radicais que acreditam que as casas históricas devem ceder lugar aos novos prédios, geralmente comerciais. “O grande desafio de intervir em um imóvel histórico é encontrar o limite justo entre a manutenção do espírito do lugar, das características físicas, históricas e artísticas e a adequação às novas demandas que são colocadas pela sociedade do século XXI.” ( BARRETO, 2010, p. 29)

No município de Picada Café o primeiro processo de restauro aconteceu seis anos depois da emancipação, no ano de 1998. O bem tombado e restaurado foi a Capela Ecumênica Nossa Senhora da Visitação, da localidade de Picada Holanda.

Figura 24: Capela Nossa Senhora da Visitação



Fonte: <http://www.picadacafe.rs.gov.br/secao.php?pagina=3>

Em 2004 a prefeitura de Picada Café adquiriu uma área de terras de 4 hectares juntamente com todas as construções sobre ela: era o atual Parque Histórico Municipal Jorge Kuhn, patrimônio cultural do município. As construções necessitavam de restauro e a primeira a passar pelas melhorias foi o moinho com a roda d'água. Atualmente esse prédio já está com o primeiro piso interditado porque não oferece segurança, necessita de novas intervenções. Dentro do conjunto histórico do parque o açougue é o prédio mais recente, de 1941, foi o segundo a ser restaurado. Conta com abatedouro em anexo, picador e sala de comercialização da carne. Em seu tempo de funcionamento o açougue abria sempre em quintas e sextas-feiras e vendia-se a carne com um preço único por quilo, sem diferenciar os cortes. As obras foram financiadas pelo Consulado da Alemanha no Brasil, com sede em Porto Alegre, mesmo caso da Casa Amarela em Ivoti.

Alguns anos depois, em 2012/2014 foi restaurada a casa comercial do parque utilizando recursos do governo federal e restabelecendo a funcionalidade original de casa de comércio. Atualmente são vendidos lá produtos alimentícios orgânicos produzidos no município por pequenos empreendedores. A casa possui cômodos parcialmente mobiliados e a parte de vendas com diversos objetos originais.

Figura 25: Vista frontal Casa de Comércio Jorge Kuhn



Fonte: <http://www.guascatur.com/2016/05/acougue-e-moinho-parque-jorge-kuhn.html>

Foto: Leonardo Brocker

A última restauração executada no município de Picada Café até o momento é a da Antiga Subprefeitura e Subdelegacia da localidade de Joaneta, transformada em Casa de Cultura para a comunidade. O prédio estava em péssimas condições como podemos verificar nas fotografias do arquivo da prefeitura municipal.

Figuras 26 e 27: Casa da Joaneta antes do restauro.



Fonte: Site oficial Picada Café. [http://www.picadacafe.rs.gov.br/noticias\\_int.php?id=1504](http://www.picadacafe.rs.gov.br/noticias_int.php?id=1504)

Foto: Marco Dieder

A antiga subprefeitura foi restaurada com recursos da lei de incentivo com apoio de uma empresa do próprio distrito na qual ela se localiza. Esse caso de

restauro exemplifica um dos mais bem sucedidos exemplos, a própria comunidade alocou recursos de renúncia fiscal para a execução da obra, o que torna muito mais significativo todo o processo. Podemos destacar no mínimo três princípios básicos aos quais os restauros precisam atender: “-Respeito às legislações de proteção. - Preservação dos valores patrimoniais. - Qualificação dos imóveis em relação ao uso e à habitabilidade.” (BARRETO, 2010, p. 34).

Nesse caso os três foram plenamente atendidos, configurando sucesso pleno da intervenção. Resta ainda saber se a comunidade se apropriou do bem cultural, se utiliza o espaço e se compreende ele como sendo seu. Isso será possível com a análise a ser feita no próximo capítulo a partir dos questionários aplicados.

### **3.2. Criação de espaços de memória**

Espaços de memória é nesta pesquisa um termo genérico para referir-se aos museus ou memoriais existentes em cada município de estudo. Como já foi anteriormente esboçado, tanto Ivoti quanto Picada Café baseiam sua economia nas indústrias, principalmente calçadista, vestuário e alimentação (humana e animal). Para que essa indústria se desenvolva é necessária mão-de-obra além da disponível nos municípios, ou seja, há um fluxo migratório para suprir esses postos de trabalho.

Esses migrantes trazem diversidade cultural para o município, mas ao mesmo tempo, “ameaçam” a memória do imigrante alemão. Por isso vamos verificar que a maior parte da memória “guardada” é a da imigração alemã. “[...] esses museus são compreendidos como lugares de perpetuação e ressignificação da memória e, também, de afirmação de identidades das comunidades locais (municipais) diretamente ligadas à esses espaços museológicos.” (GEVEHR, 2015, p. 2).

Chagas (2002) complementa este raciocínio ao dizer que o esquecimento e a memória fazem parte das práticas sociais, ou seja, complementam-se, necessitam um do outro. “[...] a preservação e a destruição não se opõem num duelo mortal, complementam-se e sempre estão ao serviço de sujeitos que se constroem e são construídos através de práticas sociais.” (CHAGAS, 2002, p. 44)

Percebe-se em Ivoti o início da preocupação em estabelecer *lugares de memória* (NORA, 1993) entre os anos 1980 e 1990, auge da industrialização e urbanização da cidade. Naqueles anos foram instituídos legalmente e criados

materialmente dois museus no município: Museu Claudio Oscar Becker e Museu Pró Memória, ambos criados e organizados em 1995.

O Museu Municipal Claudio Oscar Becker teve sua materialidade inicialmente organizada no centro da cidade, junto a Biblioteca Municipal, como é comum em muitos municípios. Em 2002 sua sede passou a ser uma das casas junto ao Núcleo Enxaimel. Por muitos anos teve uma única exposição, remontando uma residência de imigrantes reunindo objetos do fim do século XIX e início do século XX. Composto na época por cozinha, sala, quarto e sótão, passava a ter em alguns momentos exposições temporárias, principalmente em datas festivas como o Kerb, Páscoa e Natal.

O Museu Municipal sempre foi receptáculo de objetos doados pela comunidade. Partindo do pressuposto de que a doação somente é feita quando o objeto perde sua função original e quando é emocionalmente possível para o proprietário doar, desfazer-se .

O objeto antigo tem sempre o ar de estar sobrando. Por belo que seja, permanece “excêntrico”. Por autêntico que seja, tem sempre de certo modo um ar falso. E ele o é na medida em que se faz passar por autêntico em um sistema onde a questão não é mais absolutamente a autenticidade, mas a relação calculada e a abstração do signo.” (BAUDRILLARD, 2012, p. 82-83)

A citação remete a essência dos museus, repletos de signos, significados, mas que também é a essência do patrimônio cultural em si, cujo valor é extrínseco: o significado que possui para as pessoas, sem isso não há representação, não há valor. Quando um objeto incorpora a coleção de um museu é porque já não possui mais o valor original de sua função e nem o de significado para o proprietário, isso fica claro no exemplo a seguir: a maioria dos objetos do acervo do Museu Municipal de Ivoti estão lá pelas mãos dos netos dos proprietários, ou seja, foram doados por ocasião do falecimento dos matriarcas ou patriarcas das famílias. São encaminhados ao museu pelos entes familiares que não veem nele valor funcional mas ainda atribuem valor emocional suficiente a ponto de não conseguirem desfazer-se dele por completo, doando ao museu na impossibilidade de jogar fora.

Além disso, fica estabelecida nessa coleção uma hegemonia de objetos doados pelas famílias “tradicionais” do município, ou seja, não há acervo representativo dos migrantes que chegaram a Ivoti no anos 1980 e são atualmente responsáveis por metade da população da cidade. Essa relação desigual entre os

grupos, nada mais é do que uma relação de poder que se estabelece nos espaços museais.

A expografia de um museu é fruto de escolhas dos objetos que serão expostos ou guardados, sendo que o acervo já é restrito, não representa a totalidade das histórias contidas nos municípios. Essas escolhas vão ir em direção a uma história a ser representada como “a” história, geralmente a do grupo dominante. “[...] o agente museal está habilitado para o entendimento de que a constituição dos museus celebrativos da memória do poder decorre da vontade política de indivíduos e grupos e representa a concretização de determinados interesses.” (CHAGAS, 2014, p. 2)

No ano de 2016 o Museu Municipal recebeu projeto novo de *layout*, exibindo proposta mais moderna e ampla na sala principal, com painéis que contam além da história da imigração, e também essa mesma história conectada a outras, da micro para a macro história. Nesta nova expografia houve museóloga responsável e estudo etnobotânico, contemplando mais profissionalismo a cuidar das questões patrimoniais.

Figuras 28 e 29: Imagens internas do Museu Municipal de Ivoti antes e depois da renovação expográfica.



Fonte: Acervo da autora e Prefeitura Municipal de Ivoti

O Museu Pró-Memória foi criado na mesma época em que o Museu Claudio Oscar Becker. Possui acervo que remete ao trabalho na colônia alemã, possuindo maquinários e engenhos como prensas, cortadores, socadores. Esse acervo foi inicialmente colocado junto ao Ginásio Municipal, mas sob o risco de queda da cobertura, foi transferido para o Núcleo de Casas Enxaimel em um galpão ao lado do Museu Municipal. Está lá em situação provisória, aguardando um espaço adequado para a guarda e exposição de suas peças. Não encontra-se disponível para a visitação.

Por fim, o último espaço de memória criado em Ivoti é o Memorial da Colônia Japonesa, cujo processo de realização se distingue muito dos outros pela característica de intensa consulta e participação da comunidade detentora da memória, a Colônia nipônica ali instalada.

Neste lugar de memória a escuta da comunidade guiou os passos em direção a o que deveria ser exposto, que história seria contada e de que forma. O resultado final gerou inúmeros frutos com o auto-reconhecimento e a valorização própria da história da comunidade que hoje promove eventos junto ao Memorial. Em última análise é um museu vivo do qual a comunidade se apropriou, seria o que para Hugues de Varine é um “museu comunitário”.

O museu comunitário é a expressão de uma comunidade humana, a qual se caracteriza pelo compartilhamento de um território, de uma cultura viva, de modos de vida e de atividade comuns. [...] Ele é, enfim, um instrumento dinâmico do desenvolvimento dessa comunidade, cujo material principal é o patrimônio no sentido mais amplo [...] (VARINE, 2013, p. 189)

Não podemos ainda esquecer o Núcleo de Casas Enxaimel, que é também um museu em seu espaço mais amplo, como conjunto de casas históricas. Podemos considerar como um “museu-território” (VARINE, 2013) uma vez que expressa uma área mais ampla formada por diversos aparatos patrimoniais. Também caracteriza-se pela movimentação e dinâmica intensa, devido aos eventos, frequência turística, feirantes que por lá circulam constantemente, fazendo a área sofrer constantes adaptações às necessidades do tempo presente. “[...] o museu-território é ao mesmo tempo um olhar sobre o interior do território e uma janela aberta sobre o exterior [...] (VARINE, 2013, p. 186)

Da mesma forma pode ser considerado o Parque Histórico Jorge Kuhn em Picada Café. É um conjunto de prédios históricos repleto de dinâmicas que atendem

as necessidades de desenvolvimento atuais, sem, no entanto, perder o significado de patrimônio cultural para a comunidade. É um museu num sentido mais amplo cujas funcionalidades mudaram com o passar do tempo, mas a comunidade mantém o vínculo e continua usufruindo dos espaços de memória. “Essa comunidade não é um objeto do museu, seus membros não são simples visitantes, um público como outro qualquer, [...] eles são sujeitos do museu e são atores.” (VARINE, 2013, p. 186).

A comunidade encontra-se integrada ao museu devido a sua participação ativa na organização de eventos no local, na venda de seus produtos, nas apresentações culturais das quais participam, das atividades esportivas que ali acontecem.

O Parque pode ser entendido como um conjunto, mas cada um dos seus elementos conta histórias paralelas, como por exemplo o Açougue Progresso. O museu conta a história da profissão de açougueiro e também da casa de carnes ali instalada. A proposta remete o visitante até os hábitos relacionados à carne desde o Antigo Testamento, Roma antiga e Idade Média, observando as peculiaridades de cada período. Destaca-se o charque gaúcho, e por fim os embutidos germânicos, elemento que faz a conexão com a história local, uma vez que o açougue era conhecido pela sua grande produção de linguiças.

Figuras 30 e 31: Imagens internas do Açougue Progresso – impressos imitando as carnes nos ganchos e a tábua de corte original do local.





Fonte: Acervo da autora

O mais recente espaço de memória de Picada Café é a Casa de Cultura Joaneta. O prédio serviu inicialmente como escola comunitária passando depois a ser Centro Recreativo da vila Sociedade Joanetta Riograndense, oferecendo aos associados festas religiosas, noitadas artísticas, apresentações, bailes; jogos como bolão, xadrez, dominó, loto; e o coro paroquial.

Era, portanto, um espaço de socialidade dos moradores entre si e da comunidade com os distritos vizinhos. Em continuidade passou a ser sede da subprefeitura e também residência do subprefeito, como era comum em todos os distritos. De 1980 a 2011 funcionou como residência, até que em 2016 foi inaugurada como Casa de Cultura. A casa conta a história da localidade de Joaneta e também servirá como espaço de exposições e oficinas artísticas.

### **3.3 Legislação**

Como legislação compreendem-se todas as leis que visam proteger e resguardar o patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial, de cada município.

Ivoti possui bens protegidos por leis de tombamento federal – Ponte do Imperador - e estadual – Antiga Igreja e Salão Holler. Possui ainda diversos bens protegidos por Lei de Tombamento Municipal e por restrições no plano diretor. A lei de tombamento é do ano de 2003 e não foi mais atualizada desde então. Possui

elementos muito vagos e amplos em sua descrição, com anexo que nomeia os bens protegidos.

### LEI MUNICIPAL Nº 1895/2003

"DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO  
DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E  
CULTURAL DO MUNICÍPIO."

L E I :

#### CAPÍTULO I

##### DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DO MUNICÍPIO

Art. 1º Constitui o Patrimônio Histórico e Cultural do Município o conjunto de bens móveis e imóveis existentes em seu território e que, por sua vinculação a **fatos pretéritos memoráveis e a fatos atuais significativos**, ou por seu valor cultural, seja de interesse público conservar e proteger contra a ação destruidora decorrente da atividade humana e do passar do tempo.

Parágrafo único. Os bens a que se refere o presente artigo passarão a integrar o Patrimônio Histórico e Cultural mediante a sua inscrição, isolada ou agrupada, no Livro do Tombo.

Art. 2º A presente Lei se aplica, no que couber, às coisas pertencentes as pessoas naturais ou jurídicas de direito privado ou de direito público interno.

Parágrafo único. Excetuam-se as obras de origem estrangeira que:

I - Pertencam as representações diplomáticas ou consulares acreditadas no País;

II - Adornem quaisquer veículos pertencentes a empresas estrangeiras que façam carreira no País;

III - Se incluam entre os bens referidos no Artigo 10 da Lei de Introdução do Código Civil Brasileiro e que continuam sujeitas à Lei pessoal do proprietário;

IV - Pertencam à Casa do Comércio de objetos históricos ou artísticos;

V - Tenham sido trazidas para exposições comemorativas, educativas e comerciais;

VI - Tenham sido importadas por empresas estrangeiras expressamente para adorno de seus respectivos estabelecimentos;

VII - Sejam as partes integrantes do acervo comercializado em Feiras Públicas, reconhecidas pelo Município.

#### CAPÍTULO II

##### DO TOMBAMENTO

Art. 3º Compete à Secretaria de Educação e Cultura (SEC), através de órgão próprio, proceder ao tombamento provisório dos bens a que se refere o artigo 1º desta Lei, bem como o definitivo, mediante sua inscrição no respectivo Livro.

Art. 4º Para a validade do processo de tombamento é indispensável a notificação da pessoa a quem pertencer, ou a quem estiver na posse do bem.

Art. 5º Através de notificação por mandado, o proprietário, possuidor ou detentor do bem deverá ser cientificado dos atos e termos do processo:

I - Pessoalmente, quando domiciliado no Município;

II - Por carta registrada com aviso de recepção, quando domiciliado fora do Município;

III - Por Edital:

a) Quando desconhecido ou incerto;

b) Quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que se encontrar;

c) Quando a notificação for para conhecimento do público em geral, ou sempre que a publicidade seja essencial à finalidade do mandado;

d) Quando a demora da notificação pessoal puder prejudicar seus efeitos;

e) Nos casos expressos em Lei.

Parágrafo único. As Entidades de Direito Público serão notificadas na pessoa de titular do órgão a quem pertencer ou sob cuja guarda estiver o bem.

Art. 6º O mandado de notificação de tombamento deverá conter:

I - Os nomes dos órgãos de qual promana o ato, do proprietário, possuidor ou detentor do bem a qualquer título, assim como os respectivos endereços;

II - Os fundamentos de fato e de direito que justificam e autorizam o tombamento;

III - A descrição do bem quanto ao:

a) Gênero, espécie, qualidade, quantidade, estado de conservação;

b) Lugar em que se encontra;

c) Valor.

IV - As limitações, obrigações ou direitos que decorram do tombamento e as cominações;

V - Advertência de que o bem será definitivamente tombado e integrado ao Patrimônio Histórico e Cultural do Município, se o notificado anuir tácita ou expressamente ao ato, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação;

VI - A data e assinatura da autoridade responsável.

**Parágrafo único. Tratando-se de bem imóvel, a descrição deverá ser feita com a indicação de suas benfeitorias, características e confrontações, localização, logradouro, número, denominação se houver, nome dos confrontantes.** Em se tratando só de terreno, se está situado no lado par ou ímpar do logradouro, em que quadra e que distância métrica o separa da edificação da esquina mais próxima.

Art. 7º Proceder-se-á também ao tombamento dos bens mencionados no artigo 1º sempre que o proprietário o requerer e, a juízo do competente órgão consultivo, se os mesmos atenderem aos requisitos necessários para integrar o Patrimônio Histórico e Cultural do Município.

Parágrafo único. O pedido deverá ser instruído com os documentos indispensáveis, devendo constar as especificações do objeto contidas no inciso III do artigo 6º e a consignação do requerente de que assume o compromisso de conservar o bem, sujeitando-se às legais cominações ou apontar os motivos que o impossibilitem para tal.

**Art. 8º No prazo do artigo 6º, inciso V, o proprietário possuidor ou detentor do bem poderá opor-se ao tombamento definitivo através de impugnação interposta por petição que será autuada em apenso ao processo principal, dirigida à Secretaria de Educação e Cultura.**

Art. 9º A impugnação deverá conter:

I - A qualificação e a titularidade do impugnante em relação ao bem;

II - A descrição e a caracterização do bem, na forma prescrita pelo artigo 6º, inciso III;

III - Os fundamentos de fato e de direito pelos quais se opõe ao tombamento e que necessariamente deverão versar sobre:

a) a inexistência ou nulidade da notificação;

b) a exclusão do bem dentre os mencionados no artigo 1º;

c) a perda ou perecimento do bem;

d) ocorrência de erro substancial contido na descrição do bem.

IV - As provas que demonstram a veracidade dos fatos alegados.

Art. 10. Será liminarmente rejeitada a impugnação quando:

I - Intempestiva;

II - Não se fundar em qualquer dos fatos mencionados no artigo 9º, inciso III;

III - Houver manifesta ilegitimidade do impugnante ou carência de interesse processual.

Art. 11. Recebida a impugnação, será determinada pela SEC:

I - A expedição ou renovação do mandado de notificação do tombamento, no caso da letra "a", do inciso III, do artigo 9º;

II - A remessa dos autos, nos demais casos, ao órgão consultivo para no prazo de 15 (quinze) dias, emitir pronunciamento fundamentado sobre a matéria de fato e de direito argüida na impugnação, podendo ratificar,

retificar ou suprir o que for necessário para efetivação do tombamento e à regularidade do processo.

Art. 12. Findo o prazo do artigo precedente, bem como do artigo 6º, V, sem que haja sido oferecida impugnação ao tombamento, o órgão próprio encaminhará os autos novamente encaminhados ao **Conselho Municipal de Turismo e do Patrimônio Histórico, Cultural e Natural**, que emitirá parecer conclusivo e encaminhará ao Prefeito Municipal para homologação. Parágrafo único. O prazo para a decisão final será de 15 (quinze) dias e interromper-se-á sempre que os autos estiverem baixados em diligência.

Art. 13. Após a homologação do Prefeito, não caberá recurso, e através de simples despacho, declarará definitivamente tombado o bem e mandará que se proceda a sua inscrição no Livro Tombo, emitindo a Portaria de Tombamento, após o que deverá:

I - Encaminhar cópia da Portaria de Tombamento ao proprietário ou detentor do bem;

II - Divulgar publicamente o fato;

III - Promover, no caso de bem imóvel, a averbação do tombamento no Registro de Imóveis, à margem da transcrição de domínio, para que se produzam os efeitos legais.

§ 1º Em se tratando de bem imóvel, promover-se-á a averbação do tombamento no Registro de Imóveis, à margem da transcrição do domínio, para que se produzam os efeitos legais.

§ 2º Igual providência será tomada em relação aos imóveis dos prédios vizinhos ao tombado.

### CAPÍTULO III

#### EFEITOS DO TOMBAMENTO

Art. 14. Para efeitos legais, o Tombamento Provisório terá os mesmos efeitos que o Tombamento Definitivo.

**Art. 15. Os bens tombados deverão ser mantidos e conservados pelos seus proprietários e em nenhuma hipótese poderão ser demolidos, destruídos ou mutilados.**

Parágrafo único. As obras de restauração só poderão ser iniciadas mediante prévia comunicação e autorização do órgão competente.

Art. 16. No caso de perda, extravio, furto, perecimento, destruição total ou parcial do bem, deverá o proprietário, possuidor ou detentor do mesmo, comunicar o fato no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

**Art. 17. Efetivado o tombamento, quando o particular comprovar que não possui condições de manter e conservar o bem, o órgão público incumbir-se-á da execução das obras de conservação ou restauração do bem que se fizerem necessárias, sempre condicionado a recursos orçamentários.**

Art. 18. Os bens tombados ficam sujeitos à proteção e vigilância do órgão competente que poderá inspecioná-los sempre que julgar necessário, não podendo os proprietários ou responsáveis obstar, por qualquer modo, a inspeção.

Parágrafo único. Verificada a urgência para a realização de obras para a conservação ou restauração em qualquer bem tombado, poderá o órgão público tomar iniciativa, projetá-las e executá-las, independente da comunicação do proprietário.

Art. 19. Sem prévia autorização, não poderá ser executada qualquer obra nas vizinhanças do imóvel tombado ou ainda no próprio imóvel que lhe possa impedir ou reduzir a visibilidade, ou ainda que, a juízo do órgão consultivo, não se harmoniza com o aspecto estético ou paisagístico do bem tombado.

§ 1º A vedação contida no presente artigo estende-se à colocação de painéis de propaganda, tapumes ou qualquer outro objeto.

§ 2º Para que se produzam os efeitos deste artigo, o órgão consultivo deverá definir os imóveis da vizinhança que sejam afetados pelo tombamento devendo ser notificados seus proprietários, quer do tombamento, quer das restrições a que deverão se sujeitar.

§ 3º A equipe técnica elaborará, o Conselho Municipal de Turismo e do Patrimônio Histórico, Cultural e Natural aprovará, e a Secretaria de Educação e Cultura homologará, através de Portaria, o perímetro e os critérios de intervenção no entorno dos bens imóveis tombados pelo Município.

§ 4º O projeto de toda e qualquer intervenção dentro do perímetro de entorno de um bem tombado deverá obedecer às normas estabelecidas pela Portaria referida no parágrafo anterior e seu processo deverá ser submetido à parecer do Conselho Municipal de Turismo e do Patrimônio Histórico, Cultural e Natural.

a) incluem-se neste caso as demolições de qualquer tipo;

b) as obras que se encontrarem dentro do perímetro de entorno, construídas sem licença ou em desacordo com o projeto aprovado serão demolidas por determinação da Prefeitura Municipal, ouvido o Conselho Municipal de Turismo e do Patrimônio Histórico, Cultural e Natural.

Art. 20. Havendo qualquer infringência das determinações previstas na presente Lei, ao infrator será aplicada pena de multa calculada em 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do bem.

Art. 21. O bem imóvel tombado não poderá ser retirado do Município, salvo por curto prazo e com a finalidade de intercâmbio cultural, a juízo do órgão competente.

**Art. 22. Os bens imóveis tombados, quando conservados por seus proprietários, gozarão de isenção dos impostos predial e territorial de competência do Município.**

Art. 23. Para efeito de imposição das sanções previstas nos artigos 165 e 166 do Código Penal e sua extensão a todo aquele que destruir, inutilizar ou alterar os bens tombados, o órgão competente comunicará o fato ao Ministério Público, sem prejuízo da multa aplicável nos casos de infringência às determinações previstas na presente Lei.

**Art. 24. Cancelar-se-á o tombamento:**

**I - Por interesse público;**

**II - A pedido do proprietário e comprovado o desinteresse público na conservação do bem;**

**III - Por decisão do Prefeito Municipal homologando resolução proposta pelo órgão consultivo.**

#### CAPÍTULO IV

##### DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 25. Enquanto não for criado o órgão próprio para execução das medidas aqui previstas, delas ficará incumbido o Conselho Municipal de Turismo e do Patrimônio Histórico, Cultural e Natural.

Art. 26. O Poder Executivo providenciará a realização de convênios com a União e o Estado, bem como de acordos com pessoas naturais e jurídicas de direito privado, visando à plena consecução dos objetivos da presente Lei.

Art. 27. Será criado no âmbito municipal, um Fundo do Patrimônio Cultural, administrado pelo Conselho Municipal de Turismo e do Patrimônio Histórico, Cultural e Natural, para atender os casos previstos no artigo 17 da presente Lei.

Art. 28. A Legislação Federal e Estadual será aplicada subsidiariamente pelo Município.

Art. 29. Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente Lei, no que se fizer necessário, fazendo constar do respectivo Decreto as medidas a serem impostas aos infratores.

Art. 30. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ivoti, aos vinte e nove (29) dias do mês de janeiro de 2003. ( IVOTI, Arquivo online de legislação. [http://201.20.153.100:4040/Mentor/documentos/lei/lei\\_1895\\_2003.html](http://201.20.153.100:4040/Mentor/documentos/lei/lei_1895_2003.html))

A fim de facilitar a análise tomar-se-á a liberdade de grifar partes da lei. Inicialmente fica clara a concepção mais tradicional utilizada para conceituar patrimônio cultural: “[...] o conjunto de bens móveis e imóveis existentes em seu território e que, por sua vinculação a **fatos pretéritos memoráveis e a fatos atuais significativos**, ou por seu valor cultural [...]”. Não é levado em conta, nem sequer mencionado que o valor do patrimônio é dado na medida em que os moradores percebem o mesmo com significado para suas histórias de vida coletivas, há implicitamente a ideia de que estes bens tem valor intrínseco pela sua vinculação a “fatos memoráveis” e que devem ser “conservados para posteridade”. A ideia de patrimônio expressa na lei vai ao encontro do que Varine expõe “[...] a existência de administrações culturais em todos os níveis [...] nos convence de que a cultura é alguma coisa à qual se necessita “ter acesso”, e não alguma coisa que é nossa, está em nós e em torno de nós.” (2013, p. 43)

Há na lei descrição dos procedimentos para o tombamento dos bens culturais, sendo importante que tenhamos claras algumas noções de tombamento. O tombamento é a medida protetiva utilizada quando é necessário que o bem cultural seja protegido do desaparecimento. “Vale ressaltar que, não há em linhas gerais, a perda da propriedade, mas somente a limitação especial quanto à utilização e modificação do bem.” (BORGES, 2005, p. 3).

O proprietário pode usufruir o bem cultural da forma que quiser, respeitando as características originais que remetem as memórias da comunidade para com aquele bem, parte-se da prerrogativa de que a imagem e as vivências dos moradores para com aquele espaço fazem parte da história de todos, é, portanto, um bem coletivo que faz parte da constituição daquele grupo. “Partindo do raciocínio de que o bem tenha valor cultural para a comunidade, os titulares deste interesse são os indivíduos que compõem a coletividade, sendo este, um interesse difuso.” (BORGES, 2005, p. 3).

No sexto artigo da lei há um parágrafo único referindo-se a necessidade de acontecer uma descrição e registro do bem tombado, não há nos arquivos da prefeitura municipal nenhum desses registros, sendo que há na lista de bens diversos prédios pertencentes a municipalidade. A indicação dos imóveis de interesse cultural público deveria ser do Conselho Municipal de Turismo e do Patrimônio Histórico, Cultural e Natural, mas este conselho encontra-se desativado,

pode até existir no papel, mas na prática não opera, sendo esse um mecanismo de manifestação da comunidade sobre o seu patrimônio.

Existem ainda outras prerrogativas frágeis nessa legislação, como por exemplo, a possibilidade da não concordância do proprietário do imóvel com o tombamento e também a revogação do mesmo através de decisão do prefeito municipal. Sabe-se que em pequenas cidades as pessoas em geral se conhecem, há uma relação muito próxima entre os prefeitos e a comunidade, isso inclui os proprietários de imóveis, geralmente pertencente a classes sociais influentes, podendo portanto utilizar apoio político a seu favor.

A lei prevê também que, no caso do proprietário não ter condições de arcar com os custos de manutenção ou mesmo restauro do imóvel tombado, essa responsabilidade passaria para a municipalidade, tendo que alocar recursos públicos para tal. Já aconteceu um pedido público em jornal do proprietário da Casa Adamy demonstrando através de fotografias que a residência encontrava-se em péssimas condições e não houve naquela ocasião nenhum tipo de suporte da prefeitura para os reparos necessários, o proprietário solicitava inclusive o “destombamento” da casa. O único incentivo dado pela prefeitura a partir dessa lei é a isenção do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, que numa cidade pequena como Ivoti, não representa um custo assim tão alto que possa favorecer os cuidados com uma edificação histórica.

Fica claro que a lei precisa de modificações, que é preciso encontrar mecanismos mais eficientes de cuidado com o patrimônio edificado como valorização de índices construtivos, ativação do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural, criação de um fundo de manutenção de edificações históricas, entre outras medidas que poderiam ser pensadas. Outro apontamento importante é a não previsão de tombamento de bens imateriais, sendo que há no município, diversos saberes como o dialeto falado e o bordado dos panos de parede que mereceriam um olhar de cuidado, pois já são na prática bens culturais da comunidade.

O município de Picada Café possui trajetória diferenciada e maior preocupação com a legislação protetiva, uma vez que já reelaborou diversas vezes a sua lei de tombamento. A primeira lei data do ano de 1995, 3 anos após a emancipação do município, seguindo as linhas da lei do município de Ivoti já analisada. No ano de 2006 houve revisão e pequenas alterações e foi criado o Conselho Municipal:

LEI ORDINARIA nº 953/2006 de 01 de Março de 2006

CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO, NATURAL E CULTURAL DO MUNICÍPIO DE PICADA CAFÉ, O FUNDO A ELE VINCULADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica criado o CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO, NATURAL E CULTURAL do Município de Picada Café que será o órgão de assessoramento e colaboração com a Administração Municipal, cabendo-lhe opinar sobre a inclusão de bens na lista do Livro Tombo do Município, fazer sugestões, dar pareceres em pedidos de demolições e qualquer outro aspecto sobre bens imóveis e móveis que tenham significação para a identidade do Município.

Parágrafo Único São atribuições do Conselho:

I- Assessorar o Poder Executivo Municipal da defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Natural e Cultural do Município, opinando em assunto de sua competência, quando solicitado pelo Prefeito Municipal ou Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Turismo, ou sugerindo ações do Executivo Municipal, quando encaminhado por pessoas ou entidades da comunidade;

**II- Estabelecer critérios para enquadramento dos valores Histórico, Artístico, Natural e Cultural, representados por peças, prédios e espaços urbanos ou rurais, a serem preservados, tombados ou desapropriados;**

**III- Sugerir, para fins de legislação específica, a inclusão, na lista dos bens tombados pelo Município, de bens considerados de valor Histórico, Artístico, Natural e Cultural;**

IV- Dar parecer em pedidos de demolição e qualquer outro aspecto sobre bens imóveis que tenham significação histórica e cultural para o Município ou que tenham sido incluídos no entorno de bens imóveis tombados;

V- Promover os estudos necessários à orientação do Executivo Municipal nos assuntos referentes ao Patrimônio Histórico, Artístico, Natural e Cultural, buscando quando necessário assistência técnica dos órgãos estadual e federal ligados ao assunto;

VI- Traçar orientação sobre matéria de sua competência, encaminhando à consideração do Prefeito, quando for o caso, sugestões para Projetos de Lei ou Regulamentos que se fizerem necessários, principalmente no que diz respeito aos conteúdos de Planos Diretores Urbanos e suas propostas de zoneamento de usos e índices urbanísticos;

VII- Sugerir a destinação, projetos de revitalização ou reciclagem de prédios ou espaços urbanos a serem preservados;

**VIII- Promover a conscientização e participação das comunidades na preservação de seus bens Histórico, Artístico, Natural e Cultural, através de publicações, conferências, exposições relativas ao Patrimônio Histórico, Artístico, Natural e Cultural;**

**IX- Incentivar a constituição, no Município, de instituições culturais voltadas para preservação da memória, como museus, arquivos, bibliotecas;**

**X- Defender, por todos os meios a seu alcance o Patrimônio Histórico, Artístico, Natural e Cultural do Município;**

[...]

Art. 4º O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico, Natural e Cultural será constituído pelo Poder Público e por entidades não-governamentais que indicarão um titular e respectivo suplente, com representação paritária, cabendo ao seu Regimento Interno disciplinar sua composição, tendo a seguinte composição inicial:

- **Um Representante da Secretaria Municipal de Planejamento, Coordenação, Trânsito e Habitação;**
- **Um Representante da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Turismo;**
- **Um Representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio;**
- **Um Representante da Seção da Área Cultural**
- **Um Representante da Associação dos Moradores;**
- **Um Representante dos Grupos de Idosos;**
- **Um Representante da Associação Cultural;**
- **Um Representante de Agência de Turismo.**

[...]

Art. 12 Fica criado o **FUNDO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO, NATURAL E CULTURAL** destinado a propiciar apoio e suporte financeiro à implantação de programas de preservação e o controle do Patrimônio Histórico, Artístico, Natural e Cultural.

Art. 13 Constituirão receitas do Fundo Municipal:

- I- Dotações próprias;
- II- Dotações, auxílios e contribuições de terceiros;
- III- Cobrança de multas previstas em Lei
- IV- Recursos financeiros oriundos do Governo Federal, Estadual, Municipal e outros órgãos públicos, recebidos diretamente ou através de Convênios;

[...]

§ 3º Os recursos serão destinados, com prioridade, a projetos que tenham sido aprovados pelo Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico, Natural e Cultural.

Art. 14 Os recursos do Fundo Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico, Natural e Cultural em consonância com as diretrizes e normas, serão aplicados em:

- I- obras de restauração ou de conservação de bens imóveis, tombados e/ou considerados de valor histórico cultural, nos termos da legislação específica;**
- II- programas, projetos, pesquisas, promoções e divulgação da área de preservação dos bens culturais;**
- III- na edição de obras e publicações de trabalhos da área de interesse do Patrimônio Histórico, Artístico, Natural e Cultural do Município.**

**IV- programas de educação patrimonial.**

[...].

(PICADA CAFÉ, Arquivo online de legislação.  
<http://leisnaweb.com.br/mostrar-ato/?ato=1535&modulo=2&form=2&host=picadacafe&search=PATRIM%C3%94NIO%20CULTURAL>)

A criação do conselho municipal é um passo significativo na aproximação entre moradores e patrimônio cultural. É o caminho através do qual a comunidade se pronuncia. Entre as atribuições mais importantes está a de criar critérios para a seleção do patrimônio cultural bem como indicar para a municipalidade quais são os prédios ou imaterialidades importantes a considerar.

Na lei de Picada Café isso consta claramente, além de atribuir ao conselho a decisão do destino desses bens culturais, além do papel de difusão desse patrimônio. A lei estabelece ainda a composição do conselho, o que evita que seja composto por pessoas com indicação política ou mesmo interesses contrários a preservação da história do município. Por fim, mas não menos importante, a lei prevê a criação de um fundo financeiro que poderá vir a dar suporte para restauros, reparos, projetos em geral que beneficiem a população e salvaguardem o seu direito a memória.

Em 2008 a Lei que cria o conselho e a lei de proteção (tombamento), foram revisadas e sofreram pequenas alterações. Em 2011 encontra-se lei de tombamento da antiga subprefeitura de Joaneta, atual Casa de Cultura restaurada.

Em 2014 é refeita toda a lei de proteção, de forma muito mais completa, indicando os passos a seguir na gestão do patrimônio. A Lei inicia definindo patrimônio e depois segue observando o inventário como o primeiro passo. Esse inventário passaria por análise do Conselho Municipal, que decide pelo tombamento, inicialmente o provisório e depois o definitivo. Entre os dois corre o prazo que o proprietário tem para impugnar o ato, impugnação essa também analisada pelo conselho e equipe jurídica da prefeitura municipal. A mesma lei preocupa-se também com o entorno do bem tombado, bem como com as penalidades a serem impostas em caso de infração as regras do tombamento.

No dia 25 de março de 2014 foi realizada audiência pública para apresentar a nova legislação, explica-la aos moradores, principalmente no que se refere ao inventário que deve ser feito e os incentivos que poderão ter acesso, uma vez aprovada a legislação. Destaca-se esse momento de conversa com a comunidade que precisa saber da legislação e dos tramites para manter as casas históricas em boas condições.

A municipalidade tem diversas funções a exercer em relação ao patrimônio, no sentido de proteger o que a comunidade aponta, mas a responsabilidade maior é

dos moradores, são eles que precisam garantir que o SEU patrimônio seja protegido, “[...] a consciência e o conhecimento do patrimônio são antes de tudo responsabilidades de educadores (familiares, escolares, sociais), antes de serem responsabilidades dos “poderes públicos” tradicionais”[...] (VARINE, 2013, p. 34)

O capítulo VIII refere-se aos incentivos que estarão acessíveis aos proprietários de imóveis históricos, o que em muito pode colaborar na boa gestão e conservação dos mesmos, evitando assim que as edificações fiquem em tais condições arruinadas a ponto de necessitarem de restauro completo, o que deve ser a última intervenção, a manutenção preventiva é sempre mais aconselhada.

A legislação prevê a criação de mecanismos específicos para a destinação de recursos aos proprietários, mediante o aval do Conselho de Patrimônio, mas também anuncia que a aplicação destes recursos será fiscalizada pelos órgãos responsáveis.

#### CAPÍTULO VIII

#### DA ISENÇÃO DE IMPOSTOS, TAXAS E INCENTIVO AOS PROPRIETÁRIOS DE BENS

Art. 32 Poderão ser concedidos benefícios fiscais e materiais aos proprietários dos bens inventariados e daqueles que constituem seu entorno mediante Decreto Municipal.

§ 1º Os benefícios materiais e fiscais deverão ser precedidos de previsão orçamentária própria e mediante a criação de programa específico para atender a tal finalidade.

**§ 2º O Município promoverá através de edital de seleção pública o chamamento e o cadastramento de proprietários que desejam receber os incentivos fiscais e materiais para a manutenção dos bens móveis, sob a coordenação e análise do Conselho Municipal de Política Cultural.**

§ 3º Os critérios de seleção, participação e valores a serem destinados aos proprietários serão definidos em edital específico.

§ 4º Os imóveis uma vez inscritos no programa de incentivo estarão aptos a receber isenção de taxas e impostos prediais e territoriais.

§ 5º Poderão ser criados mais auxílios através de Decreto Municipal, sob a orientação, fiscalização e normatização do Conselho Municipal de Política Cultural.

**§ 6º Os benefícios somente serão concedidos e renovados aos proprietários de bens mediante a realização de fiscalização da comissão técnica de avaliação, a fim de, averiguar se o proprietário de fato está fazendo a manutenção e preservação do imóvel.**

§ 7º Os benefícios poderão ser estendidos aos imóveis constantes no inventário até que haja parecer conclusivo sobre seu tombamento, mediante parecer favorável do Conselho Municipal de Política Cultural e relevante interesse público.

Art. 33 Os benefícios poderão ser recusados, mediante declaração, sem que constitua a isenção aos deveres de conservação e às restrições

constantes nesta lei. ((PICADA CAFÉ, Arquivo online de legislação. <http://leisnaweb.com.br/mostrar-ato/?ato=2023&modulo=2&form=1&host=picadacafe&search=PATRIM%C3%94NIO%20CULTURAL>)

No ano de 2015 três proprietários de casas históricas receberam o incentivo da prefeitura municipal e em 2016 foram dois os beneficiados. Cada proprietário recebeu três mil reais para uso em melhorias nas suas residências, principalmente no que se refere a manutenção preventiva, visando evitar danos maiores que necessitem de restauro. Os mesmos proprietários possuem ainda isenção de imposto predial territorial.

Mesmo tão recente e completa esta Lei Municipal de Picada Café não refere-se em nenhum momento ao patrimônio imaterial, deixando uma grande lacuna nas memórias dos saberes e fazeres locais.

### **3.4 Ações educativas**

Nessa etapa da pesquisa, dedicamos especial atenção para a análise crítica das ações e atividades promovidas nos município voltadas para a educação patrimonial, buscando com isso aprofundar o conhecimento para a valorização do patrimônio cultural local. Essas ações podem atingir diversos públicos e utilizar-se de várias formas e dinâmicas. A fim de organizar melhor o relato descritivo analítico, as ações serão distinguidas em público escolar/infantil e adultos/comunidade em geral.

Outra observação é que serão citadas as atividades de rotina e explicados os projetos mais elaborados a fim de gerar a compreensão do processo da pesquisa.

#### **3.4.1 Público escolar**

A análise descritiva será iniciada pelas atividades corriqueiras, que já acontecem há vários anos e são da rotina escolar das crianças da rede de ensino de Ivoti. Quando as crianças chegam ao 4º ano do ensino fundamental é oferecido dentro da grade curricular o estudo do município de Ivoti, dentro da concepção de Estudos Sociais integrando também as outras disciplinas.

São questões básicas como aspectos sociais, geográficos, morfológicos e também questões relativas a história das crianças e do município. Geralmente esse estudo se inicia pela visita ao município em duas partes: zona urbana e zona rural. Nessas saídas de estudos os alunos visitam espaços públicos e propriedades privadas, de acordo com o interesse do professor e o foco do projeto de estudo. Também é feita a visita aos espaços de memória como o Núcleo de Casas Enxaimel, Museu Municipal e Memorial da Colônia Japonesa.

Figura 32: Turma em visita ao Núcleo de Casas Enxaimel



Fonte: Acervo da autora

Além disso, é distribuída para esses alunos uma revista escolar com informações e atividades sobre Ivoti, histórias da cidade e informações turísticas. A distribuição da revista entre os anos 2008 e 2012 era acompanhada de minicurso para professores de 4º ano a fim de atualizar conhecimentos.

No ano de 2004 foi designada funcionária do quadro de professores municipais para realizar junto ao Museu Municipal atividades educativas para os alunos da rede de ensino. A metodologia usada foi a da Educação Patrimonial, seguindo os passos tradicionais: observação, registro, exploração e apropriação. (GRUNBERG, 2007, p. 6) Foram iniciados projetos simples, divulgados nas escolas como:

- Baú de Histórias: baú com objetos do museu que seguia para as escolas, com orientações de atividades, ou mesmo, através de agendamento, com a

professora de educação patrimonial para o desenvolvimento de atividades de “leitura” de objetos antigos.

- Oficinas temáticas acompanhando as exposições temporárias no Museu Municipal: criou-se um espaço para exposições temporárias no museu a fim de dinamizar a comunicação com o público e também diversificar o tipo de histórias apresentadas no local. Foram feitas oficinas de biscoitos típicos, oficina sobre acervo escolar, oficina de Páscoa, oficina de Natal, oficina sobre ocupação indígena no município, oficina sobre fotografias antigas, entre outras temáticas.

Figura 33: Oficina sobre a rotina escolar no século XIX



Fonte: Acervo da autora

No ano de 2006 aconteceu um projeto de educação patrimonial em parceria com a empresa Religare e com o Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (CEPA) da PUC – Pontifícia Universidade Católica. Consistia em um projeto de arqueologia histórica no qual as turmas de alunos inscritas vinham até o Núcleo de Casas Enxaimel e através da visita a vários pontos diferentes (estações) iam aprendendo sobre o local com acompanhamento de um mapa e de monitores. Antes disso os professores eram preparados mediante oficina de arqueologia histórica.

Figura 34: Oficina de capacitação dos professores em arqueologia histórica.



Fonte: Acervo da autora

Para a grande maioria dos estudantes foi a primeira vez que puderam entrar em contato com a prática de arqueologia e ainda conversar com um arqueólogo. O arqueólogo responsável foi Paulo Alexandre da Graça Santos, que, na época, realizava seus estudos de doutorado. A escavação encontrou alguns vestígios junto aos Museu Municipal e proximidades, principalmente fragmentos de louças, ossos e garrafas quebradas, comprovando os rumores de que ali naquele espaço já havia funcionado uma cervejaria. Em outras áreas pouco foi encontrado devido aos aterros que haviam sido feitos anteriormente, modificando muito o terreno original.

Figura 35: Arqueólogo e aluno de graduação em atividade no Núcleo.



Fonte: Acervo da autora

Esse tipo de projeto acaba por chamar a atenção de toda a comunidade, não somente a escolar. Trata-se de reler o patrimônio cultural sob os olhos do presente e difundir a prática da pesquisa junto aos espaços de memória. “A realização dessas atividades permite construir um ambiente de diálogo entre arqueologia, educação e comunidade, sendo que o patrimônio cultural constitui-se no elo entre essas instâncias.” (SOARES, 2005, p. 9)

Além de aprender conceitos como patrimônio cultural e arqueologia na prática, os alunos puderam perceber o quanto essa memória é próxima de nossas vidas, o quanto ela é nossa, fazendo com que percebam a importância de cuidar deste patrimônio. “As experiências educativas tem por objetivo incentivar o posicionamento crítico e reflexivo entre a comunidade, estimulando o (re)pensar sobre atitudes de depredação ou de descaso com o patrimônio cultural.” (SOARES, 2005, p. 9) Importante destacar que o patrimônio cultural foi entendido como sítio histórico, ampliando a noção de objeto histórico.

Figura 36: Layout do mapa usado nas visitas das turmas ao Núcleo no projeto



Fonte: Acervo da autora – Prefeitura Municipal de Ivoti – Dep. Mun. de Cultura

Destaca-se ainda a lembrança do Arroio Feitoria como patrimônio ambiental durante o projeto. O curso de água consiste no motivo inicial do estabelecimento das famílias de imigrantes naquele local e também o elemento essencial de suporte de vida a todas as famílias da colônia alemã.

Figuras 37 e 38: Alunos em momentos distintos da visita: observando o Arroio Feitoria e manuseando objetos encontrados nas escavações.



Fonte: Acervo da autora

Outro projeto com vários anos de realização no município de Ivoti é a oferta de aulas de língua alemã na grade curricular, iniciando na Educação Infantil até os 6º anos do Ensino Fundamental. Ressalva-se que o alemão falado nas casas do município não é exatamente o mesmo das aulas nas escolas, uma vez que o dialeto refere-se a uma língua falada na região central da Alemanha no início do século XIX, antes mesmo da unificação do país que guarda características daquele tempo e espaço, além das adaptações e influências da língua portuguesa.

Picada Café começou em 2004 sua caminhada em ações educativas voltadas para o patrimônio cultural. No início a ideia era comemorar os 180 anos de imigração alemã incrementando as atividades alusivas às origens do município, instalando um “Museu de Rua” que fosse o embrião de um Museu Municipal. Seria uma exposição temporária que geraria uma exposição permanente. A ideia foi bem sucedida e acabou dando vez a mais edições do Museu de Rua, sem, no entanto, finalizar o museu permanente.

Na prática a proposta dos Museus de Rua consistia em propor uma temática, trabalhar junto aos professores conceitos básicos de metodologia de pesquisa, museologia e museografia, para que eles com seus alunos e comunidade pudessem organizar uma exposição temática a cada ano, “[...] pequenos museus podem ser ativados e dinamizados através da intervenção das escolas [...]”(SPERB, 2004, p. 23) Esse tipo de proposta envolve toda a comunidade, principalmente em municípios pequenos como Picada Café, que possui cinco escolas ao todo – quatro municipais

e uma estadual. “Assim, além do trabalho na escola ser desenvolvido com sentido e significado, porque parte da realidade da criança, esse trabalho tem uma repercussão imediata na comunidade através da ativação do museu local.” (SPERB, 2004, p. 23)

No ano de 2004 foram propostas duas edições do Museu de Rua, uma em maio e outra em outubro, ambas deveriam acontecer juntamente a eventos maiores do município: Kaffeschneis Fest e Feira do Livro Municipal. A primeira edição teve como tema Histórias de Família e na segunda a temática foi Histórias de Escola. Foram ministradas diversas oficinas que dessem aos professores subsídios para desenvolver as temáticas: oficina de genealogia, arquitetura e entorno, arte tumular, análise de objetos, análise de fotografias, manutenção e conservação de objetos.

As exposições foram organizadas em espaços diversos do município, como sociedades, parques e escolas, foram visitadas por milhares de pessoas. A ação teve tanto sucesso que teve continuidade naquele formato por mais seis anos, a temática era planejada em conjunto por toda a rede de professores.

Foram realizados doze museus de rua com diversos temas que focam aspectos da vida e da história econômica, social, cultural e religiosa no município: Histórias de Família; Histórias da Escola; Máquinas e ferramentas da agropecuária; Festas em Picada Café; Profissões; Jogos e brincadeiras; Cada casa, uma história; Higiene e alimentação; Fé e religiosidade; Contos, cantos e recantos de Picada Café; Caçadores de Tesouros. Durante seis anos as exposições foram organizadas junto com outros eventos, como a Kaffeschneisfest e a Feira do Livro ocupando um espaço nesses contextos. A partir de 2010, os Museus de Rua passaram a ter data própria de exposições e efetivamente foram para “a rua”, desvinculando-se de outros eventos e ocupando lugares públicos: bancos, casas comerciais, indústrias, instituições etc.<sup>15</sup> – sempre bem acolhidos pelas casas, com animadores comentários dos visitantes e dos gerentes ou proprietários e grandes expectativas em receber o próximo Museu de Rua. Em 2012, realizamos o XII Museu de Rua, cujo tema foi Nossos tesouros humanos. (SPERB, 2014, p. 263)

Também continuaram acontecendo oficinas para alunos no Parque Jorge Kuhn, nos horários inversos ao turno escolar. Com essas atividades extracurriculares objetivava-se conquistar ajudantes voluntários para o museu comunitário. As oficinas tinham propostas diferentes: “O Passado no Presente” os jovens aprendiam práticas, receitas e confecções de objetos do passado e “Encontros com Clio”, familiarizando os participantes com as rotinas de um museu como o fichamento e catalogação de objetos.

Essas oficinas apresentam às crianças um museu que está voltado também para fora, para o entorno, para a comunidade e o patrimônio aí existente e vivo. É do Museu que partem as ações de orientação para a preservação e conservação do patrimônio da comunidade. (SPERB, 2014, p. 264)

A partir do ano de 2013 não aconteceram mais os museus de rua. Naquele ano aconteceu outra proposta junto aos educandos da rede. A partir do olhar de um artista plástico (Alexandre Reis) que retratou diversos espaços patrimoniais do município em aquarelas os alunos puderam ensaiar um olhar artístico sobre o seu patrimônio. A atividade foi denominada: Oficina de Desenho da Paisagem Cultural em Picada Café.

Figura 39: Alexandre Reis orientando a aluna quanto ao seu desenho.



Fonte: Site Defender - <http://defender.org.br/tag/giz-pastel?print=print-search>

Foto: Josiane Mallmann

Após esse ano as atividades de educação patrimonial praticamente não aconteceram mais. São percebidas mudanças na direção das preocupações e investimentos em patrimônio cultural de Picada Café com a mudança das administrações. Houve intensificação nas áreas de restauro e legislação protetiva e praticamente pausa nas ações voltadas para a educação. Merece futuros estudos essa mudança de rumos uma vez que abre-se mão de acentuado investimento em projetos educativos voltados para a patrimônio cultural, que se não forem retomados, poderão comprometer o setor a longo prazo, como poderemos verificar na análise de resultados desta pesquisa.

### 3.4.2 Público em geral, comunidade, turistas

Tanto Ivoti quanto Picada Café buscam incremento econômico com a atividade turística, portanto vem gradualmente aumentando os investimentos em eventos que atraiam o visitante para conhecer a cidade e passar a frequentá-la, fazendo compras, hospedando-se, alimentando-se naqueles municípios.

Ivoti iniciou no final da década de 1990 um pequeno evento junto ao Núcleo de Casas Enxaimel chamado “Um bonito dia no Buraco do Diabo”. Era um domingo por mês no qual aconteciam atividades culturais, geralmente alusivas a alguma data festiva daquele mês. Esses eventos praticamente atraíam apenas público do próprio município, mas serviram para criar o hábito da visita ao espaço histórico, da valorização do mesmo e a associação do local com arte e produtos típicos.

Foi um primeiro passo em direção a popularização do Núcleo entre os ivotienses, fazendo com que o primeiro a reconhecer o patrimônio seja o sujeito ao qual ele pertence. Em diversos locais o morador da cidade demora a reconhecer o próprio patrimônio cultural. Segundo Hugues de Varine, somos preparados para pensar que não temos uma cultura própria ou ainda a ideia de cultura elitizada na qual só são importantes os elementos de poder nacional, como os palácios e monumentos: “[...] a sociedade de consumo da qual fazemos parte imprime em nós ideias de valor de mercado, propõe modelos estrangeiros à nossa cultura viva, que é assim desvalorizada.” (VARINE, 2013, p. 43)

A partir do ano de 2006, já com todas as casas públicas do Núcleo restauradas, foram iniciados outros eventos com organização voltada para público externo, com a clara finalidade de trazer turistas para Ivoti. A partir daí passaria a acontecer sempre em maio a Feira do Mel, Rosca e Nata e em outubro a Feira das Flores.

Os dois eventos possuem perfil similar, são voltados para um público adulto, classe média e geralmente famílias. Nessas feiras pode se encontrar produtos coloniais típicos como rosca de polvilho, pães caseiros de milho e aipim, biscoitos, cucas, bolos e embutidos. Também estão a venda produtos naturais/ orgânicos.

Figura 40: Feira do Mel – Edição 2015



Fonte: Divulgação Prefeitura Municipal de Ivoti

Também acontece venda de flores, numa clara tentativa de fortalecer e identificar o município turisticamente com o seu título de Cidade das Flores, apesar de ter poucos produtores locais. A solução para esse impasse foi a parceria estabelecida com a AFLORR – Associação de Floricultores da Rota Romântica para o fornecimento das flores.

Na Feira das Flores também há mostra de paisagismo. O artesanato é comercializado por uma associação, que observa a qualidade dos produtos e também busca incentivar os artesãos a produzirem peças de acordo com as temáticas dos eventos, a fim de fortalecer a marca da cidade. Os dois festejos contam com apresentações culturais como grupos de dança e orquestras de sopros.

Figura 41: Feira das Flores – edição 2014



Fonte: Jornal NH

Em função da demanda, acontece ainda a Feira Colonial no segundo domingo de cada mês, com menor porte, mas com a presença de todos os feirantes usuais do espaço. No ano de 2013 iniciou também a Feira da Diversidade, com a intenção de ampliar o leque de produtos e feirantes, bem como diversificar a forma de divulgação do município muito restrita as origens alemãs. Ocorre sempre no terceiro domingo do mês.

Na Colônia Japonesa de Ivoti foi planejado e realizado projeto específico de educação patrimonial com os moradores. A finalidade da proposta era fazer com que a comunidade nipônica reconhecesse e valorizasse sua história, seu patrimônio cultural e pudesse preparar-se para mostrá-lo aos outros, tendo como objetivo principal organizar um memorial, conforme já citado.

Em 2009 iniciou-se o diálogo entre a administração pública municipal de Ivoti, através do Departamento de Cultura e os representantes da diretoria da Associação da Colônia Japonesa de Ivoti, que resultaria no projeto denominado “Colônia Japonesa de Ivoti: Um lugar para lembrar.”

A primeira questão a definir era se a comunidade realmente queria um espaço de memória, um memorial e, em caso de retorno afirmativo, onde instalá-lo e quem faria o projeto. Diante da resposta positiva, a comunidade apoiou a ideia e decidiu que o local escolhido para construção do memorial seria um prédio da antiga escola desativada na comunidade. De acordo com os representantes da comunidade, o responsável pela execução do projeto de reforma arquitetônica deveria ter vinculação étnica com a comunidade, decidindo-se assim pela arquiteta de origem nipônica, Madalena Fuke.

O projeto foi levado duas vezes para aprovação da Associação e acolheu as contribuições dos moradores. Realizado o primeiro passo do projeto, criava-se então a proposta educativa que objetivava fazer com que a comunidade percebesse seu potencial histórico, uma vez que ficou claro, pelo diagnóstico inicial, que os moradores não percebiam a si mesmos como sujeitos históricos.

Ficou decidido que as estratégias de execução do projeto iriam primar pela participação dos moradores da Colônia Japonesa em todas as etapas. Existia assim a delicada tarefa de fazer com que o grupo realmente visse a si e a sua memória na exposição final em conjunto com o espaço arquitetônico.

Foram combinados então encontros com os moradores da colônia, que aconteciam na sede da Associação. O primeiro encontro discutiu o que seria este

lugar de memória, como seria sua dinâmica de representação da história através dos objetos, a necessidade de ser seletivo, uma vez que não seria possível mostrar ali toda a trajetória daquelas famílias. Foi um encontro para debate sobre os conceitos de museu/memória/história, numa perspectiva acadêmica.

Figura 42: Encontro entre moradores da Colônia Japonesa e educadora patrimonial



Fonte: Acervo da autora

Os questionamentos iniciais foram sobre “o que queremos lembrar?”, “como vamos contar nossa história?”, “que acervo temos para mostrar?” Essa conversa inicial foi feita em etapas, para que aos poucos eles pudessem ir recompondo o quebra-cabeças de suas memórias. Também ficou estabelecido nesse encontro que o memorial deveria guardar, expor e comunicar elementos da memória coletiva e não vaidades individuais. Ficou como “tarefa de casa” nesse encontro revirar os sótãos, porões e galpões em busca de elementos significativos e representativos dessa coletividade.

No segundo encontro se procurou levantar mais detalhes, através das memórias dos participantes. Questionou-se sobre quais objetos, documentos, fotografias poderiam talvez possuir em casa e que se relacionassem com a emigração do Japão, a aquisição das terras, os primeiros plantios, a construção das casas, as dificuldades iniciais, a organização das famílias, a criação da cooperativa. Também se buscou saber sobre os aspectos culturais, a alimentação, o esporte, o lazer, os festejos, a religião, entre outros elementos que foram surgindo.

Na sequência, se buscou trabalhar com imagens, uma vez que a comunidade possuía quantidade expressiva de fotografias – elemento já conhecido como expressão dessa cultura. Foram projetadas mais de duzentas imagens que já haviam sido digitalizadas anteriormente. A proposta era sensibilizar, despertar memórias e selecionar o que era mais significativo, e que posteriormente, iria ilustrar os painéis autoexplicativos da exposição.

O encontro mais polêmico foi aquele em que se definiu qual seria a história a ser contada, ou seja, aprovar um texto que falaria “sobre eles.” Na ocasião, aconteceram diversas conversas em japonês, trazendo diferentes opiniões sobre o assunto. Um ponto era unânime: o destaque na exposição e na história do grupo seria a Cooperativa – que para eles era um símbolo do período mais próspero da Colônia Japonesa e do objetivo comum alcançado.

Devido a isso o único espaço de ambiência no Memorial reproduz uma sala de trabalho desse período. Decidiu-se ainda que o ideograma referente ao termo “união” seria exposto na entrada do memorial, complementando a mesma ideia central da exposição.

Posteriormente, os moradores da Colônia foram convidados a trazer objetos que considerassem pertencentes e representativos para a história da comunidade. Vieram muitas famílias com os mais diversos objetos que hoje fazem parte do acervo do memorial.

Figura 43: Registro dos objetos das famílias – pré acervo do memorial.



Fonte: Acervo da autora

Em novembro de 2011 o Memorial da Colônia Japonesa foi inaugurado, com a presença do Cônsul do Japão e do governador da província de *Shiga*, província japonesa coirmã do Rio Grande do Sul. Mais tarde, em 2012 o memorial incorporou o acervo presenteado pelas autoridades de Shiga ao governo do Rio Grande do Sul.

Figura 44 - Vitrine com aspectos da indumentária, acompanhada por manequins ao fundo. Foto feita por ocasião da primeira visita da comunidade ao museu.



Fonte: Acervo da autora

Com o passar do tempo a comunidade nipônica percebeu sua força ao reconhecer sua história como uma trajetória diferenciada que era importante para os moradores, mas causava também interesse ao visitante. As famílias japonesas viram nessa proposta um início de possibilidades de desenvolvimento financeiro.

Organizaram-se por sua conta e começaram a promover uma feira uma vez por mês, sempre no último domingo para não competir com os outros eventos do município. Atualmente essa feira é uma das maiores de Ivoti, que mais gera mídia espontânea e que praticamente cresceu sem investimentos. Cada família comercializa o que tem na sua propriedade, além da gastronomia típica como *guiozá, sushi, temakis*<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Guiozá refere-se a uma massa recheada de carne moída, podendo ser consumido cozido ou frito, servido com molho de soja. Sushis e temakis são feitos com algas recheadas com arroz cozido temperado, peixes crus e legumes.

A feira cresceu de tal forma que já foram chamados os parceiros feirantes não japoneses de Ivoti, a fim de atender adequadamente a demanda. Encontrar valor no seu patrimônio e nos seus produtos fez com que muitas famílias decidissem permanecer na Colônia Japonesa, “[...] o desenvolvimento local acrescenta valor ao capital patrimonial, contribuindo para o enraizamento das famílias no território.” (VARINE, 2013, p.28)

Figura 45: Feira da Colônia Japonesa



Fonte: Feira da Colônia Japonesa – divulgação.

Em Ivoti os eventos associados aos espaços patrimoniais, reunindo ainda o patrimônio imaterial através da gastronomia, artesanato, canto, dança e língua geram um grande fluxo de visitantes a cada final de semana, fazendo com que aconteça desenvolvimento tanto econômico quanto cultural, pois percebe-se a necessidade de manter essas atividades pela dimensão que já tomaram. De certa forma é mostrar para o morador local o seu próprio patrimônio através dos olhos de quem vem de fora, o que gera no ivotiense a valorização da sua memória e dos suportes dela.

No ano de 2016, selecionado e financiado através de edital estadual aconteceu o projeto Pétalas de Cultura em Ivoti. Foi uma proposta multicultural na qual o patrimônio cultural era uma das frentes de trabalho. Foram feitas várias palestras para a comunidade e estudantes sobre a importância do patrimônio cultural, momentos de formação para professores e equipes diretivas, estudos de patrimônio *in loco*, entrevistas, finalizando com a produção de um documentário sobre o Salão Holler.

Figura 46: Participantes do projeto visitando o porão do Salão Holler



Fonte: Blog da Emef Concórdia

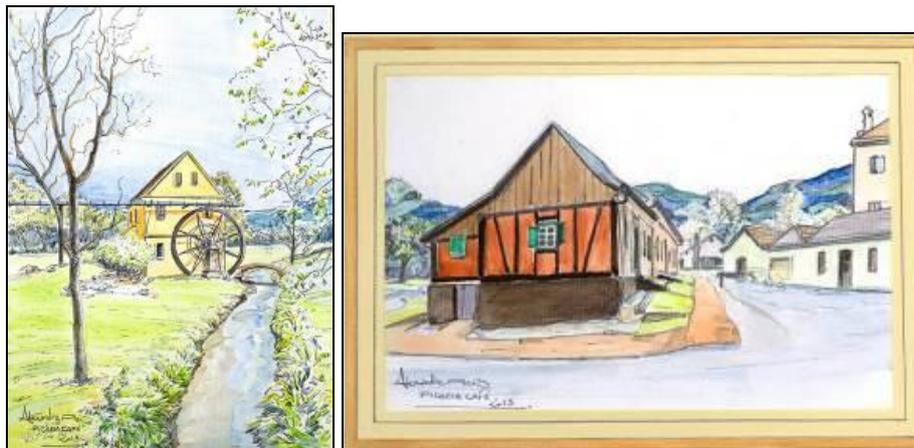
Em Picada Café, o primeiro passo de busca da comunidade para o olhar da valorização foi através das atividades de educação patrimonial executadas nas escolas, mas da mesma forma que em Ivoti, o primeiro público a ser atingido foi o dos moradores, deixando as ações para o turista numa etapa posterior. Com as edições dos Museus de Rua toda a população de Picada Café foi atingida: como detentora do acervo, como detentora das memórias, como visitante das exposições.

Além disso, havia ainda dois projetos que eram destinados diretamente para a comunidade: “Hausmusik” (Música do lar) e “Rodas de Memória”. Os dois aconteciam nas dependências do Parque Jorge Kuhn, ou na cafeteria do Museu do Açougue ou na Casa Comercial.

O projeto Hausmusik reunia interessados em demonstrar suas habilidades tradicionais com algum instrumento musical ou canto, Rodas de Memória como diz o nome, era um encontro para relembrar histórias do passado com um tema preestabelecido. As atividades ocorreram nos anos de 2011 e 2012, nos dias atuais não acontecem mais. No ano de 2012 foi feito no município o lançamento do livro “A raízes do futuro”, de Hugues de Varine, escritor na área do patrimônio cultural e desenvolvimento local.

No ano de 2013 o artista plástico Alexandre Reis representou várias paisagens culturais de Picada Café gerando a exposição de arte “Paisagem Cultural de Picada Café”, integrando a programação da Feira do Livro Municipal.

Figuras 47 e 48: Arte de Alexandre Reis – Paisagem com Moinho e Núcleo Histórico



Fonte: Facebook do artista, direitos reservados

A arte pode muitas vezes ser o caminho para a valorização, sob os olhos do artista o patrimônio cultural ganha nova vida, novas cores que podem fazer com que novos olhares sobre ele sejam lançados. Além disso, muitas casas históricas possuem como ocupação famosas galerias de arte.

Na mesma linha de trabalho acontece no município o projeto “Picada Café em um click”, promovendo um momento de olhar fotográfico sobre as paisagens urbanas e rurais. Trata-se da promoção de um momento específico de fotografia, com temática e locais definidos; sob coordenação de fotógrafo profissional e historiadora, no qual um grupo de fotógrafos amadores capturam imagens diferenciadas do município. A proposta já teve seis edições.

Figura 49: Edição 2013 – Picada Café em um Click



Fonte: Divulgação Prefeitura Municipal de Picada Café

Picada Café possui também preocupação com a pesquisa e o registro através de publicações, possuindo duas na área do patrimônio. A primeira de 2004, registrando a trajetória do primeiro ano do projeto Museu de Rua, “Na trilha dos lírios”, e a segunda de 2014, publicação referente ao estudo da história do acervo artístico de todas as igrejas do município chamada “Lux Perpetua - O caminho da fé através dos vitrais”.

O município se utiliza da combinação evento e espaço histórico a fim de dinamizar e promover atividades junto ao patrimônio cultural. O Parque Jorge Kuhn possui amplo espaço e dependências feitas exclusivamente para o uso em festejos, como é o caso de uma área coberta com palco, sanitários e restaurante. Acontecem ali diversos eventos como a *Kaffeschneis Fest* (Festa de Picada Café), já na 24ª edição; e a mais recentemente criada Festa do Café, Cuca e Linguíça, em sua sétima edição atualmente, acontecendo sempre no mês de agosto. A *Kaffeschneis Fest* tem cunho mais festivo com bandas e shows, enquanto que a Festa do Café, Cuca e Linguíça preocupa-se mais com a gastronomia local, venda de produtos típicos e atrações culturais como grupos de danças alemãs e bandinhas típicas.

Figura 50: Oficina de gastronomia típica ocorrida na programação da Festa do Café, Cuca e Linguíça na edição 2015.



Fonte: Divulgação Prefeitura Municipal de Picada Café

Percebe-se, tanto em Ivoti quanto em Picada Café, após esse relato, que são desenvolvidas há vários anos diversas iniciativas buscando a recuperação e

valorização do patrimônio cultural como um bem da comunidade, mas também com vistas ao desenvolvimento que essa história pode promover, no sentido de proporcionar ao visitante uma experiência autêntica de imersão numa cultura local. Nesse sentido podemos falar em sustentabilidade patrimonial, ou seja, na manutenção, a longo prazo, das políticas de preservação e dinâmica cultural, esse seja talvez o maior desafio.

[...] o caráter sustentável, ou durável, de uma estratégia, de um programa, de uma ação, repousa em princípio na capacidade das populações envolvidas de se identificarem com o projeto inicial, de se mobilizarem por ele, de nele participarem voluntariamente e coletivamente; portanto, de nele investirem. (VARINE, 2013, p. 38)

Os eventos promovidos pelas administrações municipais dos dois municípios podem gerar incremento econômico para as famílias através da venda de artesanato, de produtos diversos, bem como aquece a movimentação de restaurantes e hotéis do município. Além disso, as constantes idas aos espaços históricos embelezados em função dos festejos, acaba por fazer com que o morador e o visitante se vinculem afetivamente ao local, produzindo novas memórias que irão culminar na defesa da preservação desses espaços, cria-se um círculo de produção de sentido entre as pessoas e os lugares.

## **4 GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E SEUS RESULTADOS**

Até este ponto temos a descrição histórico-geográfica de nosso espaço de pesquisa, bem como os conceitos que a instrumentalizam, além do detalhamento do patrimônio cultural dos municípios de Picada Café e Ivoti. Passaremos agora a análise dos resultados das ações realizadas em relação ao patrimônio cultural, buscando perceber de que forma se refletem na comunidade e se de fato os moradores se apropriam de sua memória patrimonial.

Nos dois municípios do estudo de caso foram aplicados questionários a fim de perceber como a população se relaciona com o seu patrimônio, se sabe sobre ele e se o reconhece como sendo seu: princípios básicos para dimensionar o sucesso ou o fracasso das ações realizadas.

Em seguida será sugerido um modelo de gestão pautado nas experiências estudadas, mas que poderá também servir de guia para outros municípios que tenham as mesmas pretensões de desenvolvimento cultural, social e econômico a partir do patrimônio cultural material e imaterial, salvas as particularidades de cada território.

### **4.1 Dimensionando resultados**

A partir dos resultados obtidos será possível verificar se todas essas ações, de maior ou menor sucesso e intensidade, executadas ao longo de décadas nos municípios de Picada Café e Ivoti, estão efetivamente gerando resultados no sentido de desenvolvimento local. Esse desenvolvimento compreendido como o direito ao pertencimento de uma cultura, direito a história e memória, além do retorno econômico para a comunidade.

Foram aplicados em cada município 80 questionários para público diverso, sem especificar gênero, faixa etária e escolaridade. No município de Picada Café a aplicação dos questionários contou com o apoio dos funcionários da prefeitura municipal, enquanto que em Ivoti os mesmos foram aplicados um a um pela pesquisadora. O modelo encontra-se disponível nos anexos da dissertação.

Em uma análise inicial é preciso levar em conta dois fatores que são importantes: a gestão do patrimônio dos municípios em geral é feita por pessoas que exercem cargos políticos, estão naquela função por terem apoiado o prefeito municipal em sua campanha para a prefeitura, além disso, possuem formações diversas ou ainda nenhuma formação acadêmica.

Nos casos analisados os gestores dos setores como secretarias de educação e departamentos de cultura possuem formação na área da licenciatura em história, artes ou bacharelado em turismo. Todos esses olhares são diferentes e indicam caminhos diversos para gerir o setor e também as políticas de patrimônio. Já é um ganho para o município se o responsável pelo setor de cultura tiver alguma formação de nível superior, se for algo que se aproxime das áreas afins do patrimônio cultural como história e arte melhor ainda, mas continua faltando a esse profissional a prática da gestão. Existem atualmente cursos de gestão cultural, que abrangem, entre outros assuntos, as questões pertinentes a patrimônio cultural, políticas públicas, leis de incentivo, entre outros itens.

Muitas vezes, a gestão cultural é entendida como administração de bens culturais visando o desenvolvimento econômico. Dessa forma:

O que vem ocorrendo, desde então, é que as atividades nos diversos setores do patrimônio cultural estão voltadas para a prioridade econômica determinada por linhas políticas e ideológicas governamentais. Hoje, o patrimônio cultural está mais vinculado a preocupações e critérios econômicos muitas vezes em detrimento de um desenvolvimento integral. Não estamos defendendo o entendimento do patrimônio cultural considerado “um fim em si” em oposição à concepção de que deve ser um elemento acelerador do desenvolvimento econômico. Mas, estamos sublinhando que a compreensão do significado do patrimônio cultural passa pelo entendimento de que ele constitui um elemento fundamental da complexa vida social. Assim, entendemos que a gestão do patrimônio cultural deveria estar diretamente ligada a uma política cultural que abrangesse uma gama imensa de áreas e não apenas a economia. Dentre estas áreas, acreditamos que a educação seja o campo capaz de articular a diversidade de interesses na gestão do patrimônio cultural exatamente pela complexidade de significados que nossos bens representam para a sociedade. (PESTANA, 2015, p. 05)

Esse viés neoliberal merece atenção. Ao tomar o patrimônio cultural apenas pelo viés econômico é possível perder diversas dimensões importantes para as comunidades as quais ele pertence. Nunca vai deixar de ser necessário pensar no desenvolvimento econômico a partir do patrimônio, mas não pode ser só isso.

O primeiro fim é a memória, o pertencimento, a identidade e o significado do patrimônio junto às pessoas. Pensar gestão do patrimônio cultural visando unicamente lucro acaba por gerar outros problemas a médio e longo prazo: gentrificação<sup>7</sup>, esvaziamento de sentido e turismo falso, sem originalidade e nem autenticidade, em longo prazo são destinos turísticos fadados ao prejuízo por falta de procura.

Não é esse o caso dos municípios de estudo, nos quais já houve grandes investimentos sem, no entanto, ter havido uma preocupação com retorno imediato de desenvolvimento econômico, esse desenvolvimento vem ocorrendo de forma lenta e gradual, sem comprometer a integridade da memória das comunidades, como verificaremos no decorrer desta análise.

Essa tendência de busca pelo desenvolvimento econômico pode gerar uma espetacularização do patrimônio, esvaziando-o do significado que possui junto às pessoas. “O perigo que se corre é o de transformar os bens culturais em meros objetos de consumo, [...] privilegiar o produto transformado em objeto de consumo como qualquer outra mercadoria que circula na sociedade atual.” (VELOSO, 2006, p. 439). Veloso (2006) chama isso de “fetiche do patrimônio” e é possível verificar essa prática em municípios nos quais a dimensão turística se sobrepôs a todas as outras, o que é comum nos destinos turísticos de fama nacional ou internacional.

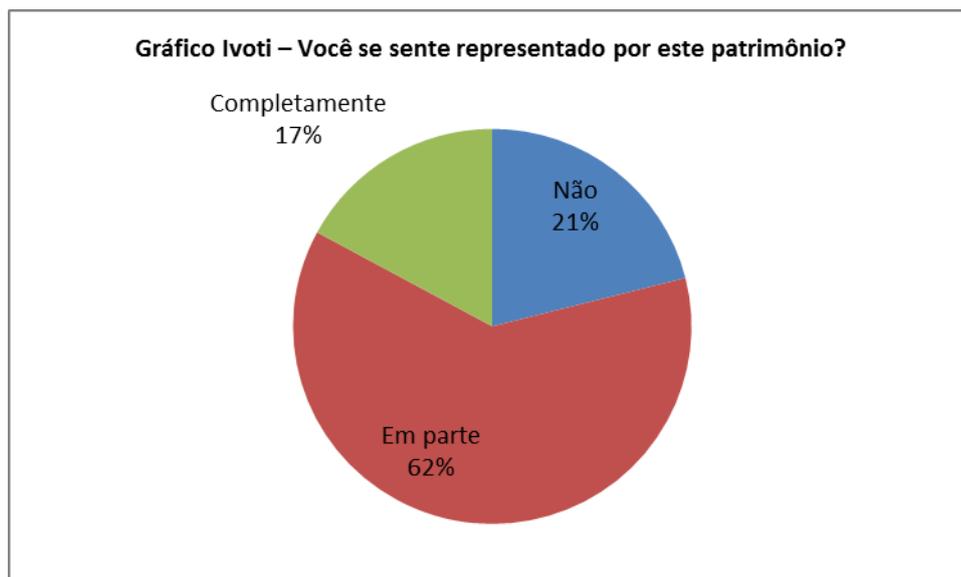
Nos municípios deste estudo, percebemos que isso não acontece, uma vez que a maioria das pessoas que responderam aos questionários, revelaram sentir-se identificados com o patrimônio cultural de sua cidade, ou seja, percebem nele significado que tenha relação com a sua vida, sua identidade, sua memória. “O que importa é que o patrimônio seja reconhecido pela comunidade como seu. Senão ele não poderá desempenhar o seu papel.” (VARINE, 2013, p. 39).

Ao responder ao seguinte questionamento: “Você se sente representado por este patrimônio, ou seja, ele diz respeito a sua história de vida, as suas origens?”, o resultado foi o seguinte:

---

<sup>7</sup> Processo de reorganização de sítios históricos com foco em aumento de renda e “revitalização urbana”, gerando novos espaços elitizados e aumento do custo de vida com a expulsão dos moradores antigos da área em função das mudanças no modo de vida.

Figura 51: Gráfico Ivoti – Você se sente representado por este patrimônio?



Elaborado: DILLY, G.

Figura 52: Gráfico Picada Café – Você se sente representado por este patrimônio?



Elaborado: DILLY, G.

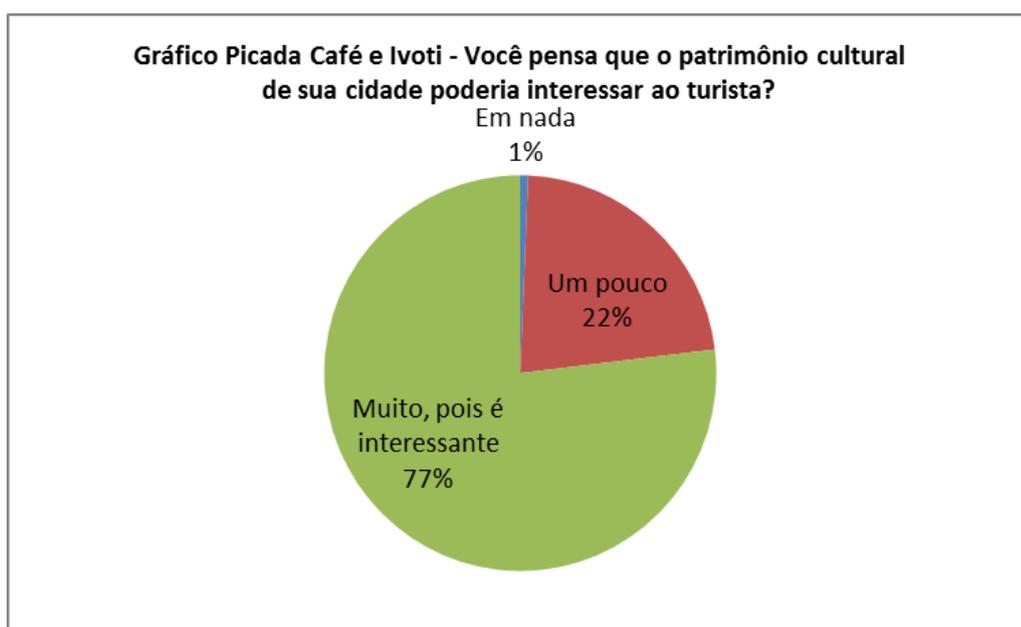
As respostas “em parte” ou “completamente” remetem a uma afirmação de sentido desse patrimônio para essa comunidade. Identificar-se em parte com uma manifestação cultural já indica esse pertencimento, uma vez que hoje essa identificação pode ocorrer com diversas manifestações de patrimônio cultural, como o estadual e nacional. “O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade

unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, [...]” (HALL, 2014, p. 11)

Quando questionados porque sentiam-se identificados ou não, a maioria respondeu que o patrimônio remetia a história da imigração alemã, da qual percebiam-se parte. Isso é positivo, pois as pessoas reconhecem-se dentro de uma história maior e a valorizam a ponto de perceber importância nos vestígios que ela deixou. Já os que responderam que não se sentem representados pelo patrimônio cultural, justificaram sua resposta declarando que não são daquele município ou não moram ali, apenas trabalham. Não houve em nenhum questionário alguma menção a rejeição desse patrimônio ou do que ele representa, muitos afirmaram que mesmo não frequentando ou não sendo sua história a memória da imigração alemã, acreditam ser importante preservar e sabem que são bens relevantes para a comunidade e para o visitante. Em conversas com os dirigentes dessas duas cidades obteve-se a informação de que não há nenhum tipo de problemas com pichações ou vandalismos, indício de que a comunidade respeita e valoriza os espaços culturais.

Perguntados sobre se consideravam o patrimônio cultural interessante para o turista, houve grande adesão ao “Muito interessante”, conforme podemos verificar no gráfico abaixo cujo resultado une os dois municípios pesquisados.

Figura 53: Gráfico Ivoti e Picada Café



Elaborado: DILLY, G.

Perceber a importância do patrimônio para o outro é resultado da visibilidade que a atividade turística já tem nestes municípios e pode ser um relevante motivo para que essas comunidades lutem pela manutenção e cuidado com este patrimônio. Mesmo que ainda o retorno econômico não seja perceptível comparando às outras atividades desenvolvidas nos municípios.

Já é possível perceber que atividades associadas ao turismo estão surgindo em Ivoti e Picada Café, pois se destacam nas cadeias produtivas destes municípios, brevemente explicadas abaixo. Podemos perceber pelo quociente locacional<sup>8</sup> de algumas atividades em destaque (quociente locacional maior do que 1,0).

Quadro 1: Quociente Locacional Ivoti e Picada Café

CÓD MUN	4310801 IVOTI	4314423 PICADA CAFÉ
<b>Total</b>		
<b>Total Urbano</b>		
Cultivo de plantas de lavoura temporária não especificadas anteriormente	1,86	-
Horticultura	8,36	-
Produção de mudas e outras formas de propagação vegetal, certificadas	6,96	-
Criação de suínos	-	2,29
Aqüicultura em água doce	7,44	-
Fabricação de conservas de legumes e outros vegetais	14,86	-
Fabricação de sucos de frutas, hortaliças e legumes	18,45	-
Fabricação de alimentos para animais	33,71	-
Fabricação de produtos de panificação	1,15	0,66
Fabricação de biscoitos e bolachas	1,37	0,86
Fabricação de especiarias, molhos, temperos e condimentos	-	3,31
Fabricação de aguardentes e outras bebidas destiladas	3,26	-
Fabricação de tecidos de malha	2,96	-
Acabamentos em fios, tecidos e artefatos têxteis		

<sup>8</sup> QL – Quociente Locacional é utilizado para comparar a especialização produtiva local, relacionando as suas atividades produtivas com a produção dada em todo estado, podendo dessa forma comparar duas estruturas setoriais- espaciais.

Para compreender o QL segue abaixo a fórmula do cálculo.

$$QL = \frac{(\text{Emprego Ind A Reg E})}{(\text{Emprego Total Reg E})} : \frac{(\text{Emprego Ind A Estado E})}{(\text{Emprego Total Estado E})}$$

Fonte: PAIVA, 2013.

	10,54	-
Fabricação de artefatos de tapeçaria	54,22	-
Fabricação de outros produtos têxteis não especificados anteriormente	2,92	-
Confecção de roupas íntimas	1,18	-
Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	1,26	0,83
Fabricação de artigos do vestuário, produzidos em malharias e tricotagens, exceto meias	15,54	11,51
Curtimento e outras preparações de couro	29,74	19,35
Fabricação de artefatos de couro não especificados anteriormente	2,59	9,27
Fabricação de calçados de couro	6,72	2,35
Fabricação de tênis de qualquer material	-	337,33
Fabricação de calçados de materiais não especificados anteriormente	6,31	159,12
Fabricação de partes para calçados, de qualquer material	4,84	0,44
Desdobramento de madeira	-	1,53
Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada	2,22	-
Fabricação de estruturas de madeira e de artigos de carpintaria para construção	0,34	0,97
Fabricação de artefatos de tanoaria e de embalagens de madeira	2,70	-
Impressão de materiais para outros usos	1,30	-
Serviços de acabamentos gráficos	12,96	31,40
Fabricação de aditivos de uso industrial	14,70	25,37
Reforma de pneumáticos usados	3,80	-
Fabricação de embalagens de material plástico	2,98	-
Fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes	1,87	-
Aparelhamento e outros trabalhos em pedras	2,09	-
Fabricação de esquadrias de metal	0,95	1,60
Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias	1,70	-
Fabricação de artigos de metal para uso doméstico e pessoal	2,21	-
Fabricação de móveis de outros materiais, exceto madeira e metal	-	117,43
Instalação de máquinas e equipamentos industriais	-	1,09
Instalação de equipamentos não especificados anteriormente	10,74	-
Recuperação de materiais não especificados anteriormente	2,81	-
Construção de edifícios	1,72	-
Instalações elétricas	1,36	-
Obras de acabamento	2,85	-
Serviços especializados para construção não especificados anteriormente	1,20	0,07
Manutenção e reparação de veículos automotores	2,28	1,08
Representantes comerciais e agentes do comércio de madeira, material de construção e ferragens	2,86	-
Representantes comerciais e agentes do comércio de têxteis, vestuário, calçados e artigos de viagem	4,39	-

Representantes comerciais e agentes do comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo	5,42	-
Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado	1,20	-
Comércio atacadista de animais vivos, alimentos para animais e matérias-primas agrícolas, exceto café e soja	2,13	-
Comércio atacadista de bebidas	4,76	-
Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral	2,05	0,14
Comércio atacadista de calçados e artigos de viagem	-	2,30
Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial	1,03	-
Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos não especificados anteriormente	3,06	-
Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente e de materiais de construção em geral	1,11	-
Comércio atacadista de combustíveis sólidos, líquidos e gasosos, exceto gás natural e GLP	5,56	-
Comércio atacadista de produtos químicos e petroquímicos, exceto agroquímicos	1,62	-
Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários	52,53	-
Comércio varejista de hortifrutigranjeiros	1,45	0,83
Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente	4,53	0,42
Comércio varejista de tintas e materiais para pintura	1,28	0,29
Comércio varejista de material elétrico	0,52	1,19
Comércio varejista especializado de móveis, colchoaria e artigos de iluminação	1,08	0,06
Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação	1,51	0,87
Comércio varejista de livros, jornais, revistas e papelaria	1,00	-
Comércio varejista de artigos recreativos e esportivos	2,41	-
Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	1,07	-
Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)	5,06	-
Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, interestadual e internacional	5,72	-
Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, e outros transportes rodoviários não especificados anteriormente	0,80	4,54
Outros tipos de alojamento não especificados anteriormente	8,51	5,25
Edição de jornais	24,91	-
Edição de revistas	-	16,08
Edição de cadastros, listas e de outros produtos gráficos	6,20	-
Edição integrada à impressão de revistas	3,69	-
Atividades de gravação de som e de edição de música	5,36	-
Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda	1,46	-
Crédito cooperativo	0,77	1,11
Holdings de instituições não-financeiras	0,45	4,11
Atividades imobiliárias de imóveis próprios	2,87	-
Cartórios	0,91	1,40
Atividades de contabilidade, consultoria e auditoria contábil e tributária	1,69	0,46
Atividades de consultoria em gestão empresarial		

	2,15	1,74
Atividades técnicas relacionadas à arquitetura e engenharia	3,90	-
Testes e análises técnicas	3,25	-
Locação de meios de transporte, exceto automóveis, sem condutor	10,04	-
Agências de viagens	0,18	1,69
Atividades de monitoramento de sistemas de segurança	1,61	-
Atividades de organização de eventos, exceto culturais e esportivos	8,48	-
Educação infantil – creche	1,72	-
Ensino médio	3,80	-
Educação superior – graduação	1,39	-
Atividades de assistência a idosos, deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes prestadas em residências coletivas e particulares	1,30	-
Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares	9,75	-
Atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente	1,64	-
Atividades de organizações sindicais	0,16	2,10
Atividades associativas não especificadas anteriormente	0,96	5,12
Lavanderias, tinturarias e toalheiros	19,56	-
Cabeleireiros e outras atividades de tratamento de beleza	1,22	-

Dados: Rais 2013 – [www.territoriopaiva.com.br](http://www.territoriopaiva.com.br)

Elaborado: DILLY, G.

Podemos assim perceber no mínimo três cadeias produtivas: a cadeia do couro e do calçado; cadeia da construção civil e uma iniciante cadeia das atividades relacionadas ao turismo.

A cadeia do couro e calçado (destaque azul claro) aparece como propulsiva ainda, apesar de já ter tido bem mais expressividade. Atividades como preparação de couro, confecção de calçados de couro e de outros materiais aparece com QL elevado em toda a região, com certeza não são atividades que atendem a demanda local, ou seja, seus produtos são exportados para outras regiões do Brasil. Essa cadeia beneficia-se da proximidade com a região do Vale dos Sinos com intenso expertise no segmento, com possibilidades inclusive de exportação para outros países, caso o produto tenha diferencial e encontre o seu nicho de mercado.

A cadeia de construção civil (destaque cinza) aparece com a produção de artefatos de cimento, ferro e esquadrias, mas os valores não são tão significativos e o contexto da região indica que a atividade atende a demanda interna e talvez também externa, em atividade mista. Os dois municípios da análise são intensamente procurados por pessoas oriundas da região metropolitana (Porto Alegre, Canoas,

Esteio) em busca de um local para estabelecer moradia, visando tranquilidade e qualidade de vida. Essa demanda da região gera nesses municípios intensa especulação imobiliária, elevando valores dos imóveis e aquecendo o segmento da construção civil.

Chama muito a atenção o valor elevado dos QLs calculados para o item “Fabricação de artigos do vestuário, produzidos em malharias e tricotagens, exceto meias”. Bastante alto nas duas cidades, o QL demonstra significativa representação do segmento das malharias presentes na região, é com certeza uma cadeia propulsiva, indicando exportação do produto que alia-se a produção de malhas num contexto maior de serra gaúcha, aproveitando o fluxo turístico na região. Também relacionado a atividade turística apresenta-se o segmento de agências de viagens e alojamentos não especificados, indicando presença de turistas na área e o início da formalidade do setor, é uma cadeia turística (destaque amarelo) propulsiva em seu início.

É possível também associar a produção de biscoitos e bolachas, panificações, pois são produtos vendidos nos eventos e bastante procurados pelos turistas. Há ainda presença de expressivo setor de transporte. Dessa cadeia produtiva vinculada ao turismo podemos perceber que no município de Ivoti ela é mais formalizada, o que não significa que em Picada Café seja menos importante, mas talvez menos formalizada.

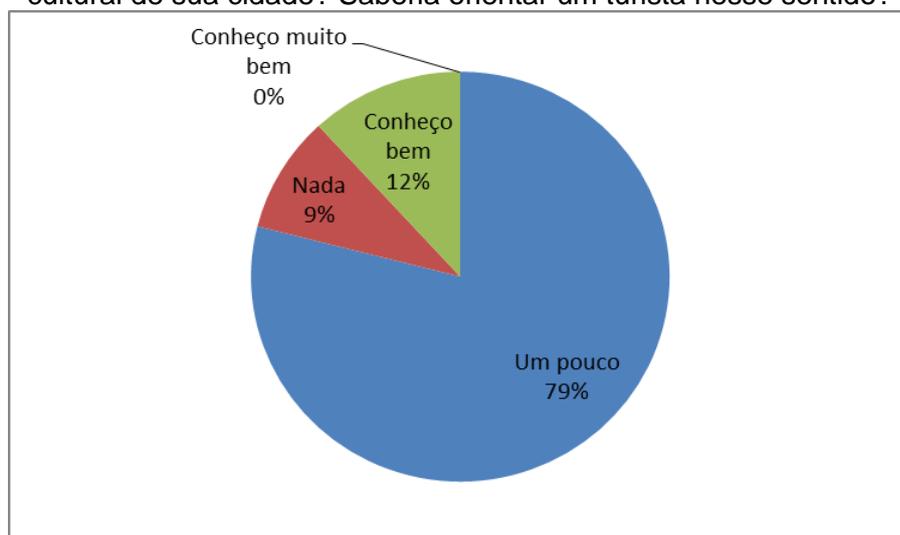
Percebe-se então que os municípios de estudo estão conseguindo aliar desenvolvimento econômico, mesmo que seja ainda inicial e gradual, com a qualidade de vida, ambos gerados pelo patrimônio cultural em situação de valorização. Observando o panorama, ao que tudo indica, existe um gargalo de desenvolvimento no setor de agências de viagens, que poderiam ser propulsoras, divulgadoras e organizadoras da atividade turística local e não há atuação significativa delas. Resolver essa questão poderia potencializar o turismo nesses dois municípios, este ponto merece atenção da administração pública e setores privados.

Os moradores aparentemente não percebem ainda essa demanda turística, ou a própria municipalidade não percebeu que é preciso preparar a comunidade local para o atendimento desse turista. Quando perguntados se conheciam informações sobre o patrimônio histórico local, a maioria respondeu que apenas

acessava “um pouco” dessa informação, como podemos ver nos gráficos que seguem.

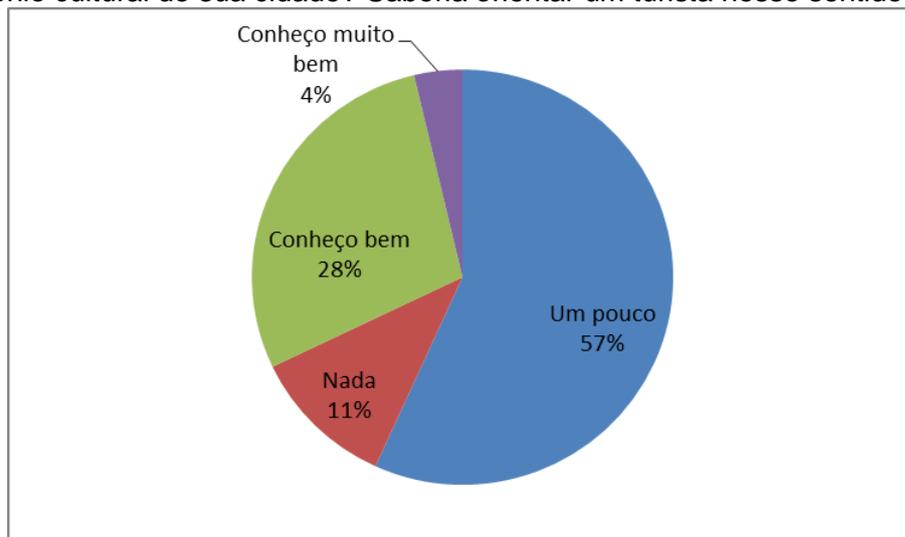
Picada Café, neste questionamento, ficou a frente com mais moradores conhecendo bem ou muito bem o seu patrimônio cultural, indicando saber com tranquilidade informações históricas (principalmente sobre o Parque Jorge Kuhn) e localização.

Figura 54: Gráfico Ivoti - Você conhece informações históricas ou outras sobre o patrimônio cultural de sua cidade? Saberria orientar um turista nesse sentido?



Elaborado: DILLY, G.

Figura 55: Gráfico Picada Café - Você conhece informações históricas ou outras sobre o patrimônio cultural de sua cidade? Saberria orientar um turista nesse sentido?



Elaborado: DILLY, G.

Além de apropriar-se deste patrimônio vemos que os dois municípios em questão também renovam os bens culturais. Há grande investimento e ênfase na divulgação dos eventos que acontecem nos próprios espaços culturais, isso dá dinamismo e agrega novos valores ao patrimônio.

Frequentando esses espaços a comunidade percebe o olhar do turista, pelos comentários dos turistas o morador percebe a si mesmo através do olhar do outro. Novos espaços dinâmicos tomam conta das casas históricas nos municípios de estudo: artesãos vendem seus produtos, produtores exibem os resultados de suas hortas orgânicas, cozinheiros organizam pratos típicos, tudo isso dá vida ao parque e ao núcleo, reinventando os espaços, gerando valores que chegam até os moradores, mesmo que não necessariamente se identifiquem com as origens teutas daquela história. “[...] a constituição de um patrimônio enriquecido permanentemente de novos elementos, fruto da criatividade natural da comunidade, suscitada, promovida e favorecida pelo processo de desenvolvimento.” (VARINE, 2013, p. 39).

Outra questão a abordar é o grande investimento de tempo e recursos em projetos educativos nas comunidades estudadas. Sistemáticamente Picada Café e Ivoti possuem setores a pensar em atividades sobre patrimônio cultural para público escolar, em alguns momentos isso aconteceu com maior intensidade e em outros, menor, mas sempre se manteve acontecendo.

As ações desenvolvidas com estudantes ressoam nas casas de suas famílias, levando a informação adiante e criando um vínculo entre o estudante e o patrimônio cultural de forma lúdica e prazerosa. Através dos objetos, das casas históricas, das oficinas práticas o estudante pode aprender diretamente da fonte histórica, naquele momento de interação ele é o historiador, ele investiga, e ao mesmo tempo ele é sujeito daquela história, o processo favorece uma experiência ímpar em educação.

Observamos na narrativa das ações executadas nos municípios que os mais diversos projetos foram feitos, de formas diferentes, mas com um mesmo objetivo: educar para a valorização do patrimônio. “[...] apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação.” (IPHAN, 2014, p. 19)

Em Ivoti, podemos destacar como experiência muito bem sucedida todo o processo de criação do Memorial da comunidade nipônica. Todo o processo contou com intensa participação da comunidade, que passou a valorizar a sua memória, o

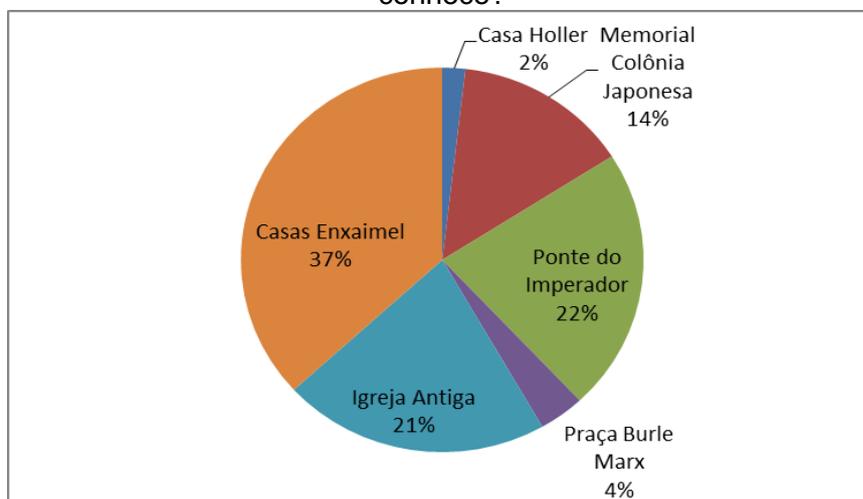
que antes disso não acontecia. A proposta ali desenvolvida levou primeiramente em conta a aquisição de cidadania, da percepção do seu valor como sujeito histórico, sendo que essa apropriação gerou o desenvolvimento econômico através da feira criada pelos moradores. Acabou sendo uma consequência natural do dar-se conta de seu papel no mundo, do seu valor, do seu patrimônio cultural.

É imprescindível que toda ação educativa assegure a participação da comunidade na formulação, implementação e execução das atividades propostas. O que se almeja é a construção coletiva do conhecimento, identificando a comunidade como produtora de saberes que reconhece suas referências culturais inseridas em contextos de significados associados à memória social do local. (IPHAN, 2014, p. 20)

Já em Picada Café é necessário chamar a atenção para as várias edições do Museu de Rua que movimentava toda a comunidade, com pesquisa, produção de conhecimento e divulgação desses saberes, envolvendo a todos moradores. Com certeza com as diversas temáticas abordadas, em territórios diferentes e exposições variadas, não houve na cidade quem não se percebesse como parte da memória local.

A educação patrimonial consistente e frequente é o que vai garantir que cada geração repense seu patrimônio cultural, observe-o a partir de sua realidade, mas não permita que ele seja abandonado. Percebe-se isso na lembrança rápida que os moradores tem em relação ao próprio patrimônio, elencando aqueles que de certa forma estão mais presentes na memória.

Figura 56: Gráfico - Ivoti – Quais itens do patrimônio cultural de seu município você conhece?

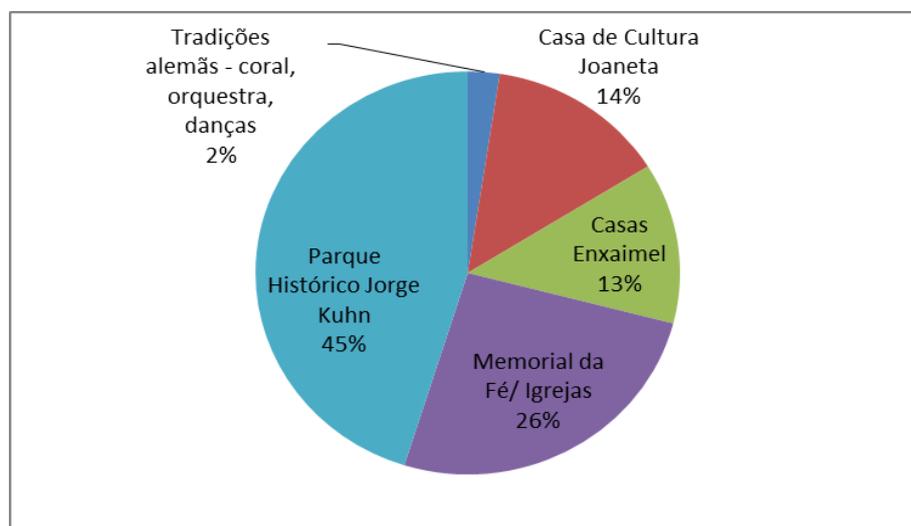


Elaborado: DILLY, G.

As Casas Enxaimel, Ponte e Igreja dispararam na lembrança das pessoas pelo intenso e continuado trabalho educativo feito no município, seja através dos estudantes ou mesmo através dos eventos culturais. A Casa Holler foi lembrada por poucos, mas já foi lembrada e faz apenas um ano que passou a ser também objeto de projetos educativos, como o documentário sobre ela realizado. Se fôssemos fazer essa mesma pergunta há oito anos atrás com certeza o Memorial não seria incluído pelos participantes, pois as ações junto a este patrimônio iniciaram mais recentemente. Somente duas pessoas responderam desconhecer totalmente qualquer item do patrimônio cultural de Ivoti.

Picada Café possui fortemente na lembrança das pessoas o Parque Histórico e o Memorial da Fé (roteiro composto por todas as igrejas do município) e menos lembrado, mas já lembrada, a Casa de Cultura de Joaneta, inaugurada há menos de um ano, ou seja, repete-se o mesmo processo que em Ivoti, mas com um item a mais e muito importante: já foi incluído algo do patrimônio cultural imaterial do município (danças, orquestra e coral), elemento que ainda precisa ser foco de atenções nos próximos anos, pois não está claro o seu valor junto à comunidade. Como direção para os próximos projetos educativos, é importante apostar nesse sentido nos dois municípios: Qual patrimônio cultural imaterial existente? O que sabemos sobre ele? O que faremos com ele? A partir desta pesquisa justifica-se um olhar mais atento nesse sentido.

Figura 57: Gráfico - Picada Café – Quais itens do patrimônio cultural de seu município você conhece?



Elaborado: DILLY, G.

Nos dois municípios da pesquisa percebe-se a ausência de um inventário atualizado e detalhado dos bens culturais materiais e imateriais, “[...] que não será jamais exaustivo, nem definitivo, que ele deverá portanto, permanecer evolutivo, subjetivo, condicionado pelo objetivo da pesquisa e pelos saberes do momento.” (VARINE, 2013, p. 46)

Esse inventário pode ser feito de várias formas, segundo Hugues de Varine. Tecnocrático e científico, que seria mais formal, distante dos saberes populares, podendo levar ao tombamento de edificações sem a consulta dos moradores. Também pode ser compartilhado, quando os técnicos (arquitetos, historiadores, etc) compartilham a seleção feita do que inventariar com a comunidade, juntos decidem quais são os vestígios importantes das memórias coletivas. Por fim é possível ainda deixar nas mãos dos cidadãos a decisão final de que itens inventariar bem como o levantamento das informações a respeito. “Pode-se pedir à população que ela própria defina o que entende por patrimônio, [...]” (VARINE, 2013, p. 53)

Todos estes aspectos abordados nos questionários são indicativos de um constante conjunto de ações em direção ao patrimônio cultural, os resultados aparecem no conhecimento sobre e reconhecimento da importância do patrimônio de cada município. Cada município do estudo buscou um caminho próprio para chegar nesses resultados, sendo que possivelmente existem lacunas, como a apontada na inexistência de um inventário. Pensando nisso, é proposto neste estudo um roteiro de valorização do patrimônio cultural para o desenvolvimento regional.

## **4.2 Gestão adequada do patrimônio cultural**

Observando a trajetória de ações dos municípios de Picada Café e Ivoti, bem como os resultados que já são possíveis de verificar nos moradores destes locais, fica claro que são casos de sucesso em política patrimonial. Sempre é possível melhorar o que já está bom e também sempre é possível aprender com exemplos bem sucedidos.

O estudo propõe-se agora a sugerir um roteiro de gestão do patrimônio cultural para municípios de pequeno porte, podendo ser adaptado para municípios maiores, ou mesmo de acordo com as necessidades. Ressalta-se que é um roteiro-

proposta, sugestão pensada a partir destas práticas analisadas nesta pesquisa, que são merecedoras de atenção devido aos resultados satisfatórios que vem obtendo.

Serão propostos alguns passos a seguir, numa ordem ideal, mas como muitos municípios já possuem ações de gestão do patrimônio cultural isoladas é possível alterar a ordem desses passos.

#### - Pesquisa histórica e ações educativas

Muitos municípios do RS contam com pesquisas históricas incompletas, feitas por profissionais que não são historiadores, ou ainda não possuem nenhum registro de informações básicas de sua trajetória histórica. Saber os elementos que constituem as histórias do município é básico. Como esse é o ponto de partida ele prescinde todos os dados e dá as possíveis direções das propostas educativas é essencial que ele seja democrático, ou seja, contemple todas as histórias do município, para que todos os cidadãos percebam-se parte integrante dessa história.

Todo lo que está dentro de una ciudad también es histórico, hay varios históricos y hay centralidades históricas; podemos concluir que todas las centralidades que hay en una ciudad son históricas, porque han sido producidas históricamente, por relaciones de producción específicas, [...] toda ciudad es histórica y todas las partes de todas las ciudades son históricas. (CARRIÓN, p. 31)

Essa história plural precisa ser divulgada entre os moradores, publicações, exposições, oficinas, panfletos, teatro, jornais, qualquer que seja a forma mais adequada de difusão dessas informações pesquisadas é fundamental.

#### - Inventário

O inventário é fundamental e pode ser feito de várias formas, como já anteriormente falado. Aqui será indicado o inventário mais participativo possível dentro do território a ser aplicado, caso não seja possível fazê-lo com participação total, que seja parcial, mas não é possível selecionar o patrimônio cultural material e imaterial sem no mínimo ouvir a população. “[...] fazer um primeiro levantamento com os habitantes, associações, aposentados, estudantes, eruditos locais, proprietários privados.” (VARINE, 2013, p. 51).

Essa escuta pode iniciar o processo de responsabilização da comunidade sobre o seu patrimônio, indicando quais são os bens culturais importantes para a coletividade já existe um comprometimento da parte das pessoas: é o cidadão que diz o que é patrimônio, não é o funcionário da prefeitura ou o professor universitário

que institui isso, portanto a responsabilidade recai sobre aquele que seleciona. Podem acontecer divergências e é importante estudá-las, conversar, intermediar, nem sempre esse será um processo tranquilo.

[...] toda a partilha de conhecimento em matéria de inventário já é uma maneira de contribuir para o desenvolvimento local, porque dá a comunidade uma consciência e certo domínio de seu próprio patrimônio e do futuro deste, em sua globalidade, em função da significação que ele possui para cada um para todos. (VARINE, 2013, p. 53)

Além disso, dentre todos os itens inventariados, serão elencados, selecionados pelas comunidades quais os bens culturais mais representativos, com os quais há mais identidade, porque mesmo que todo o inventário seja importante e deva ser protegido, apenas uma parte dele vai receber os investimentos maiores em educação e políticas públicas.

#### - Direcionamentos para o patrimônio cultural

Depois da seleção feita é preciso definir o que fazer com os itens elencados. Essa seria a fase da elaboração de legislação municipal, criação de espaços de memória, parques, eventos, dinâmicas patrimoniais.

Não há sempre a necessidade de tombar a edificação histórica, pode ser que o prédio seja adquirido pela prefeitura a fim de promover atividades naquele espaço ou outra finalidade qualquer. O tombamento muitas vezes assusta o proprietário e a comunidade, e seguidamente engessa ou atrapalha o desenvolvimento.

Com atividades educativas consistentes é bem provável que o tombamento não seja necessário, mas caso seja, a municipalidade não deve eximir-se da responsabilidade de fazê-lo, caso o bem cultural integre a lista dos mais importantes para a memória local. Em última análise, o tombamento não garante vida longa ao bem cultural, o que garante isso é educação patrimonial.

Outra questão que precisa estar sempre presente é a renovação do sentido de utilidade do patrimônio cultural, ele precisa atender as necessidades do presente, ser funcional, ter vida, ser importante na dinâmica do município. É por isso que os eventos praticados por Ivoti e Picada Café nos seus espaços históricos são a maior garantia de preservação que pode haver, enquanto os moradores perceberem utilidade naqueles locais, vida e dinâmicas de desenvolvimento não há porque preocupar-se. A única preocupação precisa ser a de que esse patrimônio gera o desenvolvimento e portanto ele vem em primeiro lugar.

#### - Busca de recursos e planejamento para o desenvolvimento

A última etapa consiste num plano de ação: se já sabemos qual é nosso patrimônio, o que fazer para preservá-lo agora resta buscar os recursos necessários para deixar esse patrimônio em condições de atender nossas expectativas e chegar ao desenvolvimento. Lembrando que esse desenvolvimento não precisa necessariamente ser econômico, ele pode apenas ser social e cultural, mas mesmo assim implica na busca de recursos. Utilizar o patrimônio cultural para o desenvolvimento econômico deve sempre respeitar a integridade do bem cultural e da comunidade que com ele se identifica.

É fundamental que o cidadão participe de todas as etapas, só isso irá garantir que ele se reconheça no processo, comprometa-se com ele. “Pois um processo de desenvolvimento, em nível local, não pode durar em longo e muito longo prazo, sem que se estabeleça um consenso forte e uma participação ativa do conjunto dos cidadãos.” (VARINE, 2013, p. 46)

Educação patrimonial deve perpassar todas as etapas, em todas elas devem acontecer ações educativas para públicos diversos, adaptadas as realidades locais e renovadas a cada geração que chega. Só isso pode garantir a permanência desse espírito de identidade e coletividade do processo inicial.

Também é importante destacar que de tempos em tempos os moradores precisam ser novamente ouvidos para a atualização desse contrato social, audiências públicas, seminários são importantes em intervalos não maiores de quatro anos, pois irão trazer à tona problemáticas de percursos que com certeza surgirão, podendo também indicar os caminhos para corrigir as dificuldades.

### **4.3 Dialogando com o patrimônio na perspectiva do desenvolvimento**

Patrimônio cultural e desenvolvimento pode efetivamente andar juntos como foi possível verificar a partir da pesquisa. Ivoti e Picada Café são casos muito bem sucedidos de gestão do patrimônio cultural, embora possam com certeza aprimorar as suas práticas.

Compreender o patrimônio cultural dentro do contexto no qual ele se insere, respeitar o perfil da comunidade são os primeiros passos para condução de bons projetos de valorização do patrimônio. Ouvir os moradores, não só os mais antigos,

os que migram de outras cidades também precisam sentir-se conectados, afinal a história une as pessoas, para um historiador não é difícil fazer com que o cidadão perceba que a história do outro também é a sua história e vice-versa. Compreender que o respeito a memória é um direito do cidadão, implica entender que esse direito se estende a todo cidadão e cabe a municipalidade criar e conduzir políticas abrangentes de gestão do patrimônio cultural sem no entanto perder o que há de único e peculiar nos seus municípios.

Com essa finalidade fica visível que o essencial é investir em projetos educativos constantes que possam atingir diversos públicos. O estudante aprenderá na escola que ele pertence a uma história local, da qual ele é agente histórico, pois conduzirá quando adulto sua vida dentro desse contexto e poderá fazer parte das escolhas que guiarão o futuro de todos os munícipes. A educação patrimonial, quando bem conduzida, sistematicamente, fará com que a valorização do patrimônio seja algo natural em uma comunidade.

Quando a comunidade entende que o patrimônio cultural que possui é uma riqueza de todos ela não percebe o tombamento de forma negativa, pois o proprietário da casa histórica vai entender que o seu imóvel vale muito mais do que outros. Nesses casos muitas vezes não é preciso preocupar-se tanto com a legislação pois a própria comunidade se manifesta.

Em tempos de redes sociais, já é possível perceber diversas articulações espontâneas a favor do patrimônio cultural que muitas vezes criam movimentos que acabam por colaborar na formação de opinião público, ser a favor da derrubada de uma casa histórica em uma comunidade pequena pode vir a ser uma postura politicamente incorreta. Educar é essencial para garantir o direito a memória e a valorização dos aspectos físicos da mesma.

Outro fator importante é a perspectiva da utilidade do bem cultural. A edificação histórica, o saber tradicional, o museu local, precisam ser lugares dinâmicos, com vida, com circulação de pessoas, ou seja, útil para a comunidade, inserido na vida presente das pessoas. Foi possível verificar nos casos estudados que há grande preocupação nesse sentido. Os restauros já são feitos com objetivos definidos: casa de cultura, restaurante, venda de artesanato, museu, entre outros. O cidadão precisa ver sentido naquele espaço, relacionar-se com ele no tempo presente, ter necessidade de frequentar, mesmo que de vez em quando.

A questão turística também deve ser planejada nessa mesma direção, respeitando as rotinas e tradições culturais das comunidades, visando oferecer ao turista uma experiência autêntica. Há saturação de destinos turísticos em formatos criados, estereotipados e espetacularizados. O patrimônio cultural não pode render-se a esse formato sob risco de ser destruído em favor do fluxo turístico sem controle, das adaptações feitas para agradar o visual, mas que prejudicam a originalidade do espaço além do desrespeito a comunidade local.

Patrimônio cultural como desenvolvimento turístico pode e deve acontecer se assim o município desejar, mas é preciso buscar alternativas turísticas diferentes dos roteiros comerciais. Fazer um levantamento de potencialidades dos moradores locais, o que produzem que possa atrair o turista, pensando em simples adaptações de qualificação apenas. A simplicidade atrai muito os visitantes que moram em grandes centros urbanos e é esse público que visita Ivoti e Picada Café, onde podemos encontrar perfeita sintonia entre a demanda turística e a oferta encontrada nesses locais.

Ressalta-se ainda a importância de ter nas prefeituras pessoal capacitado para coordenar projetos de desenvolvimento a partir do patrimônio cultural. Historiadores, turismólogos, museólogos e pedagogos por exemplo terão condições de criar e desenvolver iniciativas que valorizem os bens culturais e as pessoas, essas sempre em primeiro lugar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que a pesquisa científica deva excluir a subjetividade do pesquisador, ou seja, o pesquisador deve manter distância de seu objeto de pesquisa. Neste caso isso se torna inviável, uma vez que o pesquisador faz parte do objeto de pesquisa: pertenço ao patrimônio cultural e ele me pertence também!

Dizem que os historiadores, classe na qual me incluo, estudam história buscando compreender a si mesmos, entender as dinâmicas sociais da quais fazem parte a fim de compreender sua própria essência; talvez isso tenha fundamento psicológico e façamos isso de forma inconsciente. O que de fato acontece é que nossos problemas, temas de pesquisa nunca são distantes de nós mesmos, são nossas inquietudes, nossas preocupações.

Sou moradora de Ivoti e já na graduação dei os primeiros passos em direção ao patrimônio cultural, focando meu trabalho de conclusão no Museu Municipal Claudio Oscar Becker, analisando sua expografia. Isso foi em 2004, quando iniciei meu primeiro contato com a educação patrimonial. Fui designada, a partir de projeto que propus à secretária de educação, para desenvolver e executar oficinas educativas para a rede de ensino no espaço museológico. Dali em diante o tema patrimônio cultural me acompanharia sempre.

Particpei de diversas das propostas aqui relatadas, como Diretora de Cultura de Ivoti entre 2006 e 2012. Pude dar prosseguimento à caminhada que já havia sido iniciada antes de mim, a qual respeito muito. Aliás, essa é uma das questões que acredito ser fundamental: dar continuidade as ações de valorização do patrimônio. As administrações mudam conforme os pleitos, mas, tanto em Ivoti, quanto em Picada Café percebe-se a sucessão de cuidados com o patrimônio cultural. Algumas administrações trabalharam a área com mais intensidade, outras menos, mas todas colaboraram de alguma forma com essa causa.

Nesses anos à frente do setor cultural de minha cidade tive a oportunidade de conhecer também outras realidades, semelhantes à de Ivoti, ou totalmente distintas. Percebi que morava em um lugar privilegiado em relação à valorização do patrimônio cultural e passei a buscar entender o porquê disso. O que havia levado Ivoti a não destruir suas casas históricas enquanto que outros municípios o fizeram quase que por completo entre os anos 1970/1980, priorizando seus processos acelerados de industrialização e urbanização. Naquele momento constatei que desenvolvimento econômico não era tudo o que as cidades deveriam objetivar. Que havia muito mais elementos importantes na constituição da vida das pessoas além do trabalho, que é sim essencial à vida de todos, mas deve coexistir com a garantia de outros direitos como a cultura, a memória e a história.

Esses anos de caminhada já me permitiram ver que, acima de tudo, projetos educativos precisam ser priorizados. Justifica-se assim o meu objeto de pesquisa e a busca pela comprovação dessa afirmação que aqui se concretiza. Educação patrimonial garante com que todas as outras ações aconteçam, por isso deve vir acompanhada de processos de restauro e recuperação do patrimônio edificado, leis que protejam e incentivem o proprietário de imóveis históricos, festas que comemorem os espaços lindos que temos nas nossas cidades nas quais são vendidos produtos feitos ali há quase 200 anos, ao som de músicas típicas. A alma de um lugar está no seu patrimônio cultural e ele deve sim ser vetor de desenvolvimento social e econômico das cidades, basta que se saiba o limite da expressão cultural natural de uma comunidade, sem forçá-la a mostrar ao turista o que não é seu.

Como professora da rede municipal de ensino, acabo por nunca desvincular-me desse tema. Além disso, participo ainda da criação e execução do projeto de restauro da Antiga Igreja Matriz, o qual está no momento em busca de recursos. Também participo de outros projetos culturais, todos na área do patrimônio, em cidades vizinhas através de consultorias. Como podem ver, encontro-me plenamente dentro do meu tema de pesquisa. Ele me constitui como profissional e como cidadã. Anseio muito ver a todos estendida a garantia do direito ao patrimônio cultural, de saber de onde você vem, que tradições fazem parte de sua trajetória e dos que antes de você vieram. Sentir-se agente do processo histórico dá sentido a sua vida e a vida dos outros, perceber isso atribui uma dimensão de respeito à vida de todos.

O projeto executado na Colônia Japonesa, educação patrimonial com a comunidade e organização do acervo do Memorial, foi, por mim, criado e executado. Considero-me privilegiada por isso e acredito que pude despertar algo adormecido naquelas pessoas. É, na minha opinião, um exemplo bem sucedido de uso do patrimônio cultural em perspectiva do desenvolvimento local. Hoje os moradores de lá possuem a feira autônoma mais disputada da região, na qual as pessoas enfrentam enormes filas só para ter acesso aos produtos simples e autênticos das famílias japonesas. Foi um projeto acessível, executado por um órgão público e de baixo custo dentro do contexto orçamentário de Ivoti, uma vez que bastava ouvir a comunidade, procurar saber dela, dar voz as pessoas.

*Hab auf der welt, die schönsten stunden doch nur in meinem heim gefunden* (em todo mundo, as horas mais lindas só encontrei em minha casa) – referida no título do trabalho – é uma frase inscrita em um antigo *wandschoner* (pano de parede) que faz parte do acervo do Museu Municipal de Ivoti.

As mulheres utilizavam-se do bordado para valorizar os seus espaços, os espaços domésticos, por isso muitos deles exaltam o lar, a casa, território de domínio feminino. Quem já fez entrevistas com pessoas idosas também sabe que geralmente, salvo raras exceções, são as mulheres as guardiãs das memórias das famílias, são elas que guardam objetos significativos das lembranças dos filhos pequenos, fotografias e registram os momentos importantes da vida no contexto familiar. Talvez eu seja uma destas guardiãs do tempo, do tempo passado, mas também do tempo presente, zelando para que a guarda dos elementos simbólicos do passado nos leve a futuros cada vez mais humanos.

## REFERÊNCIAS

AGUINAGA, Karyn F. S. A proteção do patrimônio cultural imaterial e os conhecimentos tradicionais. **Anais do XV Congresso Nacional do CONPEDI/UEA**, Manaus, 2006. Disponível em: [http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/manaus/estado\\_dir\\_povos\\_karyn\\_s\\_aguinaga.pdf](http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/manaus/estado_dir_povos_karyn_s_aguinaga.pdf). Acesso em 17 mai. 2015.

AMARAL F. Jair. Cultura, criatividade e desenvolvimento. **Políticas Culturais em Revista**. Salvador, v. 2, n. 1, p. 4 – 19, 2009. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/3727/2792>. Acesso em: 24 dez. 2014.

ANDION, Carolina. Análise de redes e desenvolvimento local sustentável. **RAP – Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. 1033 – 1054, set/out. 2003. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6512/5096>. Acesso em: 24 dez. 2014.

ARARIPE, Fátima Maria Alencar. Do patrimônio cultural e seus significados. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 111 – 122, maio/ago, 2004.

ARRUDA, Gilmar. O patrimônio imaterial: a cidadania e o patrimônio dos “sem eira nem beira”. **Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História**, Maringá, v. 10, n. 3, p. 117 – 144, 2006. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/3055/305526866008.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2014.

BARRETO, Juliana; MILET, Vera. **Conservar: Olinda boas práticas no casario** / Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada – Olinda: CECI, 2010.

BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

BECKER, Ítala Irene Basile. O índio Kaingáng no Rio Grande do Sul. **Pesquisas**. Antropologia nº 29. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, UNISINOS. 1976.

BECKER, Ítala Irene. O que sobrou dos Índios Pré-históricos do Rio Grande do Sul. SCHMITZ, Pedro Ignácio. **Pré-história do Rio Grande do Sul – Documentos 05**. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas – UNISINOS, 2006.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BONDUKI, Nabil. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos**. Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta, 2010. Disponível em <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4185>. Acesso em 06 fev. 2015.

BORGES, Marco Antônio. O Tombamento como Instrumentos Jurídicos para a Proteção do Patrimônio Cultural. **Revista Jurídica**. Brasília, v. 7, n. 73, p.01-04, junho/julho, 2005. Disponível em: [http://www.presidencia.gov.br/ccivil\\_03/revista/Rev\\_73/artigos/MarcoAntonio\\_rev73.htm](http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_73/artigos/MarcoAntonio_rev73.htm) Acesso em: 14.jun.2006.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**. Lembranças de velhos. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória – Ensaio de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRAGA, Paula Marques; SANTOS JR. Wilson Ribeiro. Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador: políticas públicas e participação social. **Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo, v. 10, n. 2, 2009. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/risco/article/viewFile/44777/48408>. Acesso em 27 de fev. 2015.

BRASIL – IPHAN. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Disponível em portal.iphan.gov.br. Acesso em: 30 de dez. 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 27 dez. 2014.

BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: UNICAMP, 2004.

CANANI, Aline Sapiezinskas K. B. Herança, sacralidade e poder: sobre diferentes categorias do patrimônio histórico e cultural no Brasil. **Revista Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 11, n 23, p. 163 – 175, jan/jun 2005.

CANDAU, Jöel. **Memória e identidade**. São Paulo, Contexto, 2012.

CARRIÓN, Fernando. Los desafios actuales en los centros históricos. **Seminario Permanente Centro Histórico de la Ciudad de México**. México: Universidade Nacional Autónoma do México, v.03, fev. 2014. Disponível em [https://works.bepress.com/fernando\\_carrion/677/](https://works.bepress.com/fernando_carrion/677/). Acesso em 09 fev. 2017.

CHAGAS, Mário. **Memória e poder: contribuição para a teoria e a prática nos ecomuseus**. Disponível em < <http://www.quarteirao.com.br/pdf/mchagas.pdf> > Acesso em: 30 out. 2014.

CHAGAS, Mário. Memória e poder: dois movimentos. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 19, n. 19, p. 43 – 81, 2002. Disponível em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/367/276>. Acesso em 17 mai. 2015.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

CHOAY, Françoise. **O patrimônio em questão: antologia para um combate**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011.

CORÁ, Maria Amelia Jundurian. **Do material ao imaterial: Patrimônios Culturais do Brasil**. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2014.

DORNELLES, Soraia S. A história em As vítimas do bugre, ou como tornar-se bugre na História. In **Revista Anos 90**, Porto Alegre: UFRGS, v. 18, n. 34, p. 245 – 278, dez. 2011. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/24028/19729>, acesso em 04 nov. 2015.

DREHER, Martin N. **190 anos de imigração alemã no Rio Grande do Sul: esquecimentos e lembranças**. São Leopoldo: Oikos, 2014.

DUARTE JR., Romeu. Programa Monumenta: uma experiência em preservação urbana no Brasil. **Revista CPC**, São Paulo, n. 10, p. 49-88, maio/out 2010. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15661/17235>. Acesso em 07 fev. 2015.

FEITOSA, Mônica Nascimento; SILVA, Sandra Siqueira da. **Patrimônio Cultural imaterial e políticas públicas: os saberes da culinária regional como fator de desenvolvimento local**. Salvador: UFBA, 2011. pp. 193-208.

FLORES, Hilda A. Hübner. **Picada Café**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Picada Café/Ed. Nova Dimensão, 1996.

FONSECA, Denise. Discutindo os termos de uma equação de congruência: cultura e desenvolvimento sustentável. **Em debate - PUC**, Rio de Janeiro, v 01, 2005. Disponível em: <http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/6558/6558.PDF>. Acesso em: 24 dez. 2014.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política no federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Minc – IPHAN, 2005.

FRITSCH, Heyde. A casa amarela. KREUTZ, Roque Amadeu. (org). Bom Jardim – Ivoti: no palco da história. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

FUNARI, Pedro Paulo A. Os desafios da destruição e conservação do Patrimônio Cultural no Brasil. **Trabalhos de Antropologia e Etnologia**, Porto, v. 41, n. ½, p. 23 – 32, 2001.

GASTAL, Susana. Projeto Monumenta: filosofia e práticas em interface com o turismo. **Turismo em Análise**. São Paulo, v.14, n. 2, p. 77-89, nov. 2003.

GERNHARDT, Tatiana Engel. E SILVEIRA, Denise Tolfo. (org.) **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GEVEHR, D. L., VIDAL, R. P., NANDI, A. Natal Luz de Gramado: um patrimônio cultural da comunidade promovendo desenvolvimento regional na Serra Gaúcha. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v. 2, n. 1, p. 197 – 221, abril/jun, 2014. Disponível em [http://proxy.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/4302/pdf\\_23](http://proxy.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/4302/pdf_23). Acesso em 24 dez. 2014.

GEVEHR, Daniel L. **Narrativas visuais da imigração alemã: os museus de imigração como espaços de (re)produção de memória e de identidade étnica**. In: XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015, Florianópolis – SC. Disponível em [http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434372705\\_ARQUIVO\\_ARTIGO\\_ANPUH2015.pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434372705_ARQUIVO_ARTIGO_ANPUH2015.pdf). Acesso em 23 jan. 2017.

GIOVANAZ, Marlise. Pedras e emoções: os percursos do patrimônio. **Em questão**. Porto Alegre, v. 13, n.2, p. 235 – 242, jul/dez 2007.

GRAEBIN, Cleusa M. G. REICHEL. Vida cotidiana dos açorianos pelas freguesias e caminhos. In: Heloisa; GUTFRIEND, Ieda; CAMARGO, Fernando. **Colônia** – Coleção História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Meritos, 2006 – v. 1.

GRUNBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Brasília, DF: IPHAN, 2007. Disponível em [https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/558606/mod\\_resource/content/0/GRUNBERG\\_Evelina.pdf](https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/558606/mod_resource/content/0/GRUNBERG_Evelina.pdf). Acesso em 30 ago. 2015.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014b.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 2014a. pp. 103-133.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 22, n 36, p. 261 – 273, jul/dez 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/vh/v22n36/v22n36a02.pdf>. Acesso em 24 dez. 2014.

HOBSBAWN, Eric.; RANGER, Terence (org). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOMERO, Adler. Patrimônio imaterial: problema mal-posto. **Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História**, Maringá, v. 10, n. 3, p. 97 – 116, 2006. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305526866007> . Acesso em: 24 dez. 2014.

HORTA, Maria de Lourdes P., GRUNBERG, Evelina, MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial. 1999.

IPHAN. **Educação patrimonial: Histórico, conceitos e processos**. Brasília: 2014. Disponível em [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat\\_EducacaoPatrimonial\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducacaoPatrimonial_m.pdf) Acesso em 16 jun. 2015.

KASHIMOTO, Emília Mariko, MARINHO, RUSSEF, Ivan. Cultura, identidade e desenvolvimento local: conceitos e perspectivas para regiões em desenvolvimento. **INTERAÇÕES - Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Campo Grande, v. 3, n. 4, p. 35-42, mar. 2002. Disponível em <http://site.ucdb.br/public/downloads/9077-vol-3-n-4-mar-2002.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2014.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KREUTZ, Roque Amadeu. (org). Bom Jardim – **Ivoti: no palco da história**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

LAROQUE, Luis Fernando da Silva. Os nativos charrua/minuano, guarani e Kaingang: O protagonismo indígena e as relações interculturais em territórios de planície, serra e planalto do Rio Grande do Sul. CARELI, Sandra da Silva; KNIERIM, Luis Claudio. (org) **Releituras da História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Corag, 2011.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

MAGALHÃES, Leandro H. Educação patrimonial: Uma análise conceitual. In **A construção de políticas patrimoniais: ações preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do país** / Londrina: EdUniFil, 2009, p. 65 – 77.

MAGALHÃES, Leandro Henrique. **Educação patrimonial: da teoria à prática**. Londrina: Ed. Unifil, 2009. Disponível em [http://www.unifil.br/portal/arquivos/publicacoes/Livro\\_Educacao\\_Patrimonial.pdf](http://www.unifil.br/portal/arquivos/publicacoes/Livro_Educacao_Patrimonial.pdf). Acesso em 16 jun. 2015.

MAZZUCHI FERREIRA, Maria Letícia. Patrimônio: Discutindo alguns conceitos. **Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História**, Maringá, v. 10, n. 3, 2006. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305526866005>. Acesso em: 24 dez. 2014.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: Revista do Programa de Pós-graduação em História e do Departamento de História PUCSP, nº 10, dez. 1993. pp. 07-28.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de Oliveira. O IPHAN e o seu papel na construção/ampliação do conceito de patrimônio histórico/cultural no Brasil. **Cadernos do Ceom**, Chapecó, v. 21, n. 29, p. 19-38, dez, 2008.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37 – 48, maio/ago. 2002. Disponível em: <http://www.estig.ipbeja.pt/~sirb/crescimento%20e%20desenvolvimento%20texto.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2014.

PAIVA, Carlos A. N. Site: **Território Paiva** (dados). Disponível em [www.territoriopaiva.com](http://www.territoriopaiva.com). Acesso em 13 set. 2015.

PAIVA, Carlos Águedo Nagel. **Fundamentos da análise e do planejamento de economias regionais**. Foz do Iguaçu: Editora Parque Itaipu, 2013.

PELEGRINI, Sandra C. A. A propósito da fruição e de algumas perspectivas analíticas acerca do patrimônio cultural. **Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História**, Maringá, v. 9, n. 1, 2005. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305526860003>. Acesso em: 24 dez. 2014.

PELEGRINI, Sandra C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Revista Brasileira de História** – São Paulo, vol. 26, jun. 2006. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010201882006000100007&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010201882006000100007&script=sci_arttext). Acesso em 27 de abril 2014.

PELEGRINI, Sandra C. A. O patrimônio cultural no discurso e na lei: trajetórias do debate sobre a preservação no Brasil. **Patrimônio e Memória**. São Paulo, v.2, n. 2, p. 54-77, dez. 2006.

PELEGRINI, Sandra. C. A. O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas. **Revista Patrimônio e Memória**, UNESP, v.3, n. 1, p. 87 – 100, 2007. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/viewFile/33/459>. Acesso em 17 mai. 2015.

PESTANA, Til. **Sobre o tema da gestão do patrimônio cultural**. Site do IPHAN – Artigos selecionados. Disponível em [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/150812\\_Sobre\\_a\\_gestao\\_do\\_patrimoni\\_o\\_cultural\\_Til\\_Pestana\\_DAF.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/150812_Sobre_a_gestao_do_patrimoni_o_cultural_Til_Pestana_DAF.pdf). Acesso em 07 fev. 2017.

PICADA CAFÉ – Site oficial. Em <http://www.picadacafe.rs.gov.br/secao.php?pagina=1>. Acesso em 19 fev. 2017.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol 5, n10, 1992, p. 200 - 212.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol 2, n3, 1989, p. 3 – 15.

POSSAMAI, Zita Rosane. As artimanhas do percurso museal: narrativas sobre objetos e peças de museu. **Revista Museion**, vol.4, n. 7, Jan – Jun, 2010, p. 64 – 72.

POUTIGNAT, Philippe; STREITFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Frederik Barth**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

REICHEL, Heloisa; GUTFRIEND, Ieda; CAMARGO, Fernando. **Colônia** – Coleção História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Meritos, 2006 – v. 1.

RIBEIRO, Wagner Costa. Visões do patrimônio. **Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História**, Maringá, v. 10, n. 3, p. 89 – 94, 2006. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305526866006> . Acesso em: 24 dez. 2014.

RICCEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

RODRIGUES, Cíntia Nigro. **Territórios do patrimônio: tombamentos e participação social na cidade de São Paulo**. 256 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Departamento de Geografia, USP, São Paulo, 2006.

SACHS, Ignacy. O desenvolvimento enquanto apropriação dos direitos humanos. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 12, n. 33, p. 149 – 156, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v12n33/v12n33a11.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2014.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SEYFERTH, Giralda. A dimensão cultural da imigração. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 26, n. 77, out. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v26n77/07.pdf>. Acesso em 17 mai. 2015.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista da USP**, São Paulo, n. 53, p. 117 - 149, mar/mai 2002. Disponível em <http://www.usp.br/revistausp/53/12-giralda.pdf>. Acesso em 17 mai. 2015.

SOARES, Fernanda Codevilla. Experiências educativas. In: MILDNER, Saul E. S. **Educação patrimonial: Perspectivas**. Santa Maria: UFSM – Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas, 2005.

SPERB, Angela T.; HANSEN, Patricia R. S. A continuidade do Museu de Rua. Santa Catarina: Unochapecó - **Cadernos do CEOM** - Ano 27, n. 41, dez. 2014. Disponível em <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/viewFile/2606/1505>. Acesso em 05 jan. 2017.

SPERB, Angela T.; WERLE, Sussana M. M. **Na trilha dos lírios: escola e comunidade traçam seu futuro através do passado**. Picada Café: Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo de Picada Café, 2004.

STARLING, Mônica. Entre a lógica do mercado e a cidadania: os modelos de gestão do patrimônio cultural. **Fundação Casa de Rui Barbosa**. Disponível em [http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Políticas Culturais/II\\_Seminario\\_Internacional/FCRB\\_MonicaStarling\\_Entre\\_a\\_logica\\_de\\_mercado\\_e\\_a\\_cidadania.pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Políticas Culturais/II_Seminario_Internacional/FCRB_MonicaStarling_Entre_a_logica_de_mercado_e_a_cidadania.pdf). Acesso em 28 fev. 2015.

STEINBERGER, Marília. Política de desenvolvimento regional: uma proposta para debates. **RAP – Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 117 – 129, abr/jun, 1988. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/9440/8494>. Acesso em: 24 dez. 2014.

TERRA, Márcia Regina. **O desenvolvimento humano na teoria de Piaget**. Disponível em <http://www.unicamp.br/iel/site/alunos/>. Acesso em 15 set. 2015.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Cia. das Letras, 2013.

VARINE, Hugues. **As raízes do futuro – O patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

VELOSO, Mariza. O fetiche do patrimônio. **Habitus**, Goiânia, v. 4, n. 1, p. 437 – 454, jan/jun. 2006. Disponível em <http://seer.ucg.br/index.php/habitus/article/viewFile/363/301>. Acesso em 24 dez. 2014.

VOGT, Olgário Paulo. Patrimônio cultural: um conceito em construção. **Métis: história & cultura**, Caxias do Sul, v. 7, n. 13, p. 13 – 31, jan/jun 2008. Disponível em <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/687/498>. Acesso em 24 dez. 2014.

WAGNER, Hermedo E. A Ponte do Imperador no Rio Feitoria em Ivoti. In KREUTZ, Roque Amadeu. (org). **Bom Jardim – Ivoti: no palco da história**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

WEIMER, Gunter. **Arquitetura popular da imigração alemã**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

ZAMBRANO, Laura Gomes; CAETANO, Fabio Daniel Mendes. O Programa Monumenta em Pelotas. In **Políticas Públicas do Patrimônio Cultural – Ensaio, trajetórias e contextos**. Pelotas: Ed. da UFPEL, p. 68 - 81, 2012.

## ANEXOS

### COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

#### 1 Dados gerais:

Título da pesquisa: **A valorização do patrimônio cultural como fator de desenvolvimento dos municípios de Ivoti e Picada café - RS**

Nome do acadêmico pesquisador: Gabriela Dilly Fone:(51) 9955 – 4574

Email: gabidilly@hotmail.com

Nome do orientador: Prof. Dr. Daniel Luciano Gevehr Fone: (51) 9966-2638

Email: danielgevehr@hotmail.com

#### 2 Informações ao participante ou responsável:

a) Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa, que tem como objetivo (descrever) Analisar as ações através das quais os municípios selecionados compreendem seu patrimônio cultural e o utilizam como elemento de desenvolvimento cultural e econômico, identificando quais dessas formas podem vir a gerar o desenvolvimento das comunidades com vistas à elaboração de um modelo de gestão.

b) Cada participante responderá um questionário com perguntas referentes a seus conhecimentos sobre as questões do patrimônio cultural de sua cidade.

c) Você poderá recusar-se a participar da pesquisa e poderá abandonar o procedimento em qualquer momento, sem qualquer prejuízo. Durante o questionário você poderá recusar-se a responder qualquer pergunta que lhe cause algum constrangimento.

d) A sua participação como voluntário não lhe trará nenhum privilégio, seja ele de caráter financeiro ou de qualquer natureza.

e) Serão garantidos o sigilo e a privacidade de sua identidade e das informações que você fornecer, sendo-lhe reservado o direito de omissão de dados.

f) Na apresentação dos resultados, não serão citados os nomes dos participantes.

*Confirmo ter conhecimento do conteúdo desse termo. A minha assinatura abaixo indica que concordo em participar dessa pesquisa e por isso dou meu consentimento.*

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

.....  
Acadêmico pesquisador

.....  
Orientador da pesquisa

.....  
Participante da  
pesquisa

## QUESTIONÁRIO - PÚBLICO GERAL

Idade:

<input type="checkbox"/>	De 15 a 25 anos	<input type="checkbox"/>	De 41 a 60 anos
<input type="checkbox"/>	De 26 a 40 anos	<input type="checkbox"/>	Acima de 60 anos

Sexo:

<input type="checkbox"/>	Feminino	<input type="checkbox"/>	Masculino
--------------------------	----------	--------------------------	-----------

Nível de escolaridade:

<input type="checkbox"/>	Fundamental completo	<input type="checkbox"/>	Superior completo
<input type="checkbox"/>	Médio completo	<input type="checkbox"/>	Pós graduação

Profissão:

--

**1. Você sabe quais são os itens do patrimônio cultural de sua cidade?**

<input type="checkbox"/>	Sim, sei todos	<input type="checkbox"/>	Sei de alguns	<input type="checkbox"/>	Desconheço totalmente
--------------------------	----------------	--------------------------	---------------	--------------------------	-----------------------

Quais conhece ? \_\_\_\_\_

**2. Com que frequência você visita algum espaço de patrimônio cultural de sua cidade?**

<input type="checkbox"/>	Nunca	<input type="checkbox"/>	Algumas vezes
<input type="checkbox"/>	Em eventos	<input type="checkbox"/>	Seguidas vezes

Porque visita ou não esses espaços?

\_\_\_\_\_

**3. Você conhece informações históricas ou outras sobre o patrimônio cultural de sua cidade?**

**Saberia orientar um turista nesse sentido?**

<input type="checkbox"/>	Um pouco	<input type="checkbox"/>	Conheço bem
<input type="checkbox"/>	Nada	<input type="checkbox"/>	Conheço muito bem

Se conhece, quais informações?

\_\_\_\_\_

- 4. Você se sente representado por este patrimônio, ou seja, ele diz respeito a sua história de vida, às suas origens?**

	Não me diz respeito		Em parte		Completamente
--	---------------------	--	----------	--	---------------

Porque? \_\_\_\_\_

- 5. Você pensa que o patrimônio cultural de sua cidade poderia interessar ao turista?**

	Em nada		Muito, pois é interessante
	Um pouco		

Porque? \_\_\_\_\_